

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**“ Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes ”
EXPERIÊNCIAS DAS POPULAÇÕES
NEGRAS NO COTIDIANO DA CIDADE
DE FLORIANÓPOLIS (1930-1940)**

Maria das Graças Maria

Orientadora: Prof. Dra. Joana Maria Pedro

Florianópolis, setembro de 1997

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**“ Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes ”
EXPERIÊNCIAS DAS POPULAÇÕES
NEGRAS NO COTIDIANO DA CIDADE
DE FLORIANÓPOLIS (1930-1940)**

Maria das Graças Maria

**Dissertação apresentada como exigência parcial
para obtenção do grau de Mestre em História
do Brasil à Banca Examinadora da
Universidade Federal de Santa Catarina, sob a
orientação da Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro.**

Florianópolis, setembro de 1997.

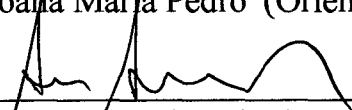
IMAGENS INVISÍVEIS DE ÁFRICAS PRESENTES: EXPERIÊNCIAS
NEGRAS NO COTIDIANO DA CIDADE. (1930-1940)

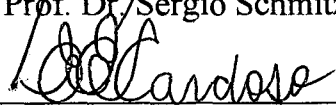
MARIA DAS GRAÇAS MARIA

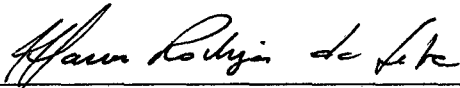
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

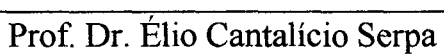
BANCA EXAMINADORA


Prof.^ª. Dr.^ª. Joana Maria Pedro (Orientadora)


Prof. Dr. Sérgio Schmitz


Prof.^ª. Dr.^ª. Eulália Enise Cardoso (UFES)


Prof. M. Sc. Marcos Rodrigues da Silva


Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa

Florianópolis, 22 de setembro de 1997



**As memórias dos afro-brasileiros,
fonte histórica que tornou possível
visualizar as "Áfricas Presentes"
em Florianópolis.**

Dedico este trabalho à memória dos meus pais Manoel Laurentino Maria Junior e Júlia Conceição Rosa. À Júlia, especialmente. Corajosa mulher negra que, na ausência de Manoel, dedicou-se inteiramente à minha formação. Foi por ela que cheguei até aqui.

Em memória de José Manuel Maria (papai José), meu pai adotivo, que sempre me deu muito amor.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial é dirigido aos entrevistados, que são os pilares da construção deste trabalho. Com carinho e paciência, eles possibilitaram-me, através de seus relatos, conhecer mais o universo histórico das populações negras de Florianópolis.

Quero também agradecer à Professora Dra. Joana Maria Pedro, que além de dar o exemplo de uma postura intelectual de grande competência e seriedade, orientou esta pesquisa com a sensibilidade de conhecedora interessada. Grande amiga que sempre me dedicou uma atenção especial.

Gostaria de registrar nas páginas deste trabalho, alguns nomes de pessoas que atuaram direta ou indiretamente na elaboração dessa dissertação. A solidariedade, a amizade, o carinho, foram fatores muito importantes nessa caminhada. Aos amigos do curso Josiane, Cida, Jussara. Em especial aos amigos Mara Rúbia e Nilceu, que me dedicaram um carinho todo especial. Aos secretários do curso de pós-graduação em história, Gilson, Murilo e Jorge, pelo apoio tantas vezes dispensado. À grande amiga Luciene, a quem dedico meu carinho por todo estímulo que me deu para que eu aqui chegasse. Ao Márcio, amigo de tantos momentos difíceis, compartilhando as certezas e as incertezas deste trabalho. À amiga Ivone, pelo grande apoio que me prestou durante esta trajetória. Aos amigos Valécio e

Vera que, que mesmo sem saber deram seu apoio. A madrinha a que dedico meu carinho. A amiga Dulce Pedroso minha eterna mestra que muito me incentivou.

Ao amigo Nelson pelas trocas que fizemos e que muito me ajudaram a crescer. Ao professor Marcos Rodrigues da Silva, amigo de lutas e conquistas, pelo grande incentivo que prestou a este trabalho. Ao Professor Paulino Francisco de Jesus Cardoso, amigo de lutas, pelas idéias que trocamos e pelo apoio no crescimento intelectual. À amiga Orivalda, que dedicou boa parte do seu tempo a revisão gramatical. À amiga Rosana pelo carinho com que revisou esta dissertação. Ao Sr. Valdir, pela atenção e material fotográfico que me forneceu. Ao amigo Professor Ady Vieira Filho, por sua dedicação nas horas que passou na biblioteca coletando dados nos jornais. À amiga Maria Luiza, pelo carinho que sempre me dedicou. À amiga Paula, carinhoso ombro amigo que muito me incentivou e colaborou na revisão ortográfica desse trabalho. Ao amigo Álvaro. Ao meu amigo Paulo B. H. Vieira que colocou seu tempo a disposição na digitação desse trabalho sempre com muita paciência e dedicação. Ao professor e amigo Christian que se dispôs a fazer as legendas das fotos. A tia Dica, que sempre me deu muito amor. À Terezinha, Bernadete, Lourdes, Verônica e Maria, irmãs que sempre me apoiaram. Ao meu irmão José e minha cunhada Marlene pelo carinho que sempre me dedicaram. A Laureci e Cleusa grandes amigas das horas difíceis. Ao meu amigo Vladimir pelo carinho que

sempre me prestou, ao grande amigo Dr. Claudio Nogueira pelo seu grande apoio e interesse pela temática racial, o muito obrigada. A minha amiga Isa que muito me tem apoiado. A professora Neli pela carinhosa atenção. Ao Gilberto pela atenção que dedicou a este trabalho. As amigas Suzy Miriam e Luciane Baby por todo o carinho que me dedicaram. Aos muitos outros nomes não mencionados, e que prestaram sua solidariedade fica aqui minha eterna gratidão.

RESUMO

MARIA, Maria das Graças. **Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes - Experiências das Populações Negras no Cotidiano da Cidade de Florianópolis (1930-1940)**. Florianópolis, 1997, 228p. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Joana Maria Pedro

Defesa: setembro de 1997

Estudo historiográfico sobre os afro-brasileiros em Florianópolis, no período de 1930 e 1940. Com ênfase na discussão das experiências cotidianas e na constituição dos territórios negros. É no contexto desta cidade normatizada pelos poderes públicos, com projetos modernizadores, pautados nos discursos da elite branca, que defendiam valores como progresso, civilização, que se constróem a imagem de Florianópolis, onde as diferentes etnias são excluídas desse contexto. No entanto as populações de origem africana viveram no dia-a-dia, uma pluralidade de experiências, pontuadas de ambigüidade, permeadas de conflitos, medos, acomodações resistências. É a partir dessas experiências que são tecidas as histórias dos afro-brasileiros em Florianópolis que nesse trabalho aparecem como porta vozes.

Palavras-chave: Invisibilidade; Territórios Negros; Racismo; Preconceito Racial; Afro-brasileiros; Experiências; Populações Negras;

SUMARIO

Apresentação	12
Introdução	15
 CAPÍTULO I	
<i>Outros Olhares Sobre a Cidade: Ocupação e Experiências Cotidianas dos Afro-brasileiros em Florianópolis</i>	33
 CAPÍTULO II	
<i>A Constituição dos Territórios Negros na Cidade</i>	125
2.1. O <i>footing</i> no centro da cidade: a rua como “território étnico”	126
2.2. A irmandade católica: espaço de controle ou de resistência?	134
2.3. O Cacumbi: a presença de práticas culturais africanas no contexto urbano de Florianópolis.....	139
2.4. Centro de Umbanda: espaço de resistência das práticas culturais africanas e espaço de vigilância dos poderes autorizados.....	144
2.5. As sociedades recreativas, suas normas e seus códigos.....	149
2.6. As escolas de samba: o morro desce e toma as ruas da cidade.....	157
2.7. As comunidades negras no interior do espaço de poder das elites brancas.....	164
2.8. 1930-1940 – Os movimentos dos afro-brasileiros na cidade de Florianópolis....	167
2.9. Os territórios negros no contexto urbano demarcado pelas elites brancas.....	172
 CAPÍTULO III	
<i>Experiências dos Afro-brasileiros no Interior dos “Territórios Negros”: A União Recreativa 25 de Dezembro e o Brinca Quem Pode</i>	175

3.1. A União Recreativa 25 de Dezembro..... 178

3.2. A Sociedade Recreativa Brinca Quem Pode..... 202

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memórias Negras Numa Cidade Revisitada..... 219

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 227

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação de mestrado surgiu da idéia de se fazer uma pesquisa sobre as sociedades recreativas dos afro-brasileiros existentes em Florianópolis. Daí partiram as primeiras investigações que nortearam o tema central desta pesquisa, qual seja a de buscar historicamente os registros da presença e a da experiência das populações negras da cidade, no período estabelecido entre as décadas de 1930 e 1940.

A escolha deste período específico foi por razões metodológicas, em função de ser um período rico no aparecimento de sociedades e agremiações exclusivas de negros e por grande parte da documentação em que se baseia a pesquisa ser a fala oral do próprio objeto histórico, junto aos registros iconográficos, aos jornais locais e às falas contidas nos próprios registros das agremiações em questão.

A nossa historiografia, pautada em um paradigma tradicional, é resultado das construções históricas elaboradas no espaço dos Institutos Históricos e Geográficos, e tem priorizado os grandes acontecimentos políticos e os heróis brancos, dando pouca ou nenhuma visibilidade aos feitos das populações de descendência africana.

A presente abordagem, fruto de construções oriundas de novas reflexões históricas, está voltada para a história social e cultural, dando ênfase às experiências cotidianas das pessoas comuns. E partindo dessas concepções, buscou-se mostrar especificamente parte da população da cidade de Florianópolis descendente de africanos que, como porta-voz de sua própria história, deixou seu legado a compor também a historiografia catarinense.

As questões aqui colocadas não têm caráter definitivo, pois a pesquisa e as indagações permanecem, assim como as respostas alcançadas estão longe de esgotá-las, pois muitas são as lacunas nesta área temática, tornando longo o caminho ainda a ser percorrido.

INTRODUÇÃO

MARIA MARIA

*"É o som, é a cor é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando
Deve chorar
E não vive apenas agüenta.*

...

*Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo
a marca Maria Maria
Mistura a dor e a alegria.*

...

*Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida."*

MILTON NASCIMENTO

INTRODUÇÃO

Esta forma de abordagem histórica certamente despertará no leitor muitas indagações, a começar pelo título escolhido: *“Imagens Invisíveis De Áfricas Presentes.”* / A maioria dos discursos e imagens referentes à cidade de Florianópolis costuma representá-la como se as populações de descendência africana não fizessem parte de sua composição étnico-racial¹

A invisibilidade está entre os dispositivos do racismo implícito, cujas práticas de exclusão e discriminação racial e social submetem a maioria dos não-brancos. Neste contexto se encontram as “Áfricas Presentes” que habitavam no silêncio da nossa História. Estas “Áfricas” são aqui representadas pelas populações afro-brasileiras, seus territórios e suas tradições culturais.

¹ A utilização do termo étnico-racial neste trabalho procura dar conta da problemática racial no caso brasileiro especificamente. No campo intelectual, essas categorias são bastante polêmicas. A etnia é pensada a partir das heranças culturais; línguas, aspectos religiosos e outras tradições de um grupo. Esse conceito foi utilizado principalmente pela Antropologia Física. Por outro lado, o conceito tradicional de “raça” nos remete aos teóricos racistas do século XIX e ao determinismo biológico que pregava a superioridade racial das populações de descendência européia. O termo ‘raça’ aqui utilizado ampara-se teoricamente na sociologia que, juntamente com as visões e experiências do Movimento Negro brasileiro, tem procurado analisar as questões raciais de acordo com a realidade deste país. Segundo a professora Nilma Lino Gomes, o conceito ‘raça’ pode ser aplicado à sociedade brasileira, já que nosso imaginário social não dispensa as características fenotípicas ao referir-se aos negros, como fator importante para analisar a pertinência racial”. Recorre-se aos caracteres físicos (cabelo, lábios, nariz, etc.) dos afro-brasileiros para afirmar sua condição racial. O termo etnia não exclui o termo raça, ao meu ver ambos se complementam. Enquanto ‘etnia’ é utilizada para pensar as manifestações culturais das populações negras, como por exemplo o candomblé, o cacumbi, e outras tradições herdadas dos antepassados africanos, a “raça” seria, no caso específico do Brasil, um recorrente baseado nos caracteres fenotípicos que definiria e afirmaria a condição racial das populações de origem africana. Neste País é a cor da pele que define a categoria racial em que estão inseridos os afro-brasileiros.

GOMES, Nina Lino. *A MULHER NEGRA QUE EU VI DE PERTO*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995, p.48-50.

Revelou-se a existência de uma multiplicidade desses grupos na cidade ocupando os mais diversos espaços, desde os mais tradicionais, ou seja, na cozinha, nos lavadouros públicos e na rua, como também nas Câmaras de Vereadores e de Deputados, nas Escolas Públicas e Particulares, nas Sociedades Recreativas exclusivas de negros, nas Irmandades Católicas, nos Terreiros de Umbanda, etc.

Mulheres e homens negros ao viverem suas histórias marcaram alguns lugares que passaram a ser verdadeiros arquivos de memória dessas populações na cidade. Tais arquivos de memória tornaram-se as fontes que permitiram um “olhar” diferente para a cidade e para a historiografia catarinense. O universo empírico é bastante inusitado e, no decorrer desta dissertação, uma pluralidade de questões conduzirão a diferentes caminhos sem, contudo, perder-se de vista a idéia inicial desta pesquisa que é dar visibilidade aos espaços ocupados pelas populações afro-brasileiras na cidade.

Esse “outro olhar” para a cidade permitiu perceber que o contexto urbano se constituiu num espaço de poder das elites, onde a espacialidade era definida pela cultura branca, cujos valores dominantes determinavam normas definidoras de conduta social para toda a população. O projeto destas elites tinha por escopo o conceito de modernidade calcado nos ideais de progresso, civilização e, conseqüentemente, de branqueamento da população.

A Florianópolis do final do século XIX e início do século XX foi, assim como outras capitais brasileiras, palco de uma política de exclusão dos pobres e dos não-brancos do centro da cidade. Esse espaço de poder das elites era propício à construção de um imaginário social em que a presença do “outro”, o diferente, passa a ser negada. Na negação do “outro” o racismo, enquanto estratégia de poder, promoveu a

discriminação e a segregação racial e a conseqüente exclusão social de parcela da sociedade.

A evidência disso foi o gradual embranquecimento dos espaços centrais da cidade, ou seja, deslocou-se para a periferia dela as populações tidas como perigosas. Na categoria das populações perigosas incluíam-se primordialmente os negros e os pobres.

A transferência dessas populações se processou com base num discurso eugênico que visava a promover a higienização e a *medicalização* dos espaços, construindo uma cidade pretensiosamente civilizada no lugar da cidade “infecta”. No discurso da Ideologia da Higiene “(...) os pobres passaram a representar perigo de contágio”². Para limpar a cidade era necessário promover a saída dos negros e dos pobres para os lugares mais distantes, principalmente os morros, para onde foi deslocada a maioria daquelas pessoas, o que as tornou socialmente invisíveis. A defesa do discurso higienista transformou-se assim numa estratégia de poder.

A autora Eliana Veras comenta que, na visão de Oswaldo Rodrigues Cabral, “As chácaras da Praia de Fora e também do Mato Grosso, nos bairros reputados como os mais saudáveis, desde os meados do século XIX, ofereciam as melhores residências aos mais abastados por ficar longe do centro, ao abrigo de qualquer promiscuidade, e resguardadas da proximidade de indesejáveis”³. Isso reflete bem o discurso vigente à época em todo o País. O centro da cidade do final do século XIX e início do século XX,

² CHÁLHOUB, Sidney.. **Cidade Febril Cortiços e Epidemia na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p-29.

³ CABRAL, *Apud* VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Franklin Cascaes, 1993, p 103-104.

retratado por Cabral um lugar pouco saudável, era assim reputado em decorrência da presença dos pobres e negros.

Nas décadas de 1930 e 1940 o cenário apresentou alterações, e o centro da cidade já não abrigava mais a massa dos despossuídos, pois a maior parte fora transferida para outros lugares. Ainda assim, no interior daquela cidade normatizada pela política do Estado Novo, sob a forma de tentativa de empreender um movimento homogeneizador sobre a sociedade da época, passou a existir uma outra, “*a Cidade Esconderijo*”⁴. Esta foi palco das histórias dos homens e mulheres que, na sua multiplicidade de experiências e apesar das normas reguladoras, da política e dos valores dominantes, viveram seu cotidiano num movimento constante a instituir por assim dizer uma cidade transgressora. Dessa forma construíram seus territórios, inventaram seus códigos, redefiniram seus espaços, imprimindo a marca de suas tradições culturais.

Na “cidade transgressora” foi possível visualizar as suas diversidades, porque constituída por uma pluralidade de sujeitos históricos, ao contrário da “cidade oficial”, caracterizada por uma política homogeneizadora incapaz de assimilar as diferenças étnicas e socioculturais.

A padronização do comportamento social como estratégia de poder para exercer a dominação sobre a maioria da população no período da ditadura se reflete nas normas estabelecidas nos espaços das sociedades recreativas, nas comunidades negras, onde as regras de condutas impostas norteavam as relações sociais. As populações afro-brasileiras e seus territórios foram quase sempre alvo de controle do poder autorizado.

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p-212.

A presença dos diferentes segmentos destas populações se apresenta, sob os mais variados aspectos, pela condição sócio-econômica, nível intelectual, gênero, partidos políticos, religião e comunidades de pertencimento. A diversidade apresentada permite pensar-se as tensões vividas no interior daqueles territórios negros e na sua relação com os poderes públicos. As tensões e a resistência também fizeram parte das experiências do cotidiano, aqui analisadas, sem perder de vista o contexto histórico e temporal (décadas de 1930 e 1940).

Os poderes públicos se manifestavam exercendo políticas de controle sobre os cidadãos. O trabalho por exemplo passou a ser um dos valores exigidos como distintivo de cidadania. É o momento em que se idealiza o perfil do homem brasileiro. A construção do ideal de homem brasileiro ocorreu num contexto político-ideológico onde as diferenças raciais eram escamoteadas, acentuando ainda mais a invisibilidade dos não-brancos.

Mesmo com um ritmo de desenvolvimento urbano lento, havia vários projetos das elites que visavam à modernização de Florianópolis nos moldes de outras cidades brasileiras. Esta modernização incluía também uma política de controle oficial dos cidadãos. É neste contexto que as populações de origem africana da cidade tiveram que construir seus *territórios*; marcados por uma pluralidade de práticas socioculturais, que imprimiam a determinados lugares o perfil de território de negros.

A idéia está fundamentada teoricamente na noção de que: “Território para dar conta dos espaços construídos pela comunidade negra, onde tornaram-se possíveis suas manifestações culturais, como a partir de uma cartografia da cidade e de suas relações

sociais, para identificar conjuntos de marcas simbólicas produzidas por comunidade que transformaram uma dada localidade em espaço reconhecido como negro”⁵.

Uma outra perspectiva nos remete à idéia de territórios negros constituídos na cidade de Florianópolis: “(...) Como comunidade negra tomada como um valor, os negros constituem múltiplos espaços sociais, simbólicos e existenciais no contexto urbano(...). Por outro lado, também designa os espaços sociais com acentuada presença e circularidade de negros”⁶.

A configuração dos territórios negros dava-se pela presença das populações de descendência africana em pontos específicos da cidade, tais como os pontos de encontro - o *footing* - da Praça XV, da rua Arcipreste Paiva e da calçada do Palácio do Governo; os lavadouros públicos (fontes de águas onde trabalhavam as lavadeiras); as Irmandades Católicas (Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos); os Clubes Recreativos (Brinca Quem Pode, União Recreativa 25 de Dezembro, Flor da Mocidade, Flor do Abacate, Tiramão); as Comunidades Negras (Coloninha no Continente, Morro da Caixa D’água incluindo o Morro do Mocotó, Monte Serrat e o Morro da Mariquinha); as Escolas de Samba (Protegidos da Princesa); os Terreiros de Umbanda (Terreiro da Malvina); e a dança do Cacumbi.

Todos estes espaços passaram a ser percebidos como espaços de negros. Suas marcas estão além da presença física e temporal, pois as impressões deixadas pelos sujeitos históricos também se constituem simbolicamente.

⁵ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **A Luta Contra a Apatia: Estudos Sobre a Instituição dos Movimentos Racistas na Cidade de São Paulo (1915-1931)**. Dissertação de Mestrado: PUC/São Paulo, 1993, p-38.

⁶ BITTENCOURT, Iosvaldyr, A Esquina do Zaire. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no Sul do Brasil**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p-221.

Quando, por exemplo, Nadir de Oliveira, uma das primeiras mulheres a desfilar em escola de samba em Florianópolis, afirmava que a Protegidos da Princesa foi fundada por um grupo de homens da Marinha, saudosos do carnaval carioca (cujos ensaios se davam na casa de Libânio, na rua Nestor Passos, sob os pés de bananeiras), não se tratava apenas de um relato da existência da primeira escola de samba da cidade, mas de depoimento pleno de histórias permitindo perceber-se a invenção ou a redefinição dos espaços ocupados pelos negros.

O quintal na casa de Libânio, debaixo das bananeiras, tornou-se palco de reuniões, de conversas, de conflitos, e passou a apresentar um perfil específico naquele contexto urbano. Hoje o lugar ficou marcado e a memória oral nos remete a histórias que, ausentes do registro escrito, fazem parte das inúmeras experiências vividas pelas populações de descendência africana.

A constituição dos territórios negros no espaço de poder da cidade caracterizou-se como um movimento não organizado, silencioso, ocorrido no cotidiano dos vários segmentos da população, marcada por conflitos, resistências, códigos, relações sociais, todos fragmentos das histórias que marcaram a conquista daquele espaço.

As reflexões acerca das populações afro-brasileiras na constituição dos seus territórios propiciam a percepção dos diferentes valores culturais que permeavam as relações entre aqueles indivíduos. No interior daqueles territórios negros as tradições culturais africanas entrecruzavam-se com os valores da cultura branca predominante. A interculturalidade também colaborou na definição do perfil desses lugares, pela ação cotidiana dos sujeitos históricos interferindo no *status quo* e vice-versa, permitindo pensar-se na dinâmica das experiências humanas. O intercâmbio de valores entre as diferentes culturas está sempre presente nas relações sociais.

O compromisso estabelecido com a história social permitiu pensar-se estas construções a partir da descoberta das experiências do cotidiano de homens e mulheres comuns. Os povos de descendência negra africana fazem parte dos grupos sociais cujas vozes foram silenciadas pela história oficial, e cuja memória permanece na invisibilidade.

A historiografia oficial sempre privilegiou a história política dos grandes heróis, sendo o conhecimento histórico elaborado no espaço dos Institutos Históricos e Geográficos onde a ação do homem comum era relegada à invisibilidade. O cotidiano dessas pessoas nunca foi objeto de honesta investigação histórica. As populações de descendência africana foram quase sempre enfocadas a partir do contexto escravista, ou sob a ótica da marginalização social decorrente da suposta inferioridade racial.

Não se pretende desqualificar aqui a produção da historiografia tradicional, que entendemos ser resultado de determinada construção histórica, porém o compromisso com a história social implica a percepção da multiplicidade de experiências de homens e mulheres comuns em seu cotidiano construindo a sua história. Utilizou-se a própria fala dos personagens negros, enquanto porta-voz, para dar visibilidade às suas ações no contexto urbano.

O registro iconográfico permitiu por exemplo uma pluralidade de leituras da estética negra, das relações de poder, de gênero, e da percepção de outros aspectos da cultura africana naquele espaço específico. As fotografias auxiliaram na promoção da visibilidade dessas populações, pelo registro inegável da presença e das experiências vividas. As imagens da cidade que compõem este registro histórico remetem às cenas relatadas nos depoimentos ajudando a compor o cenário da Florianópolis daquelas décadas.

A análise das Atas da Sociedades estudadas remetem ao interior daqueles *territórios*, focalizando os acontecimentos que, distantes no tempo, e sem deixar transparecer o calor das discussões nem a força dos olhares e dos movimentos, possibilitaram a percepção de fragmentos das histórias vividas naquele espaço.

Os jornais da época foram outro tipo de fonte que tornou possível a complementação das informações obtidas nos relatos orais. Os discursos políticos e as produções literárias publicadas nestes periódicos mostrou retratos de cenas do cotidiano político, econômico, e cultural, da ação das elites brancas da cidade, do controle exercido sobre a população geral e sobre a negra.

Os dados do IBGE serviram como um demonstrativo da presença dos afro-brasileiros na cidade, permitindo perceber-se através daquela fonte oficial o registro numérico da presença dos descendentes de afro-brasileiros. É possível que os índices do censo demográfico não pudessem apresentar um retrato fiel e específico da população negra por questões outras, mas vale ressaltar a importância do aparecimento nos formulários do quesito cor, contribuindo para a promoção da visibilidade daquelas populações. A categoria 'pardo' fora utilizada nos censos demográficos até a década de 90, para classificar não só os descendentes miscigenados de origem africana, como também os das populações indígenas.

As fontes bibliográficas foram os referenciais teóricos que nos ajudaram nas reflexões e nas análises das questões deste trabalho.

A Miséria da Teoria de E. P. Thompson foi um principais suportes teóricos deste trabalho. Com base nos termos experiência humana e cultura, Thompson afirma que:“(...) Os homens e mulheres(...), como pessoas, experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos

e, em seguida, tratam essa experiência em sua consciência e cultura das mais complexas maneiras”⁷. A partir dessas afirmações é que foram conduzidas as discussões relacionadas às experiências vividas pelas populações de origem africana e à constituição dos seus territórios no espaço urbano. Com base na perspectiva de análise de Thompson, procurou-se perceber, no vai-e-vem cotidiano das pessoas comuns, a multiplicidade das experiências vividas, juntamente com outros sujeitos históricos.

A experiência humana ocorre no âmbito das relações sociais, o que implicam conflitos, resistências, acomodações e ambigüidades, e nas quais os indivíduos atribuem significados diversos às ações que experimentam. As experiências humanas são tratadas no âmbito cultural, onde os valores, as tradições e as idéias inseridas nas relações sociais cotidianas se manifestam das mais diversas formas. Os indivíduos vivem as suas experiências no conjunto destas relações.

O relato das múltiplas experiências vividas no cotidiano da cidade de Florianópolis pelas populações de origem africana demonstra como os homens e as mulheres teciam suas histórias. As ações mais comuns são aqui realçadas, porque é de experiência humana, conforme nos aponta Thompson, que estamos tratando. E nela estão contidos valores, expressões culturais, normas, sentimentos, crenças religiosas, leis, códigos, conflitos e tramas. Ao carregar uma trouxa de roupas na cabeça, a lavadeira experimenta a fadiga, a ansiedade, os desejos, os sonhos, as necessidades básicas de sobrevivência, juntamente com valores culturais, todo esse conjunto que faz parte da experiência humana é gerado no dia-a-dia e é constantemente elaborado.

⁷ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p-182.

Nas experiências não estão expressas somente a atividade material mas também as emoções. Thompson afirma, com relação às tais experiências:

O que descobrimos está num termo que falta, experiência humana (...). Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada⁸.

As experiências humanas são pontuadas de ambigüidades, de improvisos, refletidas nos conflitos, acomodações, resistências e medos. Não são resultado de uma determinação histórica; e vão sendo tecidas no fazer cotidiano, que é marcado pelas inúmeras possibilidades para a sobrevivência. Os sujeitos históricos não se constituem só de materialidade, em cada experiência vivida estão contidas suas emoções e as expressões de sua cultura.

O acesso que Ramiro Farias construiu para que sua rua se tornasse mais viável, as cantorias que ajudavam o trajeto que Benjamim e seus companheiros faziam como carregadores de piano, o trabalho de Joana, Francelina e Rita nas fontes lavando roupas para as famílias da elite florianopolitana. Tudo isso compôs o mosaico das histórias das populações de origem africana, que viveram as ambigüidades existentes no meio urbano, adaptando-se e inventando formas de sobrevivência singulares porém plenas de significados. A pluralidade de experiências vividas no cotidiano pelos descendentes de africanos ficaram impressas na história da cidade.

Outro aparato teórico foi a *Invenção do Cotidiano*, de Michel de Certeau, onde o autor refere-se à criatividade das pessoas ordinárias, à não passividade, à anti-disciplina,

⁸ *Idem*, p 182.

uma criatividade oculta feita de uma “astúcia silenciosa, cada um inventando a sua própria maneira de caminhar”⁹.

A Professora Margarida de Souza Neves, em palestra proferida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), levantou questões relacionadas à memória oral como construção, não como resgate, e onde inúmeros cruzamentos estariam presentes, as várias temporalidades, ou seja, as lembranças do passado misturadas ao presente, num cruzamento de registros e invenções do passado. Invenções estas que não tirariam a veracidade do que está sendo falado, mas que imprimiriam emoções e criatividade, no relatar as histórias que emergem junto a inúmeras lembranças. A memória oral é construção. E como construção permite inúmeros cruzamentos, porque o passado não se resgata, se inventa, se constrói, tendo o presente como referencial. Invenções que não comprometem as histórias, porque elas estão assentadas em dados empíricos. A memória oral registra as experiências passadas, que se apresentam no presente, permeada de diferentes temporalidades, invenções e registro.

Outros estudos remetem às questões presentes nessas histórias relacionadas às práticas racistas.

Quase sempre as atividades menos qualificadas no mercado de trabalho continuam sendo exercidas por pessoas de cor negra. As justificativas utilizadas para a permanência de tal prática referem-se normalmente à desqualificação por atribuição de incapacidade aos indivíduos da raça negra. Nesse discurso residem práticas racistas que se manifestam de diferentes maneiras.

No Brasil, o mito da democracia racial nega a existência do racismo, pressupondo a existência de igualdade racial. Mas, nas relações sociais concretas dos

⁹ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, p 178.

indivíduos, o racismo assume o caráter de desigualdade social e de exclusão. Os clubes de negros e brancos, verdadeiros territórios étnicos, e o *footing* em calçadas distintas eram evidências que permitiam que a discriminação racial fizesse suas encenações tendo a rua como palco, traduzindo-se os conflitos raciais presentes em Florianópolis nas décadas de 30 e 40.

O racismo como relação de poder reinterpreta na prática o distanciamento sócioeconômico existente entre brancos e negros. O poder de uma cultura branca dominante que perpassa as relações sociais, reelabora discursos e emite imagens que são passadas para o imaginário coletivo alimentando as concepções segregacionistas e fomentando o racismo, que se mantém no cotidiano das pessoas e permanece excluindo a maioria dos afro-brasileiros do direito à cidadania. A discriminação racial está para além da discriminação social, pois, mesmo quando o negro ascende socialmente, a cor da pele atua como uma espécie de marca que continua sendo a principal barreira para as populações de origem africana.

O racismo também pode ser traduzido pela invisibilidade do negro na historiografia tradicional. Costuma-se justificar a invisibilidade das populações negras em Florianópolis sob o argumento de que Desterro, por ter sido uma economia subsidiária, teve, diferentemente de outras regiões brasileiras, uma população escrava bastante reduzida.

No capítulo *Escravidão e Preconceito Em Santa Catarina, “História e Historiografia”*, a historiadora doutora Joana Maria Pedro e outros autores dizem que:

(...) Esse tipo de argumento - o qual escamoteia o intenso preconceito e discriminação no trato com os negros - costuma vir amparado numa reduzida produção historiográfica dedicada ao período da escravidão.(...) Apontam ainda que: A historiografia que enfoca o período escravista tem sido permeada por diferentes problematizações, as quais nem sempre pretendem questionar

*as relações interétnicas desiguais; muito pelo contrário, algumas vezes até contribuem para reforçar o preconceito e a discriminação.*¹⁰

Isso significa que a invisibilidade atribuída às populações de origem africana pela historiografia catarinense não resulta do *reduzido número de cativos com que contou Santa Catarina no período escravista*, embora esta seja a forma como alguns autores têm dado enfoque à questão, dentre eles Walter Piazza e Oswaldo Rodrigues Cabral, que, em suas análises, perderam de vista os fatores que geraram as desigualdades sociais e interétnicas.

É importante ressaltar que “(...) o contingente de escravos em Santa Catarina não deixou de ser, também, expressivo em certos momentos(...). No caso de Desterro, chegou a atingir mais de 40% (da população) em 1831”¹¹. Este índice está longe de ser inexpressivo como pretendem aqueles autores catarinenses, ao argumentar que é no passado escravista que podemos encontrar as razões do baixo índice da população de descendência africana em Florianópolis. Mesmo tendo-se em conta que uma parcela de escravos tenha sido transferida para outras regiões brasileiras, uma boa quantidade ficou por aqui.

Na primeira década do século XX, inicia-se o processo migratório das populações de descendência africana do interior de Santa Catarina para Florianópolis. Considerando-se que a população cativa em Desterro, na década de 30 do século XIX, chegou a representar 40% da população da cidade, pode-se supor que os descendentes dos escravos que permaneceram na cidade de Desterro, atual Florianópolis, juntamente

¹⁰ PEDRO, Joana Maria. *Escravidão e Preconceito em Santa Catarina*. In: LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996, p 234.

¹¹ PEDRO, Joana Maria et alii. *Negro em Terra de Branco: Escravidão e Preconceito em Santa Catarina no Século XIX*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, p 19.

com os migrantes negros do interior de Santa Catarina, somaram um contingente populacional bastante significativo.

Tais fatos permitem deduzir-se que a invisibilidade dos afro-brasileiros foi consequência muito mais de um mecanismo de exclusão inserido na política de branqueamento da cidade do que de uma redução natural de contingente resultante das vicissitudes do sistema escravista.

Para maior esclarecimento, observe-se no artigo da professora doutora Ilka Boaventura Leite como se processaria o mecanismo da invisibilidade:

A noção de invisibilidade, utilizada por vários autores para caracterizar a situação do negro, foi utilizada pela primeira vez na literatura ficcional americana por Ellison para descrever o mecanismo de manifestação do racismo nos Estados Unidos(...) Ellison procura demonstrar que o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade, ou seja, não que o negro não seja visto mas sim que ele é visto como não existente (grifo nosso) 12.

No Brasil, a invisibilidade dos negros se configurou como um atestado da existência do racismo, através da “negação do outro”. Essa negação ocorre em várias instâncias nas quais o poder de um grupo étnico se sobrepõe a outros restringindo a sua atuação. Foram as ações dos movimentos negros organizados, principalmente a partir de 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil, que começaram a evidenciar e denunciar as práticas de racismo.

A explicitação das formas de resistência negra colocou em pauta o combate à desigualdade racial no Brasil, forçando a criação de políticas públicas de inclusão desta minoria que tem sido relegada aos *porões* de uma sociedade que os rejeita.

¹² BOAVENTURA, p 41.

O termo sociabilidade, em referência aos Espaços de Sociabilidade dos Afro-brasileiros na Cidade, é aqui utilizado com base na definição de Lisabete Coradini, em *Praça XV- Espaço de Sociabilidade*, sendo entendido como o: “(...) conjunto das múltiplas apropriações, usos, discursos, olhares e representações(...)”¹³.

A citação acima permite pensar o *footing*, os lavadouros, os clubes recreativos e os outros territórios negros, como lugares de múltiplos conflitos, encontros, trocas, relações, olhares, representações e discursos. Lugares onde uma pluralidade de ações possibilitou a construção de histórias dos homens e mulheres de descendência africana na cidade.

Esta dissertação compõe-se de três capítulos. No primeiro capítulo, “Outros Olhares Sobre a Cidade: Ocupação e Experiências dos Afro-Brasileiros no Cotidiano de Florianópolis”, através dos depoimentos orais, construiu-se as histórias dos afro-brasileiros e dos territórios ocupados por eles no contexto urbano, dando visibilidade às experiências do seu cotidiano, perspectiva da percepção da presença dessas populações onde não há registro histórico. Como porta-vozes de suas próprias experiências, estes sujeitos históricos saíram do silêncio imposto, propiciando um “*olhar*” para as “*Imagens Invisíveis*”, de uma pluralidade de “*Áfricas Presentes*”. Estas *Áfricas* são a expressão das tradições culturais e das histórias que as populações de descendência africana construíram nesta Cidade.

No segundo capítulo, em “A Constituição dos Territórios Negros na Cidade”, foram rastreados, através dos relatos orais e alguns documentos escritos, os espaços ocupados na cidade, marcados como “Territórios Negros”. Territórios estes que se constituíram para além da presença física dos indivíduos, mas que também foram

¹³ CORADINI, Lisabete. *Praça XV: Espaço e Sociabilidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995, p 17.

resultado das impressões simbólicas deixadas por quem também ajudou a construir o perfil da cidade. A visibilidade dos territórios negros permitiu pensar-se o movimento dessas populações, num mapeamento da presença antes não percebida, pois estes lugares foram pontos de resistência, de conflitos, de sociabilidade, de histórias e de memória.

Um movimento cuja característica foi a luta cotidiana para estabelecimento numa cidade normatizada pelos grupos dominantes, detentores do poder. Que permitiu que se visualizasse uma “cidade esconderijo”, onde os afro-brasileiros viviam uma pluralidade de experiências transformando seus territórios em verdadeiros arquivos de história

No terceiro capítulo, “Experiências dos Afro-brasileiros no Interior dos Territórios Negros: A União Recreativa 25 de Dezembro e o Brinca Quem Pode”, pode-se perceber, através das atas dos clubes, da memória oral e de fotografias, as experiências vividas pelas populações de descendência africana num espaço restrito e específico, bem como seus valores, objetos de nossa análise, a relação entre eles e a sociedade em geral, as formas como foram construídas em seu interior as normas reguladoras do seu comportamento social. Como, do interior desses clubes, os afro-brasileiros se manifestaram, deixando registradas suas ações e que foram assim ganhando visibilidade. Seus bailes, suas festas, seus ritmos e seus trajes foram ali relatados ganhando a aura de registro histórico.

Para este fim foram analisadas especificamente a “União Recreativa 25 de Dezembro” e o “Brinca Quem Pode”, ambas sociedades fundadas na década de 30.

CAPÍTULO I

Outros Olhares Sobre A Cidade: Ocupação E Experiências Cotidianas Dos Afro-Brasileiros Em Florianópolis.

“A profundidade da consciência busca o bem e a verdade implica resignação, hipocrisia e máscara, e o interprete filólogo, ao percorrer os signos para denunciá-las, deve ser um escavador dos submundos a fim de mostrar que a profundidade da interioridade é coisa diferente do que ela mesma pretende ser.(...) As palavras sempre foram inventadas pelas classes superiores e, assim não indicam um significado, mas impõem uma interpretação.”

Nietzsche

Outros Olhares Sobre A Cidade: Ocupação E Experiências Cotidianas Dos Afro-Brasileiros Em Florianópolis.

Existe uma diversidade de perfis de afro-brasileiros em Florianópolis apontada neste trabalho. Desde 1910 iniciou-se um processo migratório dessas populações, das regiões interioranas e de outros estados para esta Capital.

A par do processo de urbanização ter motivado a grande maioria das pessoas a virem para a cidade à procura de trabalho, outros fatores também contribuíram para o afluxo de um contingente significativo de afro-brasileiros. Além do sonho de encontrar um trabalho que pudesse proporcionar melhores condições de vida, as pessoas buscavam a realização na cidade dos seus desejos e sonhos contidos. A fascinação exercida pelos múltiplos desejos residentes na imaginação de cada um, levou os indivíduos a idealizarem e a escolherem a cidade como lugar de realização e liberação das suas fantasias, construídas numa multiplicidade de formas.

Os medos também fizeram parte da imagem ideal de cidade, porque os desejos podem ser por ele cancelados. As dificuldades iniciais eram minimizadas pela existência de uma rede de solidariedade entre aquelas pessoas. Era comum as famílias recém-chegadas e sem terem onde morar serem convidadas a ficar algum tempo com parentes ou conhecidos; em alguns casos moravam assim durante anos até se estabelecerem.

Todo o suporte emocional (sonhos, desejos, medos), aliado ao instinto de sobrevivência (luta por trabalho, moradia, etc.), motivou as várias famílias de

descendência afro-brasileira dentre as quais os Cardoso, os Veloso, os Pereira e os Barbosa a se estabelecerem na periferia, mais especificamente nos morros da Caixa D'água, que compreende a extensão geográfica entre o Morro do Monte Serrat, Morro do Mocotó e Morro da Mariquinha. Alguns grupos se estabeleceram no bairro da Coloninha, no subdistrito do Estreito, e outros passaram a residir no bairro da Agrônômica, próximo ao centro no hoje denominado Morro do 25.

Tais contingentes populacionais serão responsáveis pela formação de várias comunidades negras em Florianópolis.

Estes homens e mulheres que trabalhavam em atividades informais, como pedreiros, empregadas domésticas, lavadeiras, jardineiros, carregadores de piano, etc, descendem de escravos que viveram em Desterro, e também compõem o perfil da cidade. Muitos aprenderam as profissões com seus antepassados, conservando os aspectos da cultura africana, que depois foram repassados aos seus descendentes através da tradição oral, bem como preservaram saberes domésticos aprendidos com os mais velhos. É o caso das benzedeadas e das parteiras. Tais práticas que passaram a integrar o cotidiano da cidade, parte das Áfricas Presentes, começavam a ganhar visibilidade.

Alguns destes descendentes de africanos formaram comunidades de pescadores no interior da Ilha, bem como de pequenos agricultores que trabalhavam como meeiros nas terras produzindo para sua sobrevivência. É o caso da comunidade do Ribeirão da Ilha, e da Ponta do Poço, na Costeira do Ribeirão.

Outros destes descendentes de escravos viviam de atividades domésticas nas casas de famílias da elite. Poucos conseguiram educar seus filhos em escolas da cidade. Muitos desses jovens e ascenderam socialmente como docentes, intelectuais, poetas,

diretores de colégios, técnicos, funcionários públicos, farmacêuticos, comerciantes políticos e militares, formando assim uma camada social intermediária?

Outro perfil aqui apontado é que parcela desta camada ingressou na carreira militar, egressa da Escola de Aprendizes de Artífices (Atual Escola Técnica Federal) e muitos destes militares, principalmente os que fizeram carreira na Marinha, foram residir em outros estados, sobretudo no Rio de Janeiro, só retornando para Florianópolis anos depois.

Outra parcela fez carreira nos desportos atuando em modalidades como futebol, basquetebol, handebol, ou árbitros dos times da Capital.

Destaque-se aqui a presença das mulheres negras que atuaram nas mais diversificadas funções, desde políticas, docentes, diretoras de estabelecimentos de ensino, costureiras, bordadeiras, empregadas domésticas, escritoras, poetisas, secretárias de clubes recreativos, operárias de fábrica têxtil, etc.

Outro fator responsável pela chegada de contingentes negros com uma melhor condição sócio-econômica foi o deslocamento de militares negros, incluindo técnicos especializados, dos alto e médio escalões do Governo, dos outros estados da Federação para se estabelecerem nesta cidade com as suas famílias.

Tal quadro demonstrava a diversidade de que se compõem as “Áfricas Presentes” em Florianópolis e não justifica a pouca visibilidade dos afro-brasileiros no contexto urbano.

Na década de 1930, a parte central da cidade abrigava os edifícios comerciais, os da administração pública, o Palácio do Governo, algumas agências bancárias e a catedral metropolitana. Todo esse cenário era emoldurado pela Praça XV de Novembro, lugar de múltiplos prazeres e encontros, e onde os jovens de todas as camadas sociais e

de diferentes etnias costumavam freqüentar aos domingos e feriados. No interior da Praça, tendo a figueira como testemunha, ficavam os coretos onde animadas bandinhas tocavam para o povo se alegrar. O cinema tinha como uma das suas grandes atrações a seção das moças. Os cafés e as confeitarias eram os lugares para os bate-papos. As principais ruas do centro eram pavimentadas e o serviço de telefonia e saneamento básico, embora precariamente, já funcionava, atendendo apenas uma camada muito reduzida da população que era mais abastada. A Ponte Hercílio Luz já ligava a Ilha ao Continente, facilitando o transporte, e eram abertas novas ruas para os arredores da cidade.

A cidade havia se modernizado, embora num ritmo mais lento que o dos grandes centros urbanos, principalmente do eixo Rio/São Paulo. Do antigo cenário que abrigou as populações pobres e negras só restaram as lembranças, entre elas a guardada pelo Sr. Guilherme Silveira de sua infância, relacionada com a história de sua avó:

Certa vez eu passava pela rua General Bittencourt, não me lembro o número da casa, mas olhei a residência que tinha sido de minha avó, e ainda lembrei o dia do seu enterro, aquele momento foi muito marcante para mim. Naquele tempo, o centro da cidade era mais acessível para as pessoas de mais baixa renda habitar. Hoje só mora lá quem tem dinheiro. Minha avó era uma grande cozinheira. Trabalhava nos botequins do mercado público. Naquele tempo em Florianópolis não eram comuns os restaurantes, para se almoçar fora de casa ia-se ao botequim, principalmente as pessoas que moravam longe e trabalhavam na cidade. Minha avó trabalhou o quanto pode 14.

¹⁴ Entrevista realizada, com Guilherme Silveira, 70 anos, gravada em dezembro de 1995.

Estas histórias evidenciam as experiências cotidianas dos afro-brasileiros no contexto urbano, e apontam para as restrições encontradas no mercado de trabalho para os negros e os mais pobres. O trabalho das mulheres visando contribuir para compor a renda familiar fez com que muitas jovens negras, ao casar, procurassem se especializar como cozinheiras, lavadeiras, passadeiras parteiras, profissões estas que certamente garantiriam o seu próprio sustento e em algumas circunstâncias o da família. O trabalho informal e em excesso impossibilitava que as mulheres negras estudassem. Muitas vezes o sonho de estudar deve ter levado algumas mulheres a investir na educação e formação dos seus filhos projetando neles os desejos nelas contidos.

Os depoimentos evidenciam que a maioria das mulheres negras, que buscavam educação formal, tinham que trabalhar em casas de famílias fazendo serviços domésticos, como lavadeiras, bordadeiras, etc, para pagar a sua educação. Outras eram ainda mais sacrificadas porque somente delas dependia a administração e o sustento de sua família. Na realidade eram grandes os limites de sobrevivência impostos para a maioria da população pobre e negra, pois tinha que improvisar no dia-a-dia, numa luta constante com o sistema que não lhe facilitava a vida.

A memória de Guilherme remete-nos ao tempo em que o centro da cidade era palco da pobreza, e a parcela mais abastada da população residia em elegantes mansões, cercada por belas chácaras nos bairros mais afastados do centro como, por exemplo, a 'Praia de Fora' e o 'Mato Grosso'. Ali residia uma variedade de estilos arquitetônicos que contrastava com os casebres onde habitava a maioria das pessoas pobres.

A higienização dos espaços teve desde o final do século XIX, uma grande campanha pública respaldada nos discursos médicos autorizados, onde a eugenia era fundamento teórico, base política oficial de controle da população.

A autora Veras da Veiga aponta que, na visão de Oswaldo Rodrigues Cabral: “As chácaras da Praia de Fora e também do Mato Grosso, nos bairros reputados como os mais saudáveis, desde meados do século XIX, ofereciam as melhores residências, aos mais abastados, por ficarem longe do centro, ao abrigo de qualquer promiscuidade, resguardadas das proximidades indesejáveis e muitas possuíam água própria”¹⁵. Em contraste com esse panorama da elite florianopolitana, havia bairros tais como a Figueira, Pedreira, Tronqueira, Toca e Rita Maria, descritos por Oswaldo Rodrigues Cabral como zona de pobreza, de promiscuidade; lugares onde a falta de higiene condenava à doença e à miséria aquelas populações.

Cabral aponta ainda que: “(...) A Tronqueira era a zona das lavadeiras, dos soldados e dos negros libertos. Nos seus cortiços, espécie de colmeias, havia quartos e outros cubículos habitados promiscuamente por muitas pessoas(...). Quanto à Figueira, era o bairro das mulheres perdidas, dos marinheiros em trânsito, da gente mais humilde do campo, do manejo, abrangendo também a rua General Bittencourt”¹⁶.

A paisagem da cidade do início do século XX define bem a divisão espacial estabelecida pelas elites no poder, bem como a visão que alguns historiadores tinham das diferentes etnias e segmentos sociais. A fala de Oswaldo Rodrigues Cabral estava em sintonia com o discurso em prol da higienização que ecoava por todo o País. A rua General Bittencourt, onde residia a avó de Guilherme, cozinheira no Mercado Público, estava entre aquelas regiões representadas pelos escritores como os “bairros tenebrosos”.

¹⁵ VEIGA, P 103-104.

¹⁶ *Idem*, p 106-107.

Desde o princípio do século XX, os projetos de urbanização requereriam a desocupação e a demolição daquele antigo cenário, percebido pela população como local *infectado por doenças de todo tipo e toda a sorte de vícios*. Os novos valores burgueses de progresso, modernização e civilização estavam a ecoar por todo o País.

Os cortiços, casebres e becos deram lugar a novos edifícios, ruas e avenidas, entre elas a Avenida Hercílio Luz, uma das mais importantes da cidade, que começaram a ser pavimentadas. À medida em que as atividades comerciais foram se intensificando as ruas mais centrais passaram a ser palco de novos investimentos públicos e privados. O projeto modernizador traduziu-se na criação de serviços como água encanada, luz elétrica, rede de esgoto, linhas de bonde, cinemas, etc.

Não obstante, as mudanças na paisagem urbana não caracterizaram mudanças significativas na economia, que se manteve precária, respaldada pela administração pública, pelo comércio local e a dependência externa. As melhorias foram parciais e localizadas e não beneficiaram a cidade como um todo. Na periferia a população pobre continuou utilizando-se das lamparinas de querosene, da água das fontes, dos poços artesanais ou das bicas. A fase da euforia desenvolvimentista pouco durou, sendo retomado o desenvolvimento da cidade somente na década de 50.

Tem-se a clara impressão que o discurso do poder visava sanear os espaços tidos como nobres da cidade, deslocando a parte pobre e negra da população para a periferia dela. Nesses lugares, os afro-brasileiros construíram as suas comunidades, criando suas normas e seus códigos, suas tradições culturais, reinventando o seu cotidiano às margens do poder político.

O cenário político brasileiro tinha como pano de fundo a Revolução de 30, pontuada pela ditadura de Vargas, do Estado Novo, marcado pelos fenômenos do nazi-

facismo e pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Em Santa Catarina a ditadura neste período teve no governo Nereu Ramos a figura do Estado exercendo forte controle sobre o comportamento dos indivíduos. Algumas práticas, comuns a determinados grupos étnicos foram fortemente reprimidas pelo poder público autorizado. Isso ficou evidenciado por exemplo na repressão aos terreiros de umbanda, às práticas de benzeduras, etc. As pessoas responsáveis pela prática destas atividades eram constantemente vigiadas e às vezes muitas eram encarceradas.

A vigilância do Estado sobre a população era comum neste período em que as elites dominantes com poder político objetivavam a padronização dos comportamentos. Essa política era caracterizada pelo preconceito que permeava os valores culturais da nossa sociedade.

Nesse processo de normatização e definição dos lugares da cidade pela elite branca foram mapeados os espaços ocupados pelos afro-brasileiros em Florianópolis.

Apesar da diversidade presente entre os diferentes grupos, os descendentes de africanos têm em comum, além do passado escravista, referências culturais de heranças familiares e a experiência do sofrimento causado pelo preconceito pelo racismo. Investigou-se quais as funções que as populações negras passaram a exercer neste contexto urbano.

Com base nos dados do IBGE de 1940, época em que foi inserido o quesito cor no recenseamento brasileiro, foi possível apurar o percentual de negros na cidade. Os homens somavam um total de 2.000, correspondente a 4,28%, e as mulheres 2.475 perfaziam 5,29% dos habitantes registrados. No conjunto somavam 4.475 pessoas, ou 9,57% da população, contra 2.268 homens brancos, correspondentes a 43,33% e 21.860

Quadro 1 - Recenseamento Florianópolis - 1940

POPULAÇÃO		%	BRANCOS	%	PRETOS	%	AMARELOS	%	PARDOS	%	DE COR NÃO DECLARADA	%
Homens	22.330	47,74	20.268	43,33	2.000	4,28	---	---	61	0,13	1	0,002
Mulheres	24.441	52,26	21.860	46,74	2.475	5,29	---	---	106	0,23	---	---
TOTAL	46.771	100	42.128	90,07	4.475	9,57	---	---	167	0,36	1	0,002

Fonte: Censo Demográfico População e Habitação, 1940 - IBGE

Quadro 2 - Recenseamento Florianópolis - 1940

POPULAÇÃO DO ESTADO-COR		TOTAL	%	HOMENS	%	MULHERES	%
Brancos		1.112.809	94,44	563.782	50,66	549.027	49,34
Pretos		61.382	5,21	30.228	49,24	31.154	50,75
Amarelos		40	---	20	50,00	20	50,00
Pardos		4.956	0,34	2.035	51,44	1.921	48,56
De cor não declarada		153	0,01	77	50,33	76	49,67
Total da População do Estado		1.178.340	100	596.142	50,59	582.198	49,41

Fonte: Censo Demográfico População e Habitação, 1940 - IBGE

mulheres brancas, correspondentes a 46,74%, perfazendo um total de 42.128 pessoas, ou seja, 90,7% da população era branca e 9,57 era negra, na década de 40.

As categorias apresentadas nos quadros do IBGE foram *brancos, pretos, pardos*, e de *cor não declarada*. A categoria preto referia-se aos indivíduos negros ou miscigenados, a categoria pardo referia-se aos miscigenados descendentes de origem africana e, em especial, às populações indígenas, que até a década de 90 foram classificados como pardos.

Deve-se ter em conta que, primeiro, os percentuais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística podem não traduzir o real índice demográfico das populações negras; e, segundo, que as pessoas entrevistadas pelo censo nem sempre declaravam a cor da sua pele; o que também dificultava a real contagem numérica. Há ainda um outro complicador, que pode ser apontado como um terceiro fator, muitas pessoas de descendência africana e miscigenadas podem declarar-se brancas; e como quarto fator a omissão do quesito cor nos censos demográficos anteriores, revelam que o preconceito racial presente nas pesquisas oficiais escamoteavam o caráter multirracial da população brasileira. E, por último, mesmo a população branca apresentando índices demográficos bem mais elevados, isto por si só não traduziria a invisibilidade dos afro-brasileiros. Sabe-se que Florianópolis é a cidade catarinense que abriga o maior contingente de negros do Estado.

A historiografia catarinense justifica o baixo índice demográfico das populações negras em Florianópolis em função do nosso passado escravista. A escravidão em Santa Catarina teve suas peculiaridades que a distinguiu de outras regiões brasileiras.

Com uma economia baseada na produção para subsistência foram poucos os produtos voltados para o mercado exportador. Assim entendeu-se que a mão de obra

escrava foi aqui pouco requisitada, sendo o número de cativos conseqüentemente bastante reduzido. No entanto, essa justificativa está longe de responder às razões do baixo índice demográfico das populações negras apresentado pelos dados estatísticos.

A partir do final do século XIX, o projeto de imigração deflagrado pelo Governo objetivava o branqueamento do País, visando a gradual substituição do trabalhador negro ex-escravo pelo branco europeu, o que significava o ingresso do País na modernidade. Na realidade, o projeto imigracionista era a realização de uma política racista que, temendo a “onda negra” no País, defendia a substituição dos trabalhadores negros pelos trabalhadores brancos europeus.

Santa Catarina foi um dos estados brasileiros que recebeu grande contingente de europeus, principalmente alemães e italianos. A entrada dos europeus estava aliada à idéia de progresso. Essa mentalidade dificultou a vida do trabalhador negro, que herdou do passado escravista uma imagem relacionada à inferioridade racial e ao atraso.

A maior e melhor parte das terras produtivas no Estado foi distribuída aos imigrantes europeus pelas companhias colonizadoras financiadas pelo Governo; às populações de descendência africana restaram as terras improdutivas, o trabalho em propriedades rurais, ou o trabalho como domésticos. A falta de recursos para os investimentos na zona rural e a forte concorrência obrigou essas populações a migrarem para os centros urbanos, onde tinham que enfrentar as tensões e os conflitos que caracterizavam a vida na cidade.

Em Florianópolis as ofertas de trabalho eram mínimas, diante da industrialização incipiente e dos poucos investimentos públicos. Segundo Veiga, “Não houve nesta cidade uma causa econômica que, por si só deflagrasse um processo de crescimento urbano, tal qual ocorreu nas metrópoles de maior ascendência, como São Paulo, por

exemplo. Aqui o papel dos capitalista foi mais moderado, uma vez que a capital e o próprio Estado de Santa Catarina não estavam inseridos em nenhum ciclo econômico de destaque”¹⁷.

Santa Catarina era um Estado de pequenos produtores e gozava, à época, de uma certa independência econômica em relação aos grandes centros, razão do seu isolamento dos pólos econômicos mais desenvolvidos do País. Além das atividades do comércio local, e da administração pública, a economia local dependia de uma industrialização incipiente. A valorização do imigrante europeu, identificado com a imagem de trabalhador especializado, foi construída para substituir a imagem do trabalhador de descendência africana, apontado como mão-de-obra não qualificada e viciada pelos horrores da escravidão.

A maioria das funções exercidas pelos afro-brasileiros era de natureza informal e geralmente subalterna; funções estas que não eram oficialmente reconhecidas, nem socialmente valorizadas, embora fossem importantes no processo concreto da vida cotidiana. Assim, as famílias negras que migraram do interior para a Capital encontraram muitos obstáculos para conquistar estabilidade econômica. Atividades tais como de empregados domésticos, lavadeira, engomadeira, bordadeira, carregador de mala, carregador de piano e engraxate eram consideradas pouco qualificadas e socialmente pouco atraentes para a população florianopolitana da época.

Por sua vez, a luta contra a desigualdade racial e outras adversidades presentes no meio urbano dificultou em muito a sobrevivência dos trabalhadores negros. O dia-a-dia dessas populações na cidade era pontuado de muitas tensões, conflitos,

¹⁷ Idem, p 151.

Quadro 3 - Recenseamento Florianópolis - 1940

Nº DE ORDEM	INSTRUÇÃO E COR	TOTAIS					
		TOTAL	%	HOMENS	%	MULHERES	%
01	TOTAIS	970.336	100	49.185	50,52	480.151	49,48
02	<i>Sabem ler e escrever</i>	476.884	100	260.660	54,66	216.224	45,44
03	Branco	461.793	96,8	252.244	54,62	209.549	45,48
04	Pretos	13.852	4	7.691	55,52	6.161	44,48
05	Amarelos	14	2,90	10	71,43	4	28,57
06	Pardos e de Cor não declarada	1.225	0	715	58,37	510	41,63
07	<i>Não sabem ler nem escrever</i>	492.711	0,26	229.155	46,51	263.556	53,49
08	Branco	452.855	100	210.586	46,50	242.269	53,50
09	Pretos	37.599	91,9	17.502	46,55	20.097	53,45
10	Amarelos	19	1	6	31,58	13	68,42
11	Pardos e de Cor não declarada	2.238	7,63	1.061	47,41	1.177	52,59
12	<i>De instrução não declarada</i>	741	0	370	49,93	371	50,07
13	Branco	712	0,46	357	50,14	355	49,86
14	Pretos	24	100	11	45,83	13	54,17
15	Amarelos	---	96,0	---	---	---	---
16	Pardos e de Cor não declarada	5	9	2	40	3	60
			3,24				
			0,67				
			0,67				

Fonte: Censo Demográfico População e Habitação, 1940 - IBGE p. 16 e 17.

acomodações, e resistências. Porém, a par das adversidades essas pessoas mantiveram a suas formas de organização familiar e comunitária própria para a sobrevivência.

Um dado importante apresentado pelo censo do IBGE de 1940 estava relacionado ao grau de instrução, em relação à cor da pele. O quadro número 3 nos mostra um baixo índice de mulheres e homens “negros” com um nível mínimo de escolaridade.

Em primeiro lugar, há que se levar em conta que a presença das elites nas populações brancas elevaria em muito as estatísticas de escolaridade pois não só tinham mais acesso às escolas, como o privilégio de ter o ensino privado de melhor qualidade.

Um outro fator que devemos analisar é que a maioria das populações de descendência africana situava-se nas faixas de mais baixa renda. Nessas famílias, as crianças em idade escolar tinham que trabalhar para aumentar a renda familiar, o que tornava impossível completar a sua educação formal.

Maria do Espírito Santo comentou: “Só cursei o terceiro ano primário. Cedo perdi meus pais, fui criada por tios, gostaria de continuar meus estudos, mas não foi possível, tive que trabalhar, bordava e lavava roupas para fora”¹⁸.

Raulina Farias também se refere à época em que estudou, comentando: “Eu estudava em um período e em outro trabalhava , como babá”. Guilherme Silveira comentou: “sou autodidata, cursei apenas o 4o ano primário, cedo aprendi a profissão de sapateiro com o meu pai”¹⁹.

Os depoimentos relatando as experiências vividas pelos afro-brasileiros nos revelam as dificuldades que eram comuns às pessoas de baixa renda, principalmente

¹⁸ Entrevista realizada com Maria do Espírito Santo, 82 anos, 1ª Rainha da União Recreativa 25 de Dezembro, em novembro de 1994.

¹⁹ Entrevista realizada com Raulina Farias em dezembro de 1995.

aquelas que dependiam das atividades informais. Ocorre que a grande maioria dessas populações vivenciou uma multiplicidade de problemas que se impuseram como barreiras e que interferiram fundamentalmente na questão da escolaridade dos não-brancos.

O fato de muitas crianças negras não frequentarem a escola por terem de trabalhar para sua própria subsistência resultou num alto índice de analfabetismo entre jovens e adultos negros.

A desigualdade sócio-econômica e a discriminação racial subseqüentes foram fatores que definiram o quadro educacional em Santa Catarina, onde a boa instrução não era privilégio das minorias étnicas. Alguns indivíduos de descendência africana puderam estudar em colégios privados, porém isto não poderia ser tomado como indicativo de democracia racial, ao contrário tornou-se forte referência de que nesta sociedade as oportunidades dadas aos negros eram exceção.

Ao observar-se o número de estudantes negros nos colégios privados da cidade, em relação ao de brancos, pode-se notar que esta proporção é insignificante. Isso talvez deva-se ao fato de que poucos pais negros detinham recursos financeiros que lhes permitissem matricular os filhos em escolas onde o ensino fosse de melhor qualidade. A baixa renda da maioria dos afro-brasileiros também se refletia na questão de moradia.

O processo de reacomodação do centro urbano, que deslocou os pobres para a periferia da cidade, fez com que alguns espaços se transformassem nos lugares de maior concentração dessas populações, constituindo-se nas primeiras Comunidades Negras nesta cidade. Dentre elas cite-se o “Morro do Mocotó”, que aparece na foto da página (...), tirada no ano de 1940.



FOTO 02 - COMUNIDADE NEGRA DO MORRO DO MOCOTÓ.

Muitos dos que chegaram a esta Capital migraram de regiões do interior, tais como o Alto Biguaçu, como era chamado antigamente o município de Antônio Carlos. Dali deslocaram-se várias famílias, como os Cardoso, os Barbosa, os Veloso, os Farias, os Cristóvão, os Rosa e os Pereira. Da mesma forma também vieram de outras regiões, como Tijuquinhas, Três Riachos, Tijucas e Itajaí.

Ramiro e Marcolina Farias casados, ele agricultor ela parteira, chegaram à Cidade em 1930 e se estabeleceram no bairro Agrônômica, na rua Padre Schroeder, mais conhecida como Morro do 25, onde passaram a morar e a constituir família. O pai de Ramiro havia sido escravo de um proprietário cujo nome era Farias, de quem a família herdou o sobrenome. A vinda para a cidade representava, para o casal, a realização de muitos sonhos, inclusive de melhor trabalho e moradia, que correspondesse à realização dos seus desejos.

Ambos exerciam atividades laborais informais. Marcolina trabalhava como parteira, atendendo as mulheres da redondeza, e Ramiro trabalhava em serviços domésticos, em casas de família da elite. A mulher, ao lado do marido, trabalhava para compor a renda familiar. As experiências cotidianas demonstraram as dificuldades que eles enfrentaram na luta pela sobrevivência naquele contexto urbano.

O êxodo das populações negras do Alto Biguaçu para a região urbana de Florianópolis iniciou-se antes da década de 20, tendo migrado muitas famílias além das de Ramiro e Marcolina Farias. Segundo Rogério Kremer:

Durante o período escravista, o Alto Biguaçu (atual Antônio Carlos) foi uma das regiões próximas da Ilha e do Desterro que concentrava o maior número de quilombos, entre eles: Bananal, Maria Platen (nome de uma mulher de origem alemã que casou-se com um homem negro), Ribeirão, Fernando Amadeu Wiese, Rosa, Cardoso, Canudos. Existia também uma

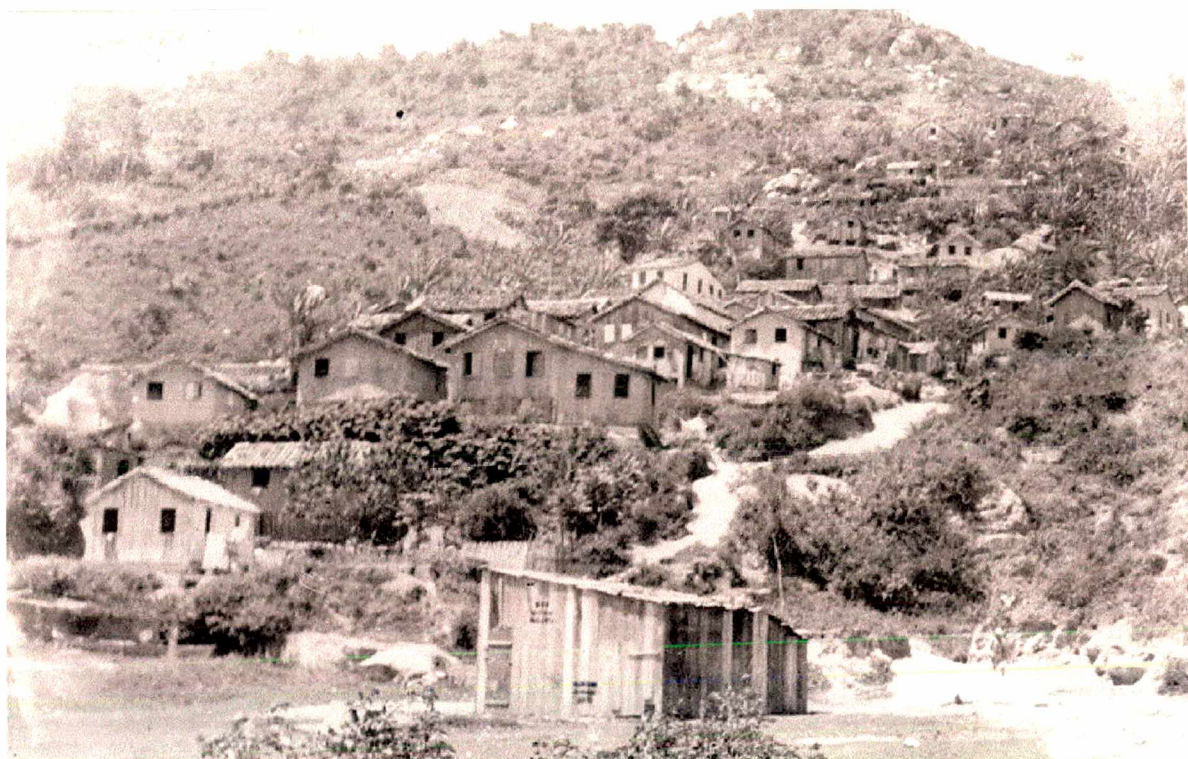


FOTO 03 - MORRO DO MOCOTÓ ANOS 40, BAIRRO DA PERIFERIA DA CIDADE, COM UMA GRANDE CONCENTRAÇÃO DE AFRO-BRASILEIROS.

*região chamada Rio Farias onde havia criação de escravos. Um negro era escolhido como reprodutor e várias mulheres negras eram as matrizes*²⁰.

Tais fatos demonstram que a região acima citada abrigava um contingente populacional significativo de afro-brasileiros, isto por si só evidencia que a invisibilidade dessas populações na região era mais um dos mecanismos resultantes das práticas racistas de negação do negro dentro de um projeto maior de branqueamento da população.

Uma outra fala de Rogério Kremer aponta que:

*Com a abolição da escravidão, alguns negros adquiriram terras através de prestação de serviços. Mas a maioria das terras eram impróprias para o plantio. Algumas eram abandonadas e de difícil acesso. Canudos, por exemplo, era região de terras ruins, as melhores. O fator que motivou esse processo migratório para Florianópolis foi a falta de trabalho. Os negros e os brancos tinham famílias numerosas, os filhos dos proprietários brancos eram utilizados como mão de obra nas terras de seus pais. As terras dos negros eram pouco produtivas, por isso muitos associavam-se aos brancos. Alguns não tinham terras e prestavam serviços nas terras dos brancos e a seus filhos faltava trabalho. E eram poucas as terras para todas essas famílias, que viam os filhos crescerem com poucos recursos. Isso fez com que eles começassem a se deslocar para outras regiões, entre elas Florianópolis. Muitos vieram para Coloninha, Caixa D'água, etc. De 1925 até 1950, 70% das pessoas que freqüentavam a igreja de Antônio Carlos eram negras*²¹.

A questão de terras no pós-abolição promoveu o processo migratório das populações de descendência africana do interior para os centros urbanos. O êxodo rural foi provocado pela prática da desigualdade no qual se incluem o processo de exclusão dos negros, em cujas bases estão assentadas a herança racista presente em nossa sociedade.

A propriedade da terra produtiva continuava nas mãos de alguns poucos privilegiados brancos. Os negros ficavam quase sempre com as terras improdutivas ou

²⁰ Entrevista realizada com Rogério Kremer, professor pesquisador, autor de trabalhos sobre a História do Município de Antônio Carlos, em novembro de 1996.

²¹ Idem.

com nenhuma terra. Os poucos recursos de que dispunham para a produção não permitiam que permanecessem muito tempo como proprietários. Acabavam tendo que ceder as suas terras e migrar para a periferia da cidade.

Norma, uma da entrevistadas, observa que este processo migratório ocorreu desde 1920 até os idos de 1950, e que:

Os negros que moravam em Antônio Carlos tinham terras com escritura e tudo. Inclusive o meu pai tinha, os Cardoso tinham terras aonde hoje está a fábrica da Coca-Cola, os Pereiras, Biguaçu de Cima e os Canudos era cheio de negros. No terreno dos Cardoso, onde hoje está a Coca-Cola, mora uma única pessoa daquela família e tem um pequeno lote. Naquele tempo eles tinham terras, produziam açúcar, cachaça, café, arroz, farinha, criavam galinhas e bois. Mas por fim, as pessoas iam crescendo e achavam que aquilo não era vida. Que era um serviço rigoroso, e iam embora para a cidade deixando os pais sozinhos com todas aquelas terras. Eu tive que sair da escola, o papai me tirou da aula porque os meus irmãos foram embora. Eu fiquei puxando boi”²².

Quase toda a terra destinada aos negros além de improdutivas dispunham de recursos insuficientes para o desenvolvimento da produção. Apesar de terem a posse da terra, a falta de capital e de mão-de-obra, gerou uma agricultura de subsistência, insuficiente até para o sustento da família. Assim os filhos iam crescendo e as necessidades iam aumentando, e as poucas opções de trabalho oferecidas na região eram um desestímulo aos jovens, forçando-os a irem em busca de novas oportunidades. Os pais sozinhos e com poucos recursos acabavam transferindo-se também para a cidade para morar com os filhos.

É a mesma Norma quem diz:

O meu pai vendeu três sítios. O pai do meu marido vendeu mais dois. Os Canudos venderam tudo. O Biguaçu de Cima também foram vendendo. O trabalho agrícola dava lucro enquanto os filhos estiveram juntos, mas depois eles foram embora, casaram, geralmente com moças de Florianópolis. As pessoas se aborreciam de trabalhar na roça. Os meus irmãos foram para o Rio Tavares (na Ilha), Barreiros (S. José), Coloninha (bairro no Continente), e para a Caixa

²² Entrevista realizada com Norma Custódio em outubro de 1996.

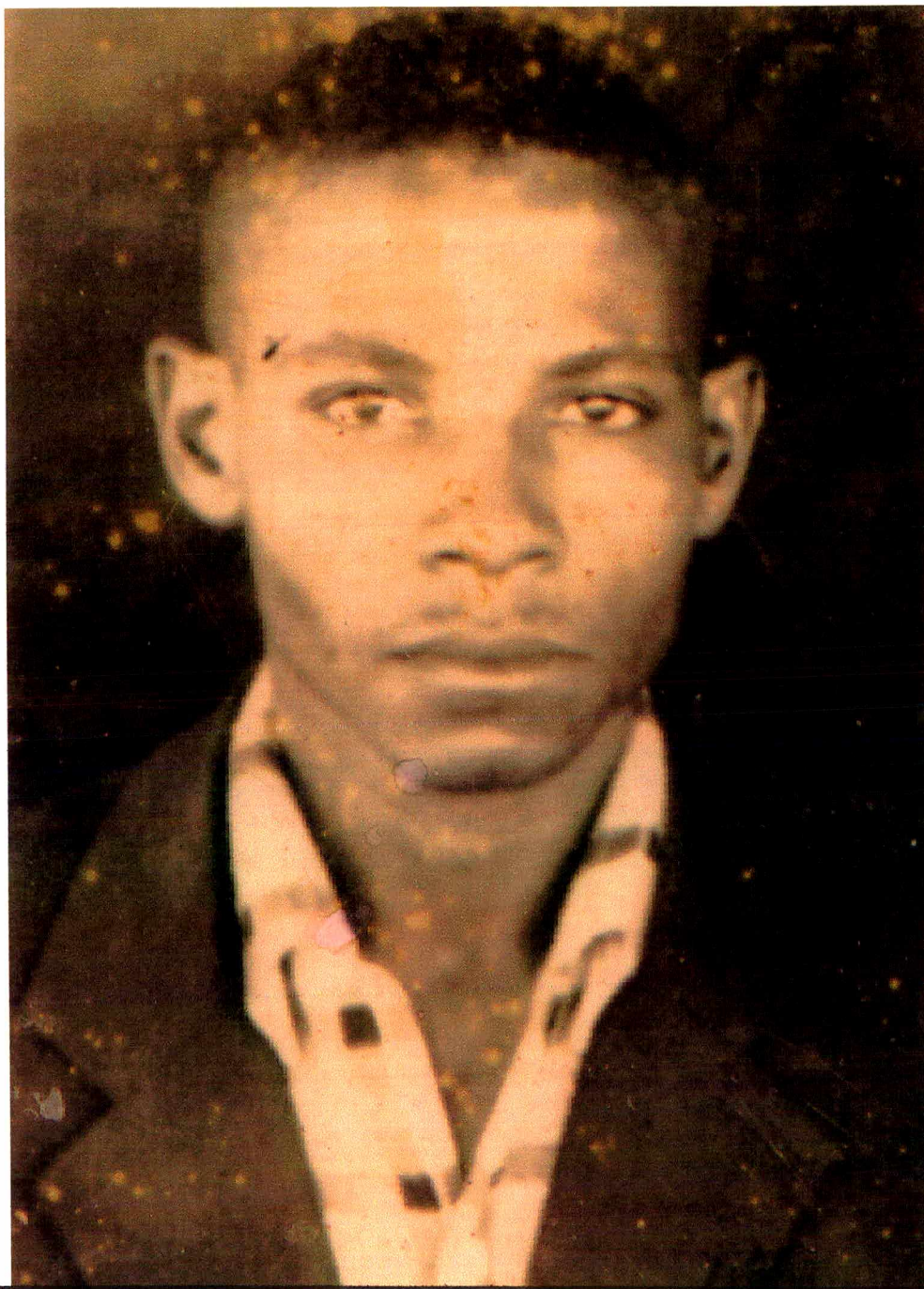


Foto 04 - SR. TIAGO FEZ PARTE DO CONTINGENTE DE AFRO-BRASILEIROS, QUE MIGRARAM DE ALTO-BIGUAÇU (ANTÔNIO CARLOS), PARA FLORIANÓPOLIS. ESSE PROCESSO MIGRATÓRIO DO INTERIOR DE SANTA CATARINA PARA A CAPITAL, TEVE INÍCIO ANTES DA DÉCADA DE 20 E FOI RESPONSÁVEL PELA CONSTITUIÇÃO DE ALGUMAS COMUNIDADES NEGRAS, NAS PERIFERIAS DA CIDADE E NO INTERIOR DA ILHA, TAIS COMO MORRO DA CAIXA D'ÁGUA (MONTE SERRAT, MORRO DO MOCOTÓ, MORRO DA MARIQUINHA), MORRO DO 25 NO BAIRRO DA AGRONÔMICA E BAIRRO DA COLONINHA NO ESTREITO.

D'água. Os Pereira, da família do meu marido, estão no Morro do Mocotó. Uns foram trabalhar como servente de pedreiro, outros foram para a polícia, outros foram trabalhar em pedreiras. Muitas mulheres foram trabalhar como empregadas doméstica. Todos os dias vinham carros da cidade buscar moças daqui para trabalhar em casa de família. Quase toda a semana saía uma mudança. A filha que ia se empregar, arrumava um cantinho e vinha buscar o pai, ou casava e passava a morar lá. Por exemplo, minhas primas foram daqui como empregadas domésticas e hoje em dia moram todas no Morro da Caixa²³.

Essas falas são plenas de histórias do cotidiano das populações de descendência africana. As pessoas migravam para as cidades à procura de trabalho na crença de obter uma vida melhor; os desejos e as fantasias permeavam seus sonhos de ter um lugar onde toda a família pudesse viver bem. Na busca desse bem-estar era comum as filhas das famílias negras, que trabalhavam como empregadas domésticas, voltarem ao lugar de origem para buscar seus pais. A maioria das famílias se estabelecia nos Morros, onde muitos moram até hoje. Grande parte dessas pessoas exercia funções laborais informais, e a cidade com seus encantos e desencantos os desafiava no dia-a-dia à improvisação, às resistências e às invenções para que pudessem assegurar a sua sobrevivência.

A cidade representava para os migrantes do interior um referencial que apontava para as melhores condições de vida, mas na falta dos recursos básicos para a sobrevivência era necessário que eles improvisassem no dia-a-dia. A população empobrecida experimentava uma luta constante na sua relação com a cidade. Os negros pobres sempre viveram precariamente, dependendo das “maneiras de inventar” o cotidiano, criando laços de solidariedade, estabelecendo relações de vizinhança, procurando minimizar as dificuldades para assegurar a sua sobrevivência. ✱

O sonho presente na vida daquelas pessoas como o de ter emprego, casa própria, poder dar educação dos filhos, usufruir de assistência médica, etc. poderia na prática ser traduzido como projetos populares, se configurando através dos encontros de

²³ Idem.

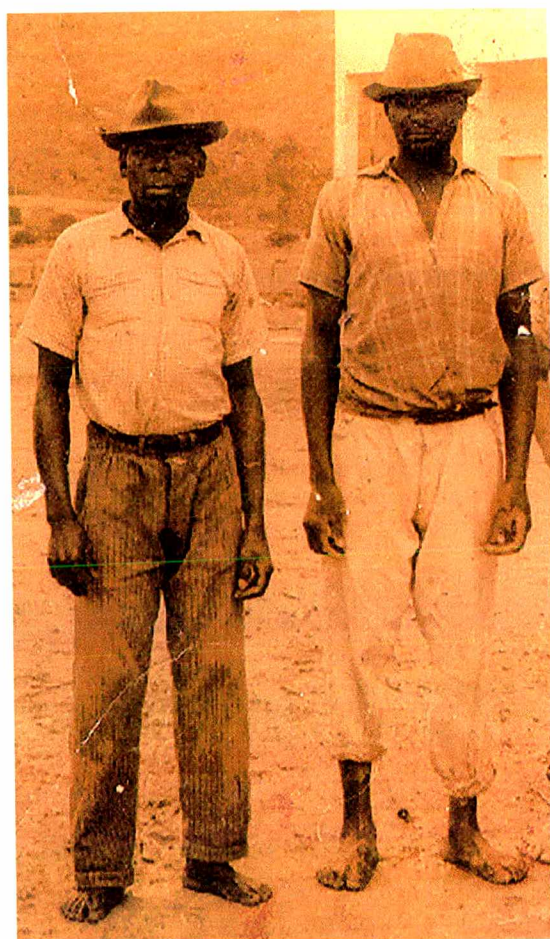


FOTO 05 - MIGRANTES PROCEDENTES DE AUTO-BIGUAÇÚ PARA A PERIFERIA DA CIDADE, NESTA FOTO DA DIREITA PARA A ESQUERDA ANTÔNIO CARDOSO E ADALBERTO CARDOSO.

moradores, nas conversas de bares, nas ruas, nos lavadouros da cidade e nas conversas corriqueiras reivindicando qualidade de vida.

As populações negras que chegaram do interior a partir dos anos 20 e até os anos 40 encontraram uma cidade cujos projetos de modernização ainda estavam por ser concretizados; sobretudo nos morros onde eles se instalaram a carência de infraestrutura era maior. Com poucos recursos financeiros disponíveis, pois haviam abandonado suas terras à procura de trabalho, estes trabalhadores negros viviam em Florianópolis as tensões comuns do meio urbano, o desemprego, o subemprego, a discriminação e o preconceito racial.

Houve casos de migração de outros estados, como o de José Ribeiro dos Santos, que veio do Paraná e que, segundo o relato de seu filho, *chegou aqui na década de 30,...ele era mecanógrafo*. Como técnico de máquina de escrever e calcular, José Ribeiro dos Santos angariou certos privilégios, como o de morar na rua Visconde de Ouro Preto, local nobre no centro da cidade. Ele estabeleceu relações de amizade com o empresariado catarinense e, como político do PSD, foi o primeiro vereador negro em Florianópolis. Era amigo pessoal do chefe do executivo, Nereu Ramos, e da deputada estadual professora Antonieta de Barros. Foi árbitro de futebol em várias partidas dos clubes de Santa Catarina.

A rede de relações sociais e políticas que ele estabeleceu como técnico de máquinas, como árbitro de futebol e como político possibilitou-lhe o acesso a pessoas e a espaços que lhe conferiram estes privilégios, o que não era comum à maioria dos afro-brasileiros.

No caso de Ramiro Farias, vindo do Alto Biguaçu nos anos 30, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho ficaram evidenciadas no relato do seu filho, que



FOTO 06 - DIALTINA DA SILVA, ESTAVA ENTRE AS MULHERES NEGRAS MIGRANTES, QUE SAÍRAM DE ANTÔNIO CARLOS PARA FLORIANÓPOLIS E QUE SE ESTABELECERAM NA CIDADE COMO EMPREGADA DOMÉSTICA.

comentou: “Antes de meu pai trabalhar na estiva, o seu primeiro emprego foi como empregado serviçal na casa da família Wendhausen, onde capinava, plantava , fazia voltas”²⁴.

O desejo de estabilidade e segurança permitiu a Ramiro partir em busca de outros meios de sobrevivência. Florianópolis como cidade portuária recebia diariamente navios que escoavam mercadorias provenientes de outras capitais e do exterior, podendo atender a demanda de trabalho, principalmente numa época em que o êxodo rural provocara o desemprego e o aumento da pobreza.

Ramiro empregara-se então como estivador na empresa Carl Hoepcke, tendo o seu cotidiano pontuado de tensões que se caracterizavam na luta para superar as dificuldades diárias. Segundo seu filho Romélio Farias, “houve momentos em que meu pai pensou em voltar para a sua terra de origem e ao trabalho na roça.”

Na memória de seus filhos, Romélio e Rogério, ficaram os lamentos do pai que ao chegar do trabalho ao final de cada dia, reclamava do cansaço provocado pelo trabalho como operário da *Standart Oil Cia. Of Brazil*, empresa de nacionalidade inglesa localizada no Bairro da Agrônômica, bem como o trabalho na construção da Penitenciária de Florianópolis.

Romélio fez referências a experiência de seu pai comentando que:

*Meu pai trabalhava na Standart Oil of Brazil, companhia que fornecia gasolina, óleo combustível, óleo lubrificante, aqui na praça. Aquele emprego era muito duro, na época em que aquela região da Ponta do Coral tinha que ser aterrada, o soquete para o aterro era feito a mão. Havia vários trabalhadores. Meu pai reclamava muito, no final do dia do cansaço. Ali ele trabalho durante quase toda a Segunda Guerra Mundial.*²⁵

²⁴ Entrevista realizada com Romélio Farias, filho de Ramiro Farias, gravada em novembro de 1996.

²⁵ Idem.,

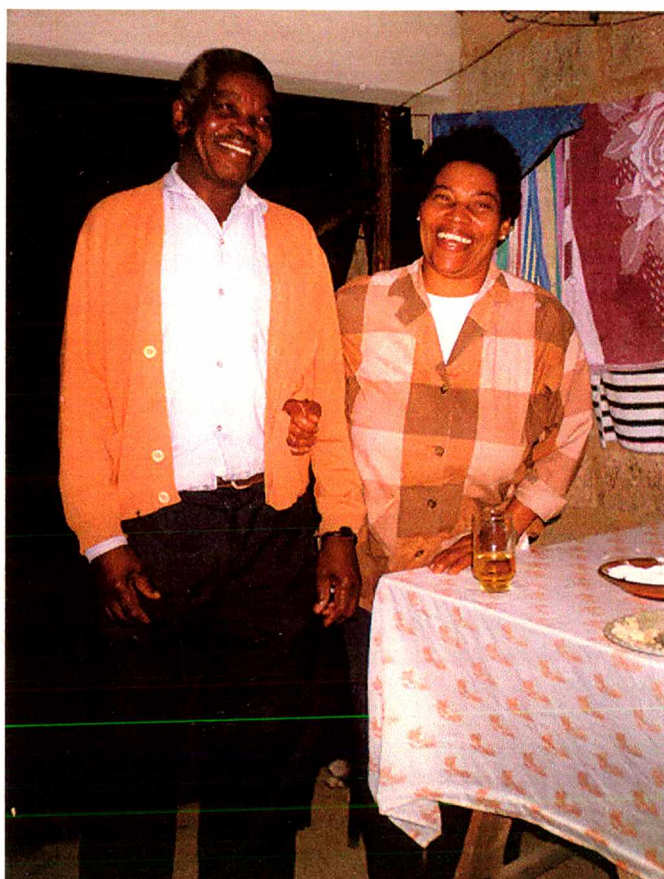


Foto 07 - SRA NORMA CUSTÓDIO E ESPOSO. SÃO REMANESCENTES DO PROCESSO MIGRATÓRIO DE ANTÔNIO CARLOS PARA FLORIANÓPOLIS. ELES FAZEM PARTE DE UM PEQUENO GRUPO DE AFRO-BRASILEIRO, QUE PERMANECEM NO LUGAR DE ORIGEM. A MAIORIA DESTAS POPULAÇÕES VIERAM PARA A CAPITAL, ATRAÍDOS PELAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO QUE AS CIDADES OFERECEM. NA MEMÓRIA DE NORMA ESTÃO PRESENTES IMAGENS DO ÊXODO, COMO A TRANSFERÊNCIA DIÁRIA DE FAMÍLIAS QUE VENDIAM SUAS TERRAS PARA MORAR NOS MORROS DE FLORIANÓPOLIS.

Segundo Rogério, o pai dele também foi servente de pedreiro: “Meu pai ajudou a construir a Penitenciária de Florianópolis. Um trabalho muito pesado, e ao final do dia ele dizia que vinha sempre com os braços muito cansados de jogar tijolos”²⁶.

As experiências de Ramiro foram pontuadas de desafios e imprevistos. A questão do trabalho formal foi um dos fatores que dificultou a vida da maioria dos afro-brasileiros que vivia na cidade. Numa sociedade de estrutura fundamentalmente racista, o preconceito fazia parte do imaginário social, criando uma marca indelével nas relações sociais interétnicas.

O trabalho passara a ser um distintivo de cidadania e o Estado exercia sobre os cidadãos uma vigilância constante. Nesse contexto os segmentos da população negra que habitavam a periferia da cidade encontraram maiores dificuldades para conquistar o seu espaço profissional e social.

Quando Ramiro Farias chegou a Florianópolis teve problemas de acesso à rua onde passara a morar. A paisagem da cidade apresentava ainda naquele período forte presença de matagais. As suntuosas mansões das populações mais abastadas eram cercadas por chácaras. A ocupação do espaço físico se dava de forma aleatória e sem qualquer planejamento urbano. Muitos desses proprietários abastados utilizavam-se do prestígio social que tinham para impedir a abertura de vias de acesso que passassem dentro de suas propriedades.

²⁶ Entrevista realizada com Rogério Farias, irmão de Romélio Farias, em novembro de 1996.

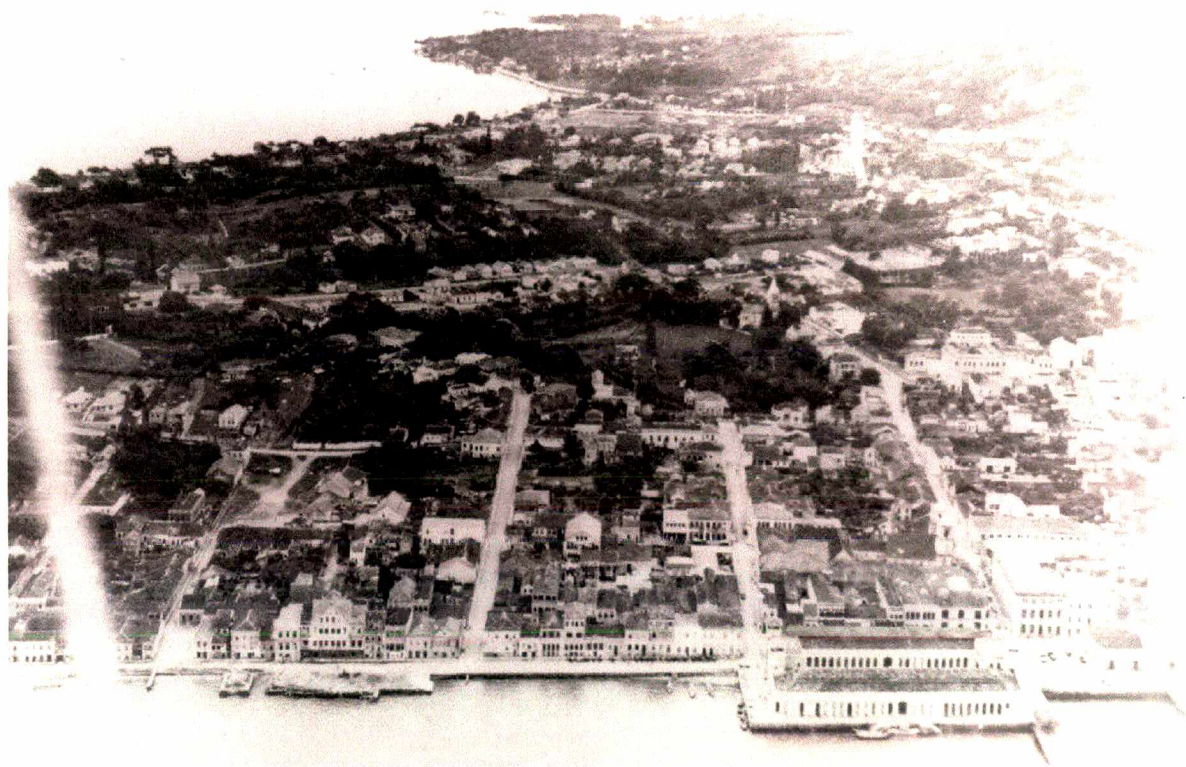


FOTO 08 - VISTA ÁREA DE FLORIANÓPOLIS, NOS ANOS 30.

Naquela época poucas das ruas existentes eram pavimentadas dificultando o acesso a qualquer dos pontos da cidade. A rua Chapecó, atual Padre Schroeder, era nos anos 30 totalmente coberta de mato. Qualquer morador recém chegado que se instalasse na cidade, dependendo da localização do seu terreno, ou utilizava-se das vias de acesso pelas propriedades existentes ou teria construir o seu próprio acesso. Para que Ramiro passasse a morar ali foi necessário fazer o desmatamento da rua.

Seu filho refere-se a ele dizendo: “Meu pai foi o primeiro morador daquela rua, ali nascemos, eu e o Rogério. Ele foi apelidado por seus colegas de trabalho de *negro do mato*, devido à presença de muito mato naquele local”²⁷. Tais falas revelam fragmentos das histórias das populações afro-brasileiras, bem como apresentam a multiplicidade de experiências vividas naquele contexto histórico. Os ideais de Ramiro e de tantos outros negros e negras trazidos no processo migratório passam a ganhar visibilidade à medida em que, na relação com a cidade, alguns projetos foram concretizados.

Nos fatos aparentemente pouco significativos do seu cotidiano é que estes sujeitos foram construindo as suas histórias. O devastamento da rua Chapecó foi para Ramiro uma questão de sobrevivência, onde estavam implícitas questões sociais e políticas. Política porque era luta de um homem negro e pobre, num embate com os valores racistas da sociedade, na tentativa de se estabelecer num centro urbano, onde os poderes autorizados buscavam manter o controle sobre a maioria das pessoas.

Os comportamentos das populações de descendência africana são sempre mais visados em função das características exteriores que são como uma marca externa, que é a cor da pele, e as maneiras de improvisar na conquista dos espaços e na fuga da

²⁷ Idem.

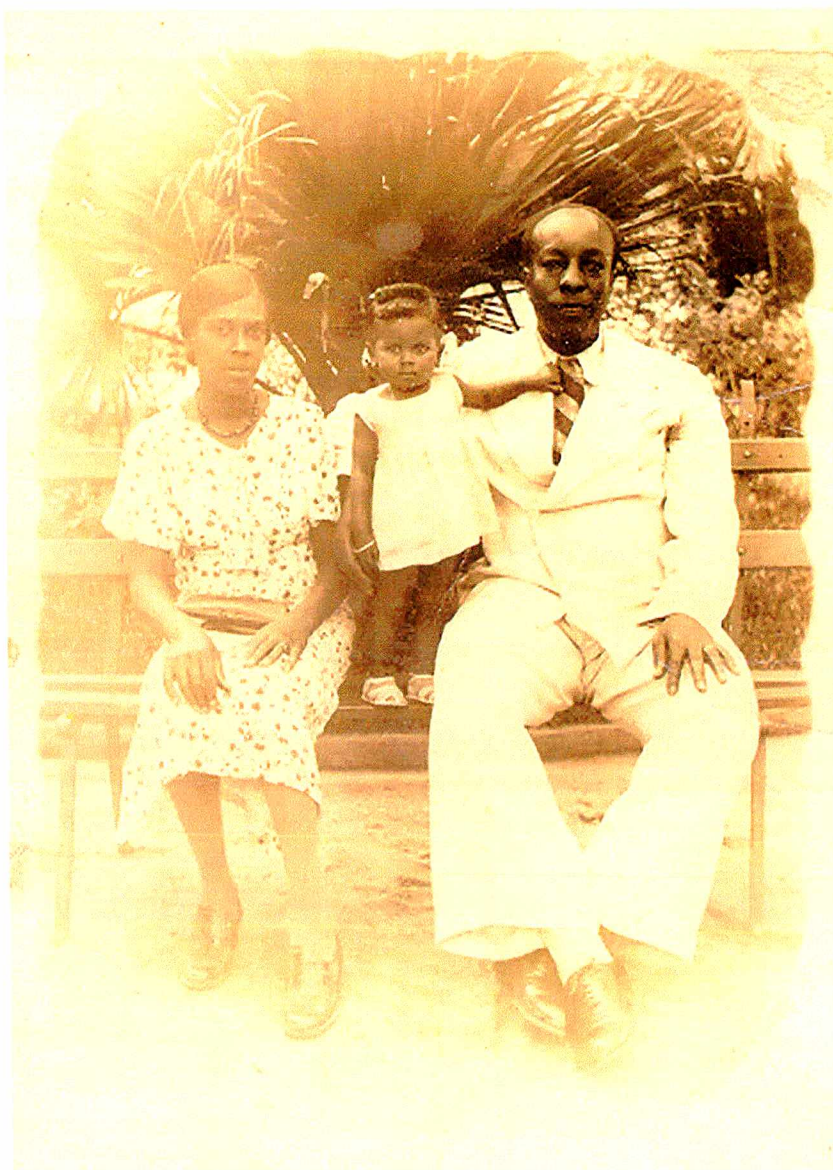


Foto 09 - SR. JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS (BAGÉ) COM ESPOSA. NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DO BRINCA QUEM PODE (SEGUNDO DEPOIMENTOS ERA O CLUBE DA ELITE NEGRA DA CIDADE), O RETRATADO EXIBE O CUIDADO IMPECÁVEL COM O TRAJAR. COMO TÉCNICO DE MECANOGRRAFIA PRESTAVA SERVIÇO À EMPRESÁRIOS COMO BUTNER E HERING, HOMEM PÚBLICO (PRIMEIRO VEREADOR NEGRO FLORIANÓPOLIS), COMO DESPORTISTA FOI ÁRBITRO DE FUTEBOL.

vigilância do Estado podem ser traduzidas como as práticas políticas destas pessoas no cotidiano.

A questão social, que não está descolada da política e da cultural, ganhou dimensão na medida em que as pessoas buscavam a resolução coletiva de problemas que eram comuns aos indivíduos. A construção do acesso ao bairro por Ramiro certamente contou com a participação dos outros moradores. A luta para se estabelecer numa cidade dominada e carente de recursos básicos deve ter sido um grande desafio.

As histórias dessas populações se constituem de desafios, de pluralidades e de ambigüidades. Diferentes segmentos de afro-brasileiros viveram em Florianópolis experiências distintas. As trajetórias de Ramiro e de José Ribeiro permitem pensar-se a forma que a diversidade sócio-econômica, política e cultural os tornou os sujeitos históricos da descendência africana. Tratá-los de forma homogênea é perder-se de vista a importância e a influência dos valores racistas da sociedade que fundamentaram a nossa estrutura social. A homogeneidade facilita a dominação e dificulta a percepção das diferenças étnicas e culturais.

Entre as histórias que marcaram a trajetória desses homens está a relação que ambos estabeleceram, enquanto presidentes ou sócios fundadores, com os espaços recreativos. Em dezembro de 1933, Ramiro e um grupo de amigos resolveram fundar um clube para que residentes da rua Chapecó, Morro do 25, pudessem ter diversão sem ter de deslocar-se para outros lugares. Assim surgiu a 'União Recreativa 25 de Dezembro', clube exclusivo para negros naquela localidade. A fundação daquele espaço de lazer, assim como de outras formas de organização social, ocorreu a partir da necessidade apresentada, onde as pessoas ao se reunir em bares e outros locais de encontro colocavam os seus problemas e falavam de suas expectativas e dos seus

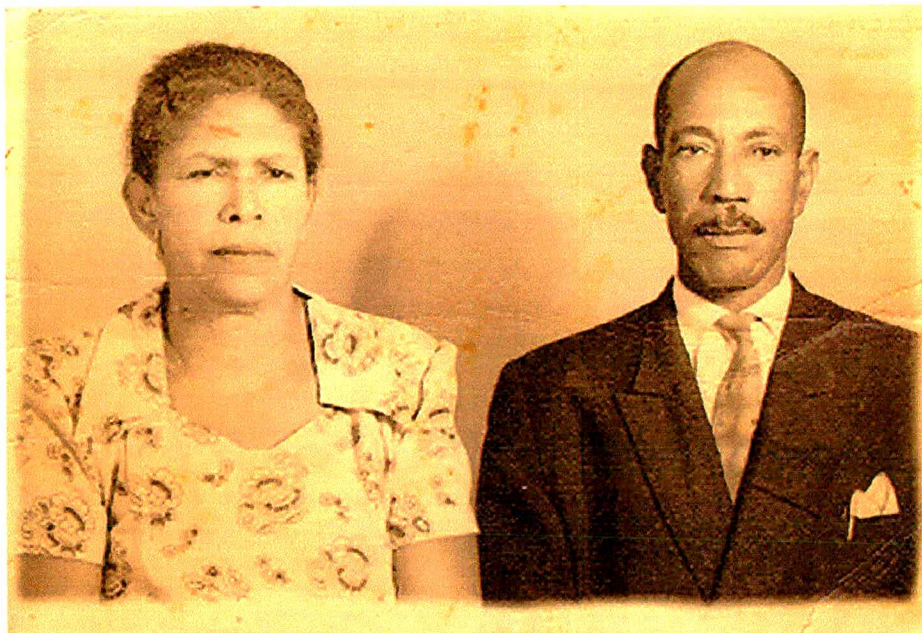


Foto 10 - SR RAMIRO FARIAS E MARCOLINA FARIAS. SÓCIOS FUNDADORES DO CLUBE 25 DE DEZEMBRO. ELE 1º SÓCIO FUNDADOR. NATURAIS DE ALTO-BIGUAÇU (ANTÔNIO CARLOS), FORAM UM DOS PRIMEIROS MORADORES DO MORRO DO 25, NO BAIRRO DA AGRONÔMICA. ELE EXERCEU VÁRIAS PROFISSÕES, ENTRE ELAS A DE ESTIVADOR NO PORTO DA CIDADE, E ELA FOI PARTEIRA, PRÁTICA QUE APRENDEU ATRAVÉS DA TRADIÇÃO ORAL.

sonhos. A do caso em questão ocorreu nos anos 30, período de grandes tensões políticas no Estado e no País. Os sinais de turbulência política podiam ser percebidos pela oposição que vinha sofrendo Adolpho Konder, chefe do executivo catarinense e pertencente ao partido republicano, desde: “(...) outubro de 1929, quando foi fundado em Florianópolis, o ‘Comitê da Aliança Liberal’, que objetivava a direção da campanha eleitoral no Estado e a organização de uma comissão de propaganda municipal”²⁸.

Na fundação da *Aliança Liberal*²⁹ estavam presentes Nereu Ramos e Rupp Júnior, porém a derrota de Getúlio Vargas pelo paulista Júlio Prestes e a consequente derrota dos aliancistas gerou alguns impasses no processo sucessório catarinense. Fúlvio Aducci, assumindo o Governo do Estado, teve que conviver politicamente com o clima revolucionário. A revolução avançou em todo o país e acabou por derrubar o chefe do executivo catarinense.

Em novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República, como governador provisório. A revolução que ocorreu a nível nacional também esteve presente no cotidiano daquelas pessoas que, pelo seu envolvimento político e partidário viveram momentos de tensão como consequência da instabilidade política e da crise no País.

²⁸ CORREA, Carlos Humberto. **Um Estado Entre duas Repúblicas. A Revolução de 30 e a Política em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984, p 36.

²⁹ Aliança Liberal: grupo político, criado em Setembro de 1929, que fazia oposição à candidatura de Júlio Prestes. Pró Getúlio Vargas e João Pessoa. Esta Aliança foi um partido de oposição à candidatura de Júlio Prestes e apoiava a eleição de Getúlio Vargas e João Pessoa. Boris Fausto afirma a respeito da Ideologia da Aliança Liberal; “Aliança Liberal, não se encontram quaisquer traços de um programa industrialista (...) contudo alguma coisa de novo se filtra, tanto em algumas promessas dirigidas a classe operária, aludindo a aplicação da lei de férias, ao advento do salário mínimo, como as afirmações acerca da necessidade de se resolver o problema siderúrgico” FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30: Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p 44.

A memória oral é plena de histórias vivenciadas naquele período citado. O jovem negro Guilherme, morador do bairro da Trindade, afirmava: “Assisti à Revolução de 30 da janela da casa de meu pai, na Trindade”³⁰.

A partir daquele período reforçara-se o discurso que promovia a ordem, na qual o trabalho era fator de valorização social. A questão da ética do trabalho passara a ser fator distintivo entre os indivíduos. A imagem de homem trabalhador e honesto passou a ser difundida como sinal de modernidade e do ingresso do Brasil no mundo capitalista.

Apesar do controle exercido pelo poder público sobre a vida privada, as pessoas viviam o seu cotidiano pleno de imprevisibilidades, fugindo ao controle das instituições oficiais. O seu cotidiano apresentava-se dentro de uma dinâmica potencializada por uma pluralidade de ações e gestos cujos significados nem sempre chegavam a ser apreendidos, dada a peculiaridade dos seus códigos de conduta permeados pelos valores da cultura herdada de seus antepassados africanos.

Os costumes da negra Rita, da avó Joana e da tia França, três mulheres lavadeiras que costumavam mascar fumo, grãos de milho e fumar cachimbo eram mais que simples hábitos ocasionais. Tais práticas continham significados indecifráveis aos estranhos. Eram saberes que elas certamente repassavam no seu cotidiano às outras mulheres negras ou brancas pobres. O contexto urbano onde tais mulheres viviam era repleto de tensões, pela constante vigilância e controle exercidos pelo poder sobre os indivíduos negros e pobres. O que permite se pensar os conflitos em escala maior para as mulheres negras, porque além de vítimas preferenciais das práticas racistas e sexistas, muitas delas arcavam sozinhas com a administração familiar.

³⁰ Entrevista realizada com Guilherme Silveira, 70 anos, em dezembro de 1995.

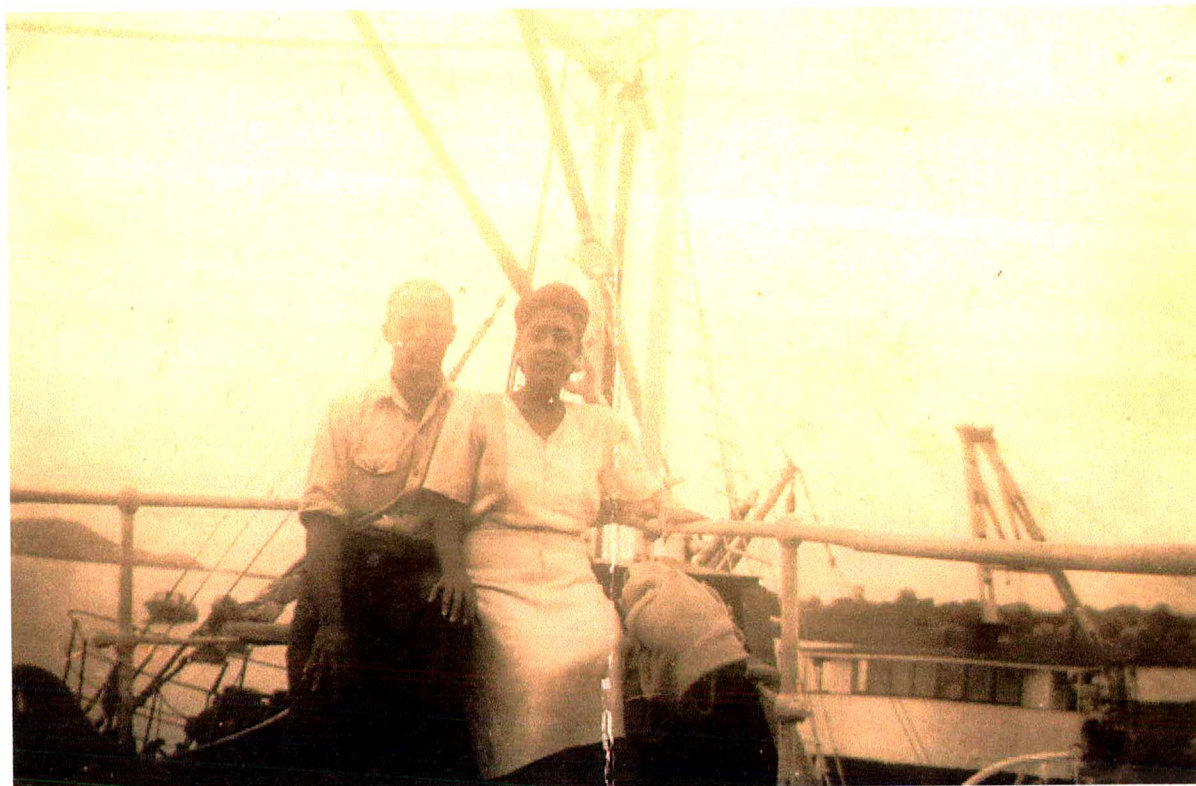


FOTO 11 - MARIA DO ESPÍRITO SANTO E NICOMEDES FERREIRA. CASADOS, RESIDENTES NA AGRONÔMICA. ELE INGRESSOU NA MARINHA, DEPOIS DE UMA LONGA TRAJETÓRIA DE LUTA PARA INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO. ELA 1ª RAINHA DA U. R. 25 DE DEZEMBRO.

A crise econômica do País também tinha seus reflexos no cotidiano dessas negras lavadeiras. O problema do desemprego, da baixa renda e da falta de moradia comum a toda a comunidade pobre também repercutia na vida daquelas mulheres que, no espaço do lavadouro, entre lamentos e gargalhadas teciam suas histórias.

Não foram encontrados registros escritos de confronto entre essas mulheres e os poderes dominantes, pois é provável que o testemunho tenha se perdido no eco das vozes que se misturaram ao barulho das águas das fontes. Tais confrontos a par da ausência de registro escrito, sejam nas relações sociais e interétnicas ou nas relações de gênero, devem ter mesmo existido se levarmos em conta a combinação rígida de normatização imposta *versus* diversidade cultural.

Os lavadouros públicos enquanto local de trabalho daquelas mulheres tornou-se espaço de sociabilidade, das redes de relações eram construídas; era lugar dos conflitos, da solidariedade e das trocas, das brigas, das fofocas, das cantorias e dos saberes não autorizados, onde aprendia-se o uso das ervas adequadas para a cura das doenças, e as benzeduras, e onde até se falava da crise econômica, da procissão do Senhor dos Passos, da Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, do Carnaval; e de tudo que fizesse parte do dia-a-dia da comunidade. Naqueles espaços, lavando roupas para a elite branca da cidade, construíam suas histórias sob o ritmo das águas das fontes, que ajudavam a amenizar as tensões do seu cotidiano.

A luta dessas mulheres negras pela sobrevivência nas pedras dos lavadouros ajudaram a compor o quadro referencial das mulheres negras da cidade.

Ivonete Oliveira, 56 anos, conta do cotidiano da avó no lavadouro público:

Joana Maria de Oliveira, mãe do Chocolate, famoso desportista, era minha avó. Lavava e engomava muito bem as roupas de algumas pessoas da cidade, para quem trabalhava. A fonte estava localizada no centro, na Avenida Mauro Ramos, nos fundos do Tiro Alemão. Ele gostava muito de brincar embaixo do Boi de Mamão e da Bernúncia. Junto com a avó Joana, minha tia Maria Francelina (tia França) e a Preta Rita lavavam roupas para fora. No lavar roupas, entre conversas, risadas e cantorias, tia França ia mascando o fumo, minha avó fumando seu cachimbo e a Preta Rita mascando um grão de milho e se grande dente³¹.

O dia-a-dia dessas mulheres, suas atividades e suas histórias foram construídas nas pedras dos lavadouros, entre cantorias apreendidas de seus antepassados e guardadas na memória pela tradição oral, inspiradas na labuta diária. A musicalidade das vozes compunha o cotidiano da avó Joana, da Negra Rita e da tia França, onde o mascar o fumo de corda, o grão de milho e o fumar o cachimbo continham significados comuns àquele grupo, detentor de códigos que se impunham pela singularidade. Mulheres que, no seu cotidiano, inventaram táticas de sobrevivência, fugindo às normas impostas pelos poderes institucionalizados.

Tais “códigos” singulares eram peças de um jogo, cujas regras também eram invenções daquele grupo. As suas práticas cotidianas não eram comuns entre as mulheres brancas da elite. Essas negras criaram uma identidade para elas e os seus códigos também eram formas de resistência, maneiras de escapar ao controle, e à vigilância da qual sempre eram vítimas.

Michele Perrot, falando das mulheres no lavadouro, na França do século XIX, chama a atenção para o lavadouro enquanto espaço específico de sociabilidade feminina. Diz-se do lavadouro que era:

(...) Lugar ambivalente, rico de incidentes entre as próprias mulheres, cuja violência muitas vezes toma livre curso, para o escândalo daqueles que, em nome da respeitabilidade, recusam às mulheres o direito à raiva, aos gritos à briga ; lugar de conflito igualmente entre as

³¹ Entrevista realizada com Ivonete de Oliveira, 56 anos, filha de Osmar de Oliveira ‘Chocolate’ e neta de Joana Maria de Oliveira, em janeiro de 1996.



Foto 12 - BONDINHO PUXADO POR BURROS, ANOS 30. ESTE VEÍCULO, PUXADO POR BURROS, PERTENCENTE À 'COMPANHIA CARRIS URBANOS E SUBURBANOS' ERA UM DOS MEIOS DE TRANSPORTES QUE DURANTE MUITO TEMPO ATENDEU A DEMANDA DAS PESSOAS QUE PRECISAVAM CIRCULAR NO CENTRO E SEU ARREDORES.

mulheres...É que o lavadouro é para elas muito mais do que um lugar funcional onde se lava a roupa, é um centro de encontro onde trocam as novidades do bairro, os bons endereços, receitas, remédios, informações de todos os tipos. Cadinhos do empirismo popular(...) sociedade aberta de assistência mútua(...) locais de feminismo prático (...) Onde por vezes esboçam-se formas de organizações originais³².

Os lavadouros, em Florianópolis, foram espaços de sociabilidade das mulheres pobres e negras, marcados pela atividade informal, onde além de lavar a roupa, outras práticas eram exercidas, fazendo dessas fonte de água lugar de história e de memória daquele segmento da população de afro-brasileiros.

Em 1931, o País vivia uma crise econômica em consequência da diminuição da crise da produção cafeeira, então o principal produto de exportação. A crise do capital financeiro internacional, com o *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, também teve seus reflexos na economia. A dívida externa brasileira havia alcançado grandes proporções, num quadro que se traduzia para o homem comum em aumento de desemprego e carestia. O desemprego produzia protestos, insegurança e grande disputa no mercado de trabalho. Os reflexos para o trabalhador negro eram terríveis pois se em tempos ditos normais já eram discriminados, e relegados ao esquecimento, em época de crise a situação se agravava.

O resultado disso era que sem muitas perspectivas, executavam os trabalhos informais rejeitados pela maioria e pelos quais eram mal remunerados.

Romélio, filho de Ramiro Farias, estudou na Escola de Artífices', atual Escola Técnica Federal de Santa Catarina, e conta que teve muitas dificuldades para conseguir emprego. Isso fica evidente na sua fala: “Antes de entrar para a marinha eu era engraxate, era muito difícil arranjar emprego aqui na cidade”³³.

³² PERROT, Michele. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p 202-203.

³³ Entrevista, já citada, com Romélio Farias.

A história de Nicomedes Ferreira também era comum à grande maioria dos homens negros que vivia na Florianópolis daquelas décadas. “Antes de entrar na Marinha eu fui carregador de malas, não recebia salários, ganhava gorjetas”³⁴.

Guilherme, outro entrevistado, aponta para a experiência de seu pai: “Nós éramos pobres. Meu pai contava que para aprender o ofício de sapateiro tinha que vender pinhão”³⁵.

A população pobre em sua maioria negra, migrante, habitava a periferia da cidade, onde não havia infra-estrutura. Com a inauguração da Ponte Hercílio Luz em 1926 foi dinamizado o tráfego ligando a Ilha ao Continente, e grande parte das ruas do centro e arredores da cidade foram pavimentadas. Os serviços de telefonia, luz elétrica, água encanada, cinema e outros até o final da década de 20 não atendiam à toda a população. A população em geral não tinha acesso a tais benefícios. A maior parte da cidade ainda era mal iluminada, os serviços de energia elétrica atendiam apenas aos edifícios públicos e às casas das famílias mais abastadas no centro.

Nereu do Vale Pereira observa que o período entre 1930 e 1940 foi de estagnação ou pelo menos de insignificante transformação. Havia poucos investimentos sendo Florianópolis um centro administrativo, onde parte considerável da população era constituída de funcionários públicos e de empregados do comércio.

O porto Rita Maria concentrava um movimento portuário e industrial mais significativo e era onde a maioria dos negros buscavam emprego de estivadores. Ramiro Farias e outros começaram a sua trajetória trabalhando como estivadores no Porto.

³⁴ Entrevista realizada com Nicomedes Ferreira, 83 anos, em novembro de 1994.

³⁵ Entrevista, já citada, com Guilherme Silveira.

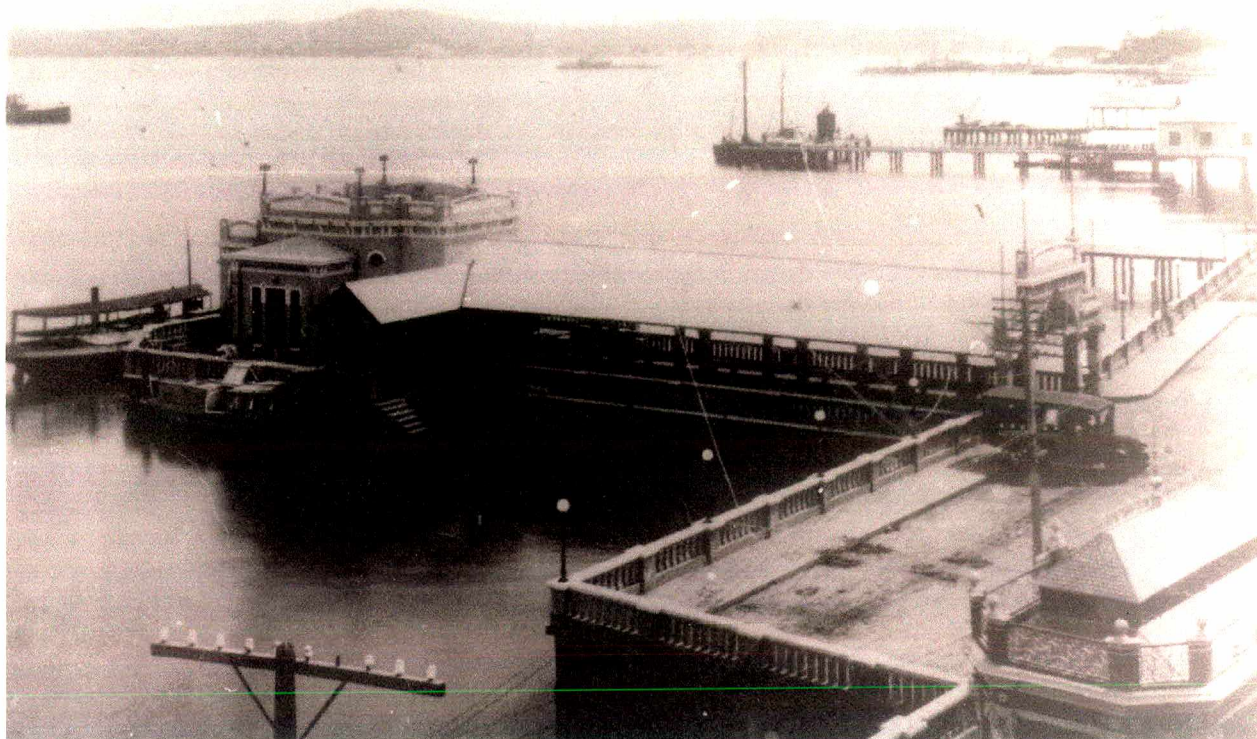


Foto 13 - MIRAMAR (TRAPICHE DE EMBARQUE), NOS ANOS 30. FOI PALCO DE MUITOS ENCONTROS E FICOU NA LEMBRANÇA DE TODAS AS PESSOAS QUE, QUANDO JOVENS, COSTUMAVAM FAZER DAQUELE LOCAL SEU ESPAÇO DE LAZER. LUGAR ONDE MÚLTIPLAS RELAÇÕES FORAM ESTABELECIDAS. LUGAR DE MEMÓRIA, DE HISTÓRIA. ROSA MORENA, POETISA CITADA NESTE TRABALHO, FALOU DO MIRAMAR COMO SE RECITASSE UMA POESIA "NAQUELE LUGAR A ÁGUA DO MAR BATIA NA BARRA DOS NOSSOS VESTIDOS".

A Capital de Santa Catarina abrigava algumas poucas indústrias que destacavam-se no lento desenvolvimento econômico contribuindo para o aumento da oferta de empregos.

Segundo os registros da historiografia catarinense a presença da:

(...) fábrica de Ponta Rita Maria, inaugurada em 1896, foi uma das primeiras indústrias de vulto em Florianópolis(...). Aliada a fábrica de bordados do mesmo empresário, Carl Hoepcke, ela veio incrementar a produção industrial da cidade, movimentando as atividades portuárias, e criando uma empresa de navegação local. (...) Foi provavelmente a mais importante fábrica de pregos do sul do País, até o início da Segunda Guerra Mundial³⁶.

A fábrica de rendas e de bordados fazia parte do mesmo complexo industrial. Com tecnologia importada, esta se inseria no conjunto de inovações que foram introduzidas no Brasil da Belle Èpoque.

Vladimir Carlos dos Santos comentou: “Minha avó Diamantina dos Santos Gouveia, natural de Florianópolis, era funcionária da fábrica de bordados Hoepcke”.

Segundo Eliane da Veiga, havia: “(...) na rua existente ao lado da fábrica (atual rua Hoepcke) (...) uma vila habitada por operários das fábricas do grupo Hoepcke, especialmente operários da Fábrica de Pontas.”

Ela aponta ainda que no mesmo local do Porto Rita Maria, já desde o início do século XX, existiam algumas fábricas e oficinas. Algumas foram citadas, como por exemplo:

A fundição de pontas de Paris, que pertencia à firma Carl Hoepcke e Cia, que empregava grande número de operários. Também existiam lá três fábricas de cerveja, (...) que exportavam o seu produto para o sul do Estado, duas fábricas de preparar peixe em lata, uma de sabão e velas; oficinas de carpinteiro, marceneiro, tanoeiro, funileiro e torneiro; uma fábrica de massas

³⁶ VEIGA, p 282.



Foto 14 - DIAMANTINA DOS SANTOS GOUVEIA NATURAL DE FLORIANÓPOLIS, FUNCIONÁRIA DA FÁBRICA DE BORDADOS HOEPECK. FREQUENTAVA O MIRAMAR, PONTO DE ENCONTRO DOS JOVENS DA CIDADE.

alimentícias e duas grandes refinações. Ainda encontrava-se um engenho a vapor para pilar arroz e café (...)37.

A existência destas fábricas, o aparecimento de vila operária, as atividades ligadas a administração pública e ao comércio caracterizavam o cenário econômico da cidade. Ao lado do trabalho formal havia uma diversidade de atividades informais que garantiriam a sobrevivência das muitas famílias de despossuídos e desempregados, incluídos aí negros e brancos. Os depoimentos orais são plenos de histórias dos afro-brasileiros evidenciando uma multiplicidade desses papéis informais.

Benjamim era um dos seis indivíduos que fazia parte de uma equipe de carregadores de piano, atividade muito comum na Florianópolis da época, e que exigia muito esforço físico e certamente causava fadiga. Doralécio Soares comentou que: “Os negros carregadores de piano faziam transporte do piano numa cantoria ritmada. Aquele que ficava no centro era o que fazia o ronco. A partir do ronco é que vinha o ritmo. Eles tinham o *toado*³⁸ para não errar o passo”³⁹.

O piano era um instrumento musical normalmente utilizado pelas classes mais abastadas na cidade, e que lhes conferia *status*. Mas o transporte dele requeria um ritmo que não era tocado no teclado, mas improvisado pelos negros através da voz, com seu *toado*. A musicalidade que embalava esse transporte conferia uma singularidade ao trabalho que somente aqueles homens conheciam. Tais sons também faziam parte dos códigos comuns aqueles grupos.

Nicomedes Cândido Ferreira, mais tarde empregado da Marinha mercante, comentou que: “trabalhei numa fábrica de malas, na rua João Pinto, onde só ganhava

³⁷ Idem, p 284.

³⁸ **Toado**: ritmo improvisado pelos carregadores de piano, durante o transporte.

³⁹ Entrevista realizada com Doralécio Soares gravada em Janeiro de 1997.

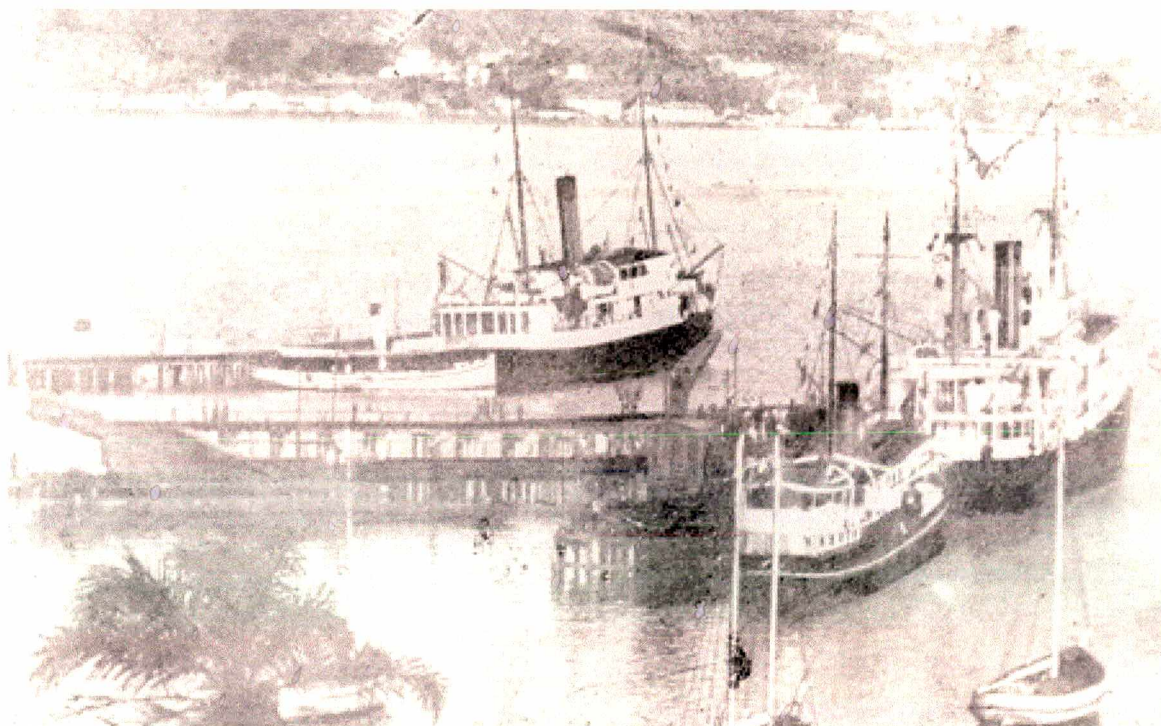


Foto 15 - PORTO RITA MARIA NOS ANOS 40. TAMBÉM AJUDOU A COMPOR OS QUADROS DA ATIVIDADE ECONÔMICA DA CIDADE. AQUI OS GRANDES NAVIOS APORTAVAM, TRAZENDO OU LEVANDO PESSOAS OU MERCADORIAS. OUTRO ASPECTO SERIA A VISÃO DO PORTO QUE JÁ EXISTIU EM FLORIANÓPOLIS NOS REMETE AO CONTEXTO HISTÓRICO DAS DÉCADAS DE 30 E 40. PODEMOS IMAGINAR A VIDA COTIDIANA DA CIDADE E TAMBÉM HISTÓRIAS E PERSONAGENS DAQUELE MOMENTO. OUTROS "OLHARES" NOS FARÃO PERCEBER A PRESENÇA DOS AFRO-BRASILEIROS. AS FONTES ORAIS PERMITIRAM COLOCA-LOS EM VISIBILIDADE, JÁ QUE FORAM MUITOS OS HOMENS NEGROS QUE EXERCERAM A PROFISSÃO DE ESTIVADOR.

gorjetas. Depois como carregador numa livraria pertencente a Pascoal Simone, do partido político de Adolfo Konder, opositor de Nereu Ramos.”

Guilherme Silveira falando de sua experiência na cidade: “Antes de entrar para a empresa de Correios e Telégrafos fui sapateiro, profissão que aprendi com meu pai.”

Observando-se o contexto sócio-econômico da cidade de Florianópolis pode-se perceber uma cidade com um parque industrial incipiente, sendo sua economia centrada na administração pública, no comércio e na prestação de serviços. As oportunidades de trabalho formal que se apresentavam para o cidadão comum branco ou negro eram ínfimas.

Os registros orais e escritos tornam evidentes que as atividades informais foram a opção mais comum entre a grande maioria de descendentes de africanos. Entre as mulheres as atividades informais mais comuns eram empregos domésticos, lavadeiras, bordadeiras, costureiras, parteiras, engomadeiras, etc.

Se grande parcela da população negra exercia funções informais, mesmo que temporariamente, isto não se devia a sua incapacidade intelectual mas às barreiras existentes na sociedade, dentre elas o preconceito e a discriminação racial e social. Tais fatores, aliados à baixa renda familiar da maioria dos negros, impediam o acesso do negro à instrução escolar, eliminando as suas chances de inserção no mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, às profissões melhor qualificadas.

Muitos homens e mulheres de descendência africana fizeram do trabalho informal o único meio para obter acesso à educação básica, que lhes permitisse a chance de ingresso nas Forças Armadas ou na Administração Pública.

Destaque-se ainda que através do relato das atividades informais exercidas pela maioria dos trabalhadores negros foi possível dar visibilidade a essas populações

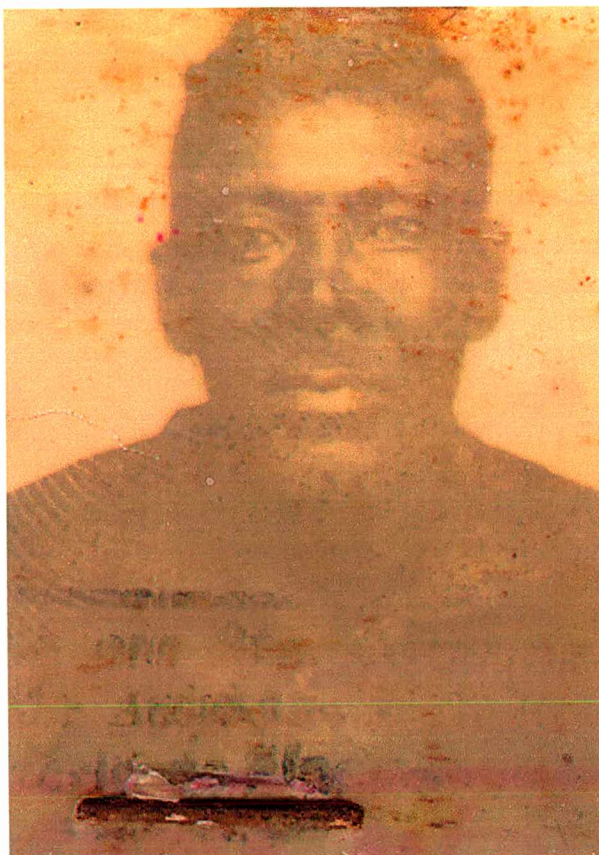


Foto 16 - ANTÔNIO ATANÉSIO GOUVÊA (TONTONHO). O CARREGADOR DE PIANO ERA A SUA PROFISSÃO. ESTA ATIVIDADE ERA MUITO COMUM ENTRE OS HOMENS NEGROS NAQUELE PERÍODO.

naquele contexto urbano. Por outro lado sabe-se que o trabalho informal, por ser não qualificado, é alvo de discriminação em nossa sociedade e por consequência toda a população pouco instruída e pobre é associada a ele.

É comum no imaginário social associar e atribuir aos descendentes de africanos as funções mais subalternas e desqualificadas da sociedade. As experiências cotidianas evidenciaram essas histórias. As mulheres negras na cidade eram, e continuam sendo até hoje, as mais requisitadas para serviços domésticos como cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, passadeiras, babás, faxineiras, etc., sendo costumeiro trazê-las das regiões periféricas da Capital.

Dona Norma Custódio comentava: “As famílias vinham de Florianópolis, buscar as empregadas aqui em Antônio Carlos, todas elas pretas, eles diziam que eram as melhores”⁴⁰.

Através de tais atividades essas mulheres marcaram os seus espaços da cidade, porém suas vozes, seus cheiros, seus lamentos, suas risadas, suas brigas sufocadas jamais tiveram voz nos documentos oficiais. Os fragmentos das suas experiências aparecem nas entrelinhas e a memória oral vai reconstruindo parte do seu cotidiano, que dormia à margem da História.

Tais mulheres analfabetas, que construíram o seu dia-a-dia nos espaço da cozinha, no espaço das fontes de água com suas trouxas de roupa lavada, são mulheres cujas histórias estavam silenciadas no anonimato, cujos depoimentos orais trazem agora sua voz ao cenário da cidade, tornando-as visíveis. Suas atividades laborais não foram

⁴⁰ Entrevista, já citada, com Custódia.

inseridas no processo produtivo, mas isso não minimiza a importância dos seus serviços.

Doralécio Soares relatou a história de duas mulheres negras que conheceu quando chegou a Florianópolis na década de 30. Ele comentou que fora muito bem tratado e que em casa delas se hospedara. Em sua fala ele revela: “Edite , ‘mulata clara’, e uma outra ‘bem preta’ de quem não me recordo o nome, foram as primeiras pessoas que conheci em Florianópolis, e foi na casa delas que me hospedei, quando aqui cheguei. Elas eram cozinheiras profissionais, cozinham para fora”⁴¹.

A identidade ‘bem preta’ descrita acima evidencia o anonimato a que estiveram submetidos os muitos sujeitos históricos de descendência africana. Mulheres pobres, sem nome, analfabetas, sujeitas ao controle e à vigilância dos poderes dominantes, mas invisíveis para o sistema. A vida delas fora permeada de experiências, no aprendizado da convivência diária, nos valores culturais herdados dos seus antepassados, os *causos* como elas costumavam dizer, e que eram contados pelos mais velhos, na rezas que elas sabiam de cor, etc. Todos esses saberes ficaram gravados na sua memória, e faziam parte do cotidiano que elas ajudaram a inventar, no confronto com valores hegemônicos presentes na cidade podem vir a ser conhecidos.

As mulheres lavadeiras costumavam fazer longos trajetos com trouxas de roupas na cabeça, e era muito comum ver grupos de mulheres negras cujas trouxas muito brancas contrastavam com a cor de sua pele. O pagamento pelo seu trabalho era para muitas a única fonte de renda. A caminhada era longa e as conversas ajudavam a amenizar a distância a percorrer.

⁴¹ Entrevista, já citada, com Doralécio Soares.

Júlia Conceição Rosa foi uma dessas mulheres. Filha de pais agricultores, caçula entre dez irmãos, fora a última a casar-se, e como cuidava dos pais idosos e doentes teve que trabalhar muito. Ela dividia suas funções entre o lavadouro público, a colheita de café e o trabalho na cozinha. Ela costumava dizer que “no caminho do Saco Grande até a Cidade a gente ria muito, eu falava dos meus namoros, e até das histórias que a mamãe e o papai contavam para nós”⁴².

Da sua atividade como cozinheira ela contava que trabalhou muito na casa de várias famílias da cidade. E comentava: “*Quando eu trabalhei na dona Doca e no seu Trajano a mamãe já estava muito doente, o papai já tinha morrido e eu trabalhava para sustentar minha mãe*”⁴³. Como colhedora de café, ela dizia: “*Muito café eu colhi no Morro dos Müller*”⁴⁴. Ela costumava falar também das benzeduras que aprendeu com a mãe, Dorvalina, de “cobreiro”, de “carne quebrada e nervo torto”, de impinge.

A benzedura de ‘carne quebrada e nervo torto’ servia para curar quando alguém torcesse um pé, por exemplo. E tinha os seguintes dizeres: “O que é que eu *couso*, carne quebrada e nervo torto, se é carne quebrada que eu torne a soldar, se é nervo torto que torne o seu lugar ,em nome de deus e da Virgem Maria, amém”⁴⁵.

Algumas mulheres guardaram na memória as histórias de seus avós. É o caso de Nadir de Oliveira (Dona Didi), que diz: “Eu sou neta de um escravo de Angola”⁴⁶. Ela foi uma das primeiras mulheres em Florianópolis a desfilar em escola de samba, e no

⁴² Entrevista com Laureci Barbosa, em Dezembro de 1996.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ Entrevista realizada com Nadir de Oliveira em Janeiro de 1997.

trabalho como empregada doméstica ganhou fama de ser uma grande cozinheira. Dona Didi comentava que: “foram muitas as crianças da elite que criei e vi crescer”⁴⁷.

Outras mulheres negras fizeram fama sendo excelentes parteiras, sendo tal atividade uma forma de compor a renda familiar. Marcolina Hortência Barbosa Farias, também parteira, migrou de Alto Biguaçu para Florianópolis na década de 30, junto a seu esposo, Ramiro Farias, com quem teve vários filhos.

Raulina Farias, fazendo referência às experiências de sua mãe, diz: “Minha mãe, parteira, era sempre chamada para atender as mulheres da redondeza. Ela costumava cobrar pelos serviços de atendimento em espécie. Mas às vezes ganhava cortes de tecido, ou outra coisa qualquer, daquelas mulheres que não podiam pagar. Porém nunca deixou de atender a ninguém por falta de pagamento”⁴⁸.

Seus saberes aprendera na prática, pois jamais frequentara cursos acadêmicos, mas certamente observando ou ouvindo da avó, da mãe ou das outras negras mais velhas.

A região do Alto Biguaçu, lugar de origem de Marcolina, era cidade com grande contingente de afro-brasileiros, e sua proximidade com a Capital facilitava a migração. “A maioria da parteiras eram negras, e entre elas havia uma negra liberta chamada Candunda da Costa, vinda da África ainda pequenina, tendo se criado na senzala, e trabalhado como parteira durante muitos anos. Ela morreu bem velhinha”⁴⁹.

Pessoas como Candunda da Costa e Marcolina Farias, ambas parteiras, angariaram muito respeito na região onde moravam, pela prática de saberes domésticos apreendidos dos mais velhos, e tais aprendizados permitiram a elas exercerem

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Entrevista, já citada, Raulina Farias.

⁴⁹ Entrevista, já citada, com Rogério Kremer.



Foto 17 - NADIR VIEIRA DE OLIVEIRA (DIDI). NETA DE UM ESCRAVO DE ANGOLA. ELA ESTAVA ENTRE AS PRIMEIRAS MULHERES A DESFILAR NAS ESCOLAS DE SAMBA DE FLORIANÓPOLIS (PROTEGIDOS DA PRINCESA). EM SUA CASA ELA COSTUMAVA ACOLHER JOGADORES DE FUTEBOL, DE TIMES DA CAPITAL. SUA RESIDÊNCIA TAMBÉM FOI DURANTE MUITO TEMPO SEDE DA ESCOLA DE SAMBA PROTEGIDOS DA PRINCESA.

atividades que lhes conferia certo prestígio bem como a obtenção de recursos para sua sobrevivência.

A atividade de costureira era praticada pelas mulheres negras na cidade. Foi como costureira que Dalvina Rosa Barbosa ganhava seu sustento, fazendo roupas masculinas e femininas sob encomenda. Diz ela que sua irmã Júlia, já falecida, costumava contar que: “Em épocas de festas como Natal, Procissão de Passos, Finados, ela ficava até tarde da noite na máquina para atender a todas as encomendas, às vezes precisava de ajuda para pregar botões e fazer bainhas, ou cuidar dos afazeres domésticos, quando os filhos ainda eram pequenos”⁵⁰.

Segundo Rosa Morena ,sua mãe: “Otilia Mariano da Rosa, também costureira, residente no Saco dos Limões, sentada na máquina, era bastante requisitada pelas pessoas de bom gosto com recursos para seguir as tendências da moda; sua especialidade era fazer chapéus. Costumava também fazer laçarotes, boinas, vestidos de noiva e de festas”⁵¹.

Mulheres como Ascendina Inês Rodrigues, a par de ter tido instrução num colégio evangélico, de procedência americana, especializou-se como costureira, atividade que certamente deve ter sido escolhida pela necessidade de compor a renda familiar.

Demerval Rodrigues, seu filho, comenta: “Minha mãe era costureira, morava no Saco dos Limões , especializou-se em costurar roupas masculinas, dizia ser mais simples. Costurava para uma classe mais pobre”⁵².

⁵⁰ Entrevista, já citada, com Laureci Barbosa.

⁵¹ Entrevista realizada com Maria da Rosa Lapa (Rosa Morena) em Dezembro de 1996.

⁵² Entrevista realizada com Demerval Rodrigues, em Janeiro de 1996.

Bernadina Rosa Maria, também costureira, segundo sua filha, “costurava para muita gente, tinha fregueses de Ratores, Santo Antônio de Lisboa. Com a costura ela ganhou muito dinheiro”⁵³.

As inúmeras “profissões” femininas aqui representadas colocaram em evidência as experiências que ajudaram a compor o mosaico em que foram inseridas a mulheres negras da cidade. As suas atividades de trabalho ajudaram a promover a sua visibilidade enquanto trabalhadoras negras, pela maneira como se organizavam no interior dos seus grupos de pertencimento, e pelas suas relações com a cidade normatizada pelas elites brancas.

Apresentava-se através das suas ações comuns, tanto nas atividades remuneradas quanto nas corriqueiras, o embate entre o saber doméstico e o saber institucionalizado; sendo a transmissão dos seus valores culturais também repassada aos membros da elite branca.

Neste “fazer a cidade”, estão presentes normas, desvios, tensões, improvisos, porque as existências são pontuadas por ambigüidades.

Michel de Certeau afirma que: “(...) O homem ordinário(...) inventa o cotidiano graças à arte de fazer astúcias sutis, táticas de resistência pelas quais ele altera os objetos, os códigos, se reapropria do espaço e do uso a seu jeito”⁵⁴.

Ao inventar o cotidiano, conforme afirma Michel de Certeau, o homem ordinário exerce uma micro-resistência em relação aos poderes institucionalizados. As invenções são maneiras de sobrevivência que as pessoas comuns constroem no cotidiano, nas suas relações sociais com outros sujeitos.

⁵³ Entrevista realizada com Terezinha Maria em Janeiro de 1997.

⁵⁴ CERTEAU, p 38.



FOTO 18 - FAMÍLIA ROSA. DA ESQUERDA PARA DIREITA TRÊS PERSONAGENS, JÚLIA CONCEIÇÃO ROSA, DALVINA ROSA E BERNARDINA ROSA E FRANCISCO ROSA. SUAS HISTÓRIAS, PERMITIRAM CONHECER PARTE DAS "ÁFRICAS PRESENTES NO COTIDIANO DE FLORIANÓPOLIS".

Estas pessoas detinham o poder da criatividade, que no dia-a-dia se configurava numa diversidade de experiências vividas, mas que permaneciam na invisibilidade. E que a “História Vista de Baixo”, segundo Jim Sharpe, procurava: “(...) *explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão freqüentemente ignorada*”⁵⁵.

É nessa perspectiva que estamos apontando as histórias das populações afro-brasileiras e mostrando o papel das mulheres negras pobres, analfabetas, cujas histórias foram sendo construídas através da memória oral.

Rastreamos os espaços da cidade, encontramos uma multiplicidade de sujeitos históricos de descendência africana, exercendo uma pluralidade de atividades formais.

Guilherme Silveira, nascido nesta Capital, de família era pobre e morador do bairro da Trindade, em Florianópolis. O pai era sapateiro e ensinou para o filho a sua profissão. Os seus estudos não foram além do primário. Seu depoimento oral foi pleno de experiências: “Eu cursei apenas o primário, sou um autodidata. Aprendi a profissão de sapateiro com meu pai e depois trabalhei no correio como carteiro. A música sempre fez parte de minha vida, sou violonista. Tenho a música como lazer e como suplemento da renda familiar”⁵⁶.

Casado com Adalgisa, com quem teve filhos, ele era funcionário público e sapateiro, atividades que ele conjugou com a arte (música, teatro amador) além da literatura cronista.

Guilherme era autodidata; além da música ele gostava de ler e costumava escrever. Como cronista escreveu para vários jornais da cidade, dentre eles para o

⁵⁵ SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1993, p 41.

⁵⁶ Entrevista, já citada, com Guilherme Silveira.

Correio do Estreito e para o jornal O Estado. Como leitor assíduo e crítico inveterado, demonstrava toda a sensibilidade para perceber as questões do cotidiano, bem como a iniciativa de escrever para jornais emitindo as suas opiniões e fazendo seus comentários.

Observe-se aqui alguns pequenos trechos de citações suas nos jornais: Em uma de suas crônicas, intitulada “O Problema da Falta de Troco”, ele comentou: “Como se não bastasse a constante remarcação de preços majorando o valor das mercadorias em geral, principalmente as que mais são procuradas pelo consumidor, esbarramos ainda com o problema do troco. Não é muita coisa mais de ‘pingo em pingo’, cinquenta centavos aqui um cruzeiro ali, diariamente, a receita do assalariado de baixa renda se dilui quase que imperceptivelmente(...)”⁵⁷.

Em uma outra, cujo título era “Mamãe estava certa”, diz: “Quando digo estava certa, não quero dizer que hoje não esteja, ou que tenha deixado de existir. Está viva, graças a Deus, e com uma bagagem de experiência bem maior que a que possuía nas diversas fases do meu desenvolvimento, quando estava sob a sua responsabilidade a minha formação”⁵⁸.

Além de escrever Guilherme dedicou-se a várias atividades artísticas, como as artes cênicas (no teatro amador) e o trabalho em rádio difusora como músico.

Havia negros que se estabeleceram no comércio local como proprietários de bancas de verduras, de quitandas, e de armazéns.

Maria da Lapa relatou a história do seu avô: “Meu avô Quirino Silva era catarinense ele tinha uma banca de verduras no Mercado Público, ele era bem negro”⁵⁹.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Entrevista, já citada, com Maria da Lapa (Rosa Morena).

Demerval Rodrigues faz referências ao avô materno que também era comerciante nesta Capital, e narra: “Meu avô materno era comerciante na cidade. Nas horas vagas era músico, tocava flauta. Morava no centro, à rua General Bittencourt, e seus filhos estudaram num colégio evangélico”⁶⁰.

A atividade comercial permitira ao avô materno de Demerval educar os filhos num colégio evangélico. A mãe de Demerval, Ascendina Inês Rodrigues, também fizera seus estudos naquele colégio particular. Casou-se com Francisco Jacinto Rodrigues, de uma família de pescadores da Ponta do Poço, na Costeira do Ribeirão, no interior da Ilha.

As condições sócio-econômicas das duas famílias eram bastante distintas. Enquanto o pai da primeira era proprietário de uma casa de comércio, o pai de Francisco era empregado em num armazém, à rua Conselheiro Mafra. E, segundo Demerval Rodrigues, foi o dono do armazém que ajudou o seu pai a comprar o terreno onde hoje moram.

Ascendina, com grau de escolaridade mais alto, ao casar-se com Francisco, precisou trabalhar, para compor a renda familiar, como costureira e não como professora, o que seria esperado pela sua instrução. As dificuldades passaram a ser maiores depois de casados, mas isso não impediu que investissem na educação formal dos seus filhos.

Demerval Rodrigues diz ainda referindo-se aos seus irmãos:

Minha irmã estudou no Instituto Estadual de Educação e os homens foram para a escola de Aprendizagem dos Artífices, atual escola Técnica de Santa Catarina. Foi lá que eu aprendi Artes Gráficas e me estabeleci profissionalmente. Comecei a trabalhar no Diário da Tarde, na Gráfica Catarinense, depois fui para a Imprensa Oficial do Estado, onde aprendi linotipia. Na

⁶⁰ Entrevista, já citada, com Demerval Rodrigues.

gráfica Catarinense eu trabalhava com tipografia, que é um serviço manual. Depois com a revolução gráfica, é que surgiu a linotipia, uma máquina alemã. Só existia linotipia na imprensa oficial do Estado e foi lá que eu comecei a trabalhar com essa máquina. Alguns dos meus irmãos aprenderam a arte da marcenaria ou se estabeleceram como alfaiates.⁶¹

Estas histórias permitem pensar-se as tensões vividas pelos afro-brasileiros naquele contexto urbano, onde o cotidiano era constituído de trabalho árduo, e de micro resistências nem sempre perceptíveis ao olhar do pesquisador. Os filhos de Ascendina e Francisco se estabeleceram profissionalmente com as dificuldades comuns aos filhos de classes menos abastadas. Certamente o cotidiano de Francisco foi permeado de muito empenho para angariar a confiança do dono do armazém no qual ele trabalhava, que lhe concedera crédito para comprar um terreno, onde passou a morar com a família. O dia-a-dia de Francisca também não era fácil, porque além dos afazeres domésticos, trabalhava na confecção de roupas masculinas para proporcionar aos filhos uma formação que assegurasse um espaço no mercado de trabalho.

Dorvalina Machado Coelho, outra negra, aluna do Instituto Estadual de Educação, recebeu a formação de normalista, tornando-se professora e depois diretora de escola pública. Segundo o depoimento de Maria da Graça Coelho, sua filha, antes dela trabalhar na educação foi “lavadeira, e muitas trouxas de roupa carregou na cabeça”⁶². Ela conta que Dorvalina casou-se com Jorge Políbio Coelho e tiveram cinco filhos. Todos estudaram no Colégio Coração de Jesus e depois cursaram a faculdade. Seu filho José Nazareno Coelho foi jornalista conhecido e coordenou as relações públicas do executivo estadual no Governo de Colombo Machado Sales. Mário Inácio

⁶¹ Idem.

⁶² Entrevista realizada com Maria da Graça Coelho em Janeiro de 1997.

Coelho, seu outro filho, também jornalista, coordenou as relações públicas do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Maria Aparecida Coelho foi comissária de polícia e a própria entrevistada, Maria das Graças Coelho, foi assistente social e autora de vários livros, entre eles um sobre o Colégio Coração de Jesus, onde diz “*ter passado boa parte de sua vida*”⁶³.

Tais histórias revelam a presença de diferentes segmentos sociais dos afro-brasileiros em Florianópolis, e permitem que se repensem os conceitos ligados à identidade negra, levando em conta a pluralidade sócio-econômica cultural e política que constituiu a multiplicidade dos sujeitos históricos existentes na cidade.

Conforme nos aponta Iosvaldyr C. Bittencourt Jr., “existem vários grupos, com os quais se constrói de uma maneira variada a identidade social ligada à etnicidade”⁶⁴.

A questão étnico-racial não define, por si só, os vários “micro-grupos” existentes na cidade, mas outros fatores estão presentes na constituição da sua identidade. Assim, não se pode falar de identidade negra como se os afro-brasileiros fizessem parte de um todo homogêneo no contexto social. A descendência africana, o passado escravista aliado ao racismo e algumas heranças culturais herdadas dos antepassados não são os únicos definidores da identidade negra.

As experiências de Jorge, Dorvalina e dos seus cinco filhos evidenciam a diversidade que foram essas populações. Estudar em colégios destinados aos membros da elite branca e alcançar formação universitária não era privilégio da maioria dos descendentes de africanos. Dorvalina por exemplo recebeu o título de professora normalista, porém teve que trabalhar como lavadeira para pagar seus estudos.

⁶³ Idem.

⁶⁴ LEITE, I. Boaventura, p 221.

Apontar os afro-brasileiros que ocuparam funções mais qualificadas na cidade é antes de tudo mostrar que não é a incapacidade intelectual dos sujeitos históricos de descendência africana que os desqualificam, mas sim uma ordem social racista que impõe barreiras à sua ascensão sócio-econômica.

O preconceito racial que perpassa as imagens e os discursos em nossa sociedade e se estabelece no imaginário coletivo, discriminando, segregando e excluindo os não brancos, torna-se um ciclo vicioso.

Além de Jorge Políbio Coelho, outros negros trabalharam na Imprensa Oficial, muitos inclusive ocuparam cargos de chefia.

Doralécio Soares comentou que conheceu alguns desses homens: “Muitos homens negros trabalharam na Imprensa Oficial como tipógrafos, chefes do setor de tipografia,... e Erviro Rosa, pai da conhecida cantora Neide Maria Rosa. Havia mais dois negros que exerciam cargos de chefia lá na Imprensa Oficial, dos quais não me recordo o nome”⁶⁵.

Carlos Ribeiro dos Santos fez referências ao seu pai, José Ribeiro da Costa, que era natural de Ponta Grossa, no Paraná, e chegou a Florianópolis na década de 30: “Meu pai era mecanógrafo, - diz ele, - “especialista em consertos de máquinas de escrever e de calcular. Foi através dessa função que se relacionou com os donos das grandes indústrias de Santa Catarina, viajando por todo o Estado para consertar máquinas de escrever e calcular. Fez amizade com os Büettner, os Hering e os Renaux”⁶⁶.

⁶⁵ Entrevista, já citada, com Doralécio Soares.

⁶⁶ Entrevista, já citada, com Carlos Ribeiro dos Santos.

Sendo o mercado de trabalho bastante restrito na cidade e com poucas opções, muitos homens negros procuravam ingressar na carreira militar; exercendo funções informais, como engraxate, jardineiro, carregadores, etc., o que lhe garantiria a sobrevivência. Através dessas corporações que conseguiriam obter certa ascensão sócio-econômica.

Romélio e Rogério Farias, filhos de Ramiro Farias, são exemplos de caso. Ambos foram para a Marinha, ingressaram como sargento e reformaram-se como primeiro-tenente.

Nicomedes Cândido Ferreira entrou para a Marinha Mercante, depois de muita luta para obter estabilidade. Ele também comentou que: “Foi na Carl Hoepcke, Companhia de Navegação, que depois de algum tempo, passei de carvoeiro a foguista. Viajei muito, fui para a Espanha, ajudei a transportar os judeus da Argentina para Israel na época da guerra. Viajei muito para o Rio de Janeiro e cheguei a morar lá por algum tempo. Depois da Segunda Guerra Mundial recebi a patente de primeiro-tenente da marinha, pelos serviços prestados naquele período”⁶⁷.

Doralécio Soares observa que muitos negros que ingressaram na Marinha eram egressos da Escola de Aprendizes de Artífices:

Fui professor da Escola de Aprendizes de Artífices, tive muitos alunos negros, muitos ingressaram na marinha e todos tinham cargos de alta patente. Conheci também Demerval Cordeiro dos Santos, que foi capitão da polícia militar, passou a major e foi para a reserva como coronel. Ele foi um grande orador, discursava de improviso. Fez parte da maçonaria, na Loja Maçônica 'Regeneração Catarinense', mudou-se de Florianópolis para o Rio de Janeiro porque se dizia magoado com a discriminação racial que havia dentro da polícia militar⁶⁸.

⁶⁷ Entrevista, já citada, com Nicomedes Cândido Ferreira.

⁶⁸ Entrevista, já citada, com Doralécio Soares .

Osmar de Oliveira, o conhecido Chocolate, ingressou na Polícia Militar como soldado. Sua filha Ivonete fala da trajetória do pai: “Meu pai foi soldado, foi cabo corneteiro, ele é que tocava a alvorada. Depois reformou-se como primeiro-sargento. O campo da Polícia Militar homenageou meu pai dando o seu nome àquele campo de futebol da Polícia”⁶⁹.

Se entre os homens negros a carreira militar fora bastante disputada, entre as mulheres negras seria a atividade de professora. Algumas mulheres negras tornaram-se educadoras e dentre elas uma destacou-se por exercer múltiplas funções, além de educadora, Deputada Estadual, escritora e diretora de escola. A professora Antonieta de Barros encaixa-se perfeitamente neste perfil. Muitos homens públicos famosos aprenderam com os seus ensinamentos.

O Jornal A República publicou, em sua edição de 11 de novembro de 1936, a seguinte nota: “Pela Portaria número 266, de 4 do corrente, foi designada a professora Antonieta de Barros para fazer parte da banca examinadora do concurso de Pedagogia e Psicologia, do Instituto de Educação desta Capital”⁷⁰.

Em seu aniversário, o jornal A República, órgão do Partido Liberal, do qual ela fazia parte, costumava publicar uma coluna em sua homenagem, em cuja mensagem se lia:

Deputada Antonieta de Barros

*A data de hoje marca o aniversário natalício da nossa ilustre conterrânea, professora Antonieta de Barros, deputada à Assembléia Constituinte Estadual. Exemplo vivo de trabalho, talento robusto, grande ilustração e obstinada modéstia, a par dos generosos dotes do coração, os traços gerais que definem a figura distinta de estimada conterrânea professora, tanto no Instituto de Educação como no acreditado curso particular que mantém Antonieta de Barros, relevantíssimos serviços à nossa mocidade estudiosa.*⁷¹

⁶⁹ Entrevista, já citada, com Ivonete Oliveira.

⁷⁰ Jornal A República, de Novembro de 1936, p.02.

⁷¹ Jornal A República, de 14 de Maio de 1935.



Foto 19 - ANTONIETA DE BARROS. PROFESSORA, DIRETORA, DEPUTADA ESTADUAL E ESCRITORA. ELA COMPÕE O QUADRO DOS NEGROS LETRADOS DE FLORIANÓPOLIS.

Sua irmã, Leonor, também educadora, lecionou no Instituto Estadual de Educação e no curso particular Antonieta de Barros, criado por ambas.

O Jornal A República também homenageou a professora Leonor de Barros em seu aniversário: *“Professora Leonor de Barros. “Aniversaria nesta data a Exma. Professora Leonor de Barros, lente do Instituto de Educação e figura de destaque do magistério catarinense”*⁷².

Outras mulheres e homens negros exerceram a função de docente, porém suas experiências não chegaram a ser conhecidas pela historiografia, são nomes que só a memória oral vem revelar suas existências: *“Maria e Carlita estudaram no Instituto de Educação, onde receberam o diploma de normalistas. Ambas foram professoras do ensino primário. Carlita lecionou numa escola em Florianópolis”*⁷³.

O cotidiano da cidade também foi marcado pela presença de negros nas atividades esportivas, como futebol, vôlei e basquete. No futebol clubes como Avaí, Figueirense e Paula Ramos fizeram história junto as suas torcidas. Nas atividades de jogador e árbitro de futebol também era comum encontrar-se a presença marcante de afro-brasileiros.

Dizer-se que alguns homens negros foram destaque no futebol, não significa dizer que os descendentes de africanos estavam limitados a determinadas atividades, porque teriam mais aptidão para elas. Há um discurso corrente em nosso imaginário cultural que aponta os negros como os melhores na música e no esporte, desqualificando-os porém para as atividades intelectuais. Tal construção ideológica é

⁷² Jornal A República, de 14 de Maio de 1935.

⁷³ Entrevista, já citada, com Doralécio Soares.



FOTO 20 - OSMAR DE OLIVEIRA (CHOCOLATE). SARGENTO DA PM E DESPORTISTA (JOGADOR DE BASQUETE, VOLEIBOL E FUTEBOL JOGADO PELO PAULA RAMOS F. C., FIGUERENSE E AVAÍ) PRESTIGIADO PELA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO HOMENAGEADO COM O NOME DO CAMPO DO TREINAMENTO DA ACADEMIA DA PM DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

parte dos valores racistas que estabelecem a discriminação e o preconceito racial contra o negro em nossa sociedade.

Ao apontar as experiências dos atletas negros na cidade busca-se não a apresentação de batidos clichês mas, acima de tudo, dar visibilidade às histórias e à diversidade da atuação dessas populações num contexto urbano específico.

Assim, fizeram sucesso na atividade futebolística homens negros como Demerval Rodrigues, Osmar de Oliveira, Mandico, Bráulio, Pantaleão, todos jogadores dos clubes da cidade.

Destacamos ainda José Ribeiro dos Santos, mecanógrafo, e vereador, que exerceu a função de árbitro de futebol.

Osmar de Oliveira, conhecido no meio esportivo como “Chocolate”, ficou conhecido na cidade como campeão, no basquete, no vôlei e no futebol.

É seu filho quem diz:

O meu pai foi campeão pelo Figueirense, Paula Ramos e Avaí, jogou também no Atlético do exército. Eu costumava levar material para ele no antigo Avaí, no campo Adolfo Konder. Jogava basquete pela polícia e vôlei pela Barriga Verde. Na polícia, foi campeão de corrida rústica. Na corrida rústica, ninguém ganhava ele. Foi um grande atleta ali dentro da polícia. Como militar ele foi o primeiro soldado, depois cabo e primeiro sargento, ganhou várias medalhas, troféus. O Corinthians queria levá-lo, mas ele não quis. Com ele jogaram outros jogadores negros: Mandico, Bráulio, Pantaleão⁷⁴.

No jornal A República aparece também, em 1936, a escalação dos jogadores do Figueirense para uma jogo de campeonato, e lá estava o “Chocolate”: “Figueirense F. C., Pereira, Carioca e Fred, Carlos, Procópio e Chocolate. Paraná, Antenor, Ivo, Becker e Calico”⁷⁵.

⁷⁴ Entrevista, já citada, com Ivone de Oliveira.

⁷⁵ Jornal A República, de 14 de Novembro de 1936, p 05.

O jornal O Estado também publicou, em 1940: “Última Hora Esporte: O Avaí sagrou-se campeão da cidade(...). No esquadrão tricolor Chocolate apareceu em primeiro plano”⁷⁶.

Carlos Ribeiro dos Santos faz referências também à atuação de seu pai, José Ribeiro dos Santos, como árbitro de futebol:

Meu pai foi técnico de futebol do Paula Ramos, um time muito bom. Depois foi técnico do Figueirense e do Colegial do Colégio Catarinense, onde formou um time de amadores. Fizeram um grande time, campeão pela liga amadora. Técnico do Clube Atlético de São Francisco do Sul, foi técnico do Operário em Joinville. Gostava muito de futebol, quando jovem foi um ótimo atleta. Jogou também no Rio Grande do Sul, em Bajé, de onde vem o seu apelido Bajé. Começou a carreira de árbitro de futebol na década de 40.

Todos esses atores sociais estavam vivendo em uma cidade cujo contexto sócio-econômico e político era pontuado por acontecimentos que não estavam desconectados das suas experiências cotidianas. As funções por eles exercidas eram parte das trajetórias históricas que eram construídas na relação com outros sujeitos e com o espaço que ocupavam na cidade.

A partir de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência e instala o Governo Provisório, nomeando interventores nos estados. Em Santa Catarina assume, com o “título de Interventor Federal, o General Ptolomeu de Assis Brasil”⁷⁸.

No final de 1931, crises políticas “refletiam a fragilidade dos grupos políticos catarinenses”⁷⁹, sendo cogitada a substituição do interventor. Afastado temporariamente Assis Brasil, assume interinamente Cândido Ramos. “De 1933 a 1935,

⁷⁶ Jornal O Estado, de 14 de Outubro de 1940, nº 8075.

⁷⁷ Entrevista, já citada, com Carlos Ribeiro.

⁷⁸ CORREA, p 82

⁷⁹ Idem, p 73

Aristiliano Laureano Ramos foi interventor em Santa Catarina, sendo derrotado nas eleições do governo do Estado por Nereu Ramos”⁸⁰.

Em 1934 a terceira Constituição Brasileira determina eleições estaduais para a Câmara de Deputados, o que se realizou em janeiro de 1935. Nas eleições de 1935, Nereu de Oliveira Ramos é eleito governador em Santa Catarina.

No mesmo pleito e pelo mesmo partido foi eleita Antonieta de Barros, professora em Florianópolis e a primeira mulher negra a tornar-se deputada estadual.

Quando se candidatou à vaga de deputada estadual pelo Partido Liberal, em 1935, Antonieta discursou dizendo que uma de suas principais propostas seria a defesa da mulher catarinense.

O jornal A República trouxe uma síntese dos elogios à brilhante candidata negra:

“A mulher Catarinense

Chamada a dar, nas urnas, a sua opinião livre, com o mesmo direito de cidadania conferido ao homem, a nobre mulher catarinense só estará representada, na próxima Assembléia Estadual, entre os deputados eleitos pelo Partido Liberal Catarinense. Antonieta de Barros, professora das de mais prestígio entre os seus colegas, que também lhe sufragam o nome, figura, como lídima e fiel intérprete do sentir e do pensar femininos em Santa Catarina, na chapa do Partido Liberal, em única organização partidária que assim presta homenagens à cultura e à nobreza de sentimentos da mulher catarinense. Votar, pois na chapa liberal, é defender as reivindicações femininas, é elevar mais alto que ao liberal, é defender as de ser eleita – a mulher de Santa Catarina”⁸¹.

Antonieta de Barros foi deputada estadual na década de 30, pelo Partido Liberal e, no final da década de 40 e início dos anos 50, foi suplente de deputada estadual pelo PSD. O jornal A República homenageia a deputada estadual pelo seu aniversário, dando ênfase a seu trabalho na Assembléia Constituinte:

⁸⁰ Idem, p 73.

⁸¹ Jornal A República, de 14 de Outubro de 1934, nº 175, p 01.

Apresentada candidata à Constituinte Liberal Catarinense, foi o seu nome vitoriosamente sagrada nas urnas, dando-lhe o lugar de destaque que ocupa como representante da mulher catarinense. Na Assembléia, além de fazer parte da comissão dos nove que estava elaborando o projeto de constituição, a ilustre aniversariante foi destacada para relatora parcial do capítulo referente ao funcionalismo público e à educação⁸².

O lugar que ocupa nas páginas do jornal *A República* demonstra a amizade que ligava a deputada ao governador Nereu Ramos, seu colega de partido, primeiramente no Partido Liberal, depois no PSD. As diferentes atuações e papéis que Antonieta de Barros exerceu em Florianópolis como educadora, escritora e deputada evidenciam a diversidade das experiências daquela mulher negra na cidade. E permite observar-se que a cozinha e os lavadouros públicos não eram os únicos espaços a serem ocupados pelas mulheres na cidade. As letras, a política, a educação e a música também fizeram parte das suas histórias dando novo perfil a sua etnia.

José Ribeiro dos Santos, o primeiro vereador negro em Florianópolis, pertencia ao PSD, mesmo partido do governador Nereu Ramos e da deputada estadual Antonieta de Barros. Todo o prestígio da deputada e do vereador junto ao poder executivo foi construído ao longo da sua carreira política. Existia entre eles estreitos laços de amizade, o que só foi possível porque Antonieta e José Ribeiro não faziam oposição ao Governo.

A postura política e partidária destas personalidades negras não é objeto desta dissertação, pois qualquer que tenha sido a desses sujeitos históricos, o fato a considerar-se relevante é que a sua atuação nas várias instâncias da sociedade civil lhes garantiria visibilidade importante para caracterizar o registro da presença das mulheres e

⁸² Jornal A República, de 24 de Outubro de 1936.

homens negros nos espaços de poder das elites brancas. A deputada Antonieta de Barros costumava aparecer em público sempre ao lado do governador Nereu Ramos.

Diz Carlos Ribeiro dos Santos que seu pai José Ribeiro dos Santos:

Fez amizade com as potências políticas aqui do Estado: Nereu Ramos, Aderbal e Celso Ramos. Ele era do PSD, e Nereu Ramos chegou a intervir num fato lamentável que aconteceu entre José Ribeiro e um pessoal da Base Aérea, no 'Clube Brinca quem Pode' onde. Depois do atrito José Ribeiro ficou detido, mas alguém avisou ao governador, que não só mandou soltá-lo como levá-lo em casa com um carro daquela corporação. Meses depois o comandante foi removido de Santa Catarina. O Bajé, como era conhecido José Ribeiro, era muito respeitado em Florianópolis, e em todo o Estado de Santa Catarina, também pela função de mecanógrafo e árbitro de futebol. Candidatou-se a vereador numa das primeiras legislaturas da Câmara Municipal. E como tal teve a oportunidade de assumir um lugar na Câmara dos Vereadores. Na época de Celso Ramos, a pedido do governo, ele fez um levantamento e montou o município de Itapema⁸³.

Os depoimentos servem para mostrar que os laços de amizade do chefe do executivo estadual com Antonieta e José Ribeiro aumentava a força política desses sujeitos históricos que, como pessoas públicas, atuando nas mais diversas atividades, acrescentavam prestígio social e político ao seu prestígio profissional, adquirido através de muito trabalho.

A pluralidade de suas funções lhes conferia credibilidade junto ao público eleitor, promovendo politicamente ao partido e a seus correligionários, ao mesmo tempo que os promovia enquanto indivíduos e enquanto negros.

O Governo do Estado, representado na figura do governador Nereu Ramos, também usufruía do prestígio pessoal destes negros ilustres na sociedade catarinense.

⁸³ Entrevista, já citada, com Carlos Ribeiro dos Santos.

No entanto este governo estava ligado politicamente ao presidente Getúlio Vargas, cuja política homogeneizadora e assistencialista, segundo a historiadora Cynthia Machado, “visava um controle mais rígido do Estado sobre a população”⁸⁴.

Estes fatos ocorreram a partir de 1937, com a implantação do Estado Novo, quando Nereu Ramos passara a ser interventor federal tendo fundado o PSD em Santa Catarina. O Estado Novo se consolidou entre 38 e 40, quando o cenário internacional era marcado pelo apogeu do nazi-facismo. Naquele contexto, o DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda foi um instrumento de poder utilizado pelo Governo.

Organismo criado em 1939, o DIP: “Foi ao lado da polícia, um dos mais importantes sustentáculos do Estado Novo e do seu regime ditatorial fascista. Era a sua tarefa controlar toda a imprensa e determinar o que podia ou não ser publicado”⁸⁵.

Em Florianópolis, esse departamento também teve o papel de vincular notícias que eram controladas pelo Governo. Isso permitia que o Estado, enquanto instituição de poder, estivesse presente em todos os lugares e que sua voz se fizesse ouvir por todas as pessoas. Uma vez que as transmissões eram feitas pelas emissoras de rádio em nível nacional. Como poderoso veículo de informações da época, o rádio invadia os lares das pessoas, e através de suas ondas as falas do poder penetravam no imaginário coletivo.

Conforme afirma Alcir Lenharo,

*O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. O importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes. (...) Pelo rádio, o poder se faz presente em todo o país e pessoaliza a relação política com cada cidadão*⁸⁶.

⁸⁴ CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle de Normatização de Condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. Dissertação de Mestrado em História. PUC-SP, 1992, p 26.

⁸⁵ BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República de 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985, p 113.

⁸⁶ LENHARU, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Editora da UNICAMP, p 40-42.

Romélio Farias, 68 anos, contou que:

Naquele tempo os pretos ficavam na calçada do palácio do governo e os brancos na Felipe Schmidt, em direção à Confeitaria do Chiquinho. Durante a Segunda Guerra, os jovens da cidade costumavam se aglomerar na Praça XV, porque nem todas as pessoas tinham rádio e as notícias da guerra eram veiculadas através do DIP regional e os serviços de transmissão de rádio estavam instalados em cima de Confeitaria do Chiquinho, ou também onde hoje é a Padaria Brasília⁸⁷.

Nesse contexto houve visibilidade dos homens e mulheres negros que atuaram nas radiodifusoras enquanto cantores, músicos ou atores de radionovela. Alda Jacinto, por exemplo, era cantora e atriz das radionovelas. Guilherme era violinista e trabalhava na rádio Guarujá.

A radiodifusora foi o grande divulgador de notícias que alcançava até os lugares mais distantes; sendo também o principal instrumento que o Poder governamental utilizou para se infiltrar na vida privada de cada cidadão. Era a palavra da ordem sendo veiculada em doses diárias através de meio de comunicação, que chegava a todos os lugares, acompanhada de música, ou de propaganda, ou das notícias de utilidade pública.

Entretanto, apesar de toda essa conjuntura normatizadora, as pessoas também transgrediam a ordem, elaborando seus códigos e improvisando o cotidiano, numa tentativa de sobrevivência, porque os sujeitos históricos não se submetem nem se rebelam o tempo todo. Os poderes institucionalizados sempre dispunham de estratégias, e foi principalmente durante o Estado Novo que existiu o maior controle social sobre as populações em geral.

⁸⁷ Entrevista, já citada, com Romélio Farias.

O preconceito racial estava presente neste contexto, e no entrechoque com os valores dominantes da sociedade os descendentes de africanos viviam constantemente vigiados; eram sempre os primeiros suspeitos, os mais discriminados, em especial os cidadãos mais pobres. Muitas práticas culturais ou saberes domésticos aprendidos através da tradição oral foram rigidamente reprimidos neste período. Era muito comum as pessoas, quando chamadas a dar depoimento, omitirem por exemplo que praticavam a benzedura, intimidadas pela repressão sofrida à época.

Havia, porém, outros afro-brasileiros que constituíam a intelectualidade negra da época, além de Antonieta e Leonor de Barros, que deixaram também suas impressões na História da cidade através da poesia, da literatura, dos artigos em jornais, da oratória e do ensino formal. Dentre eles, Ildfonso Juvenal, Amália Efigênia da Silva, Trajano Margarida, Maria da Rosa Lapa (compositora Rosa Morena), Demerval Cordeiro dos Santos, Maria Carlita, Dorvalina Machado Coelho e Maria Venânia de Farias Martins.

Doralécio Soares falando de Trajano Margarida, diz: “Trajano Margarida foi um outro poeta catarinense intelectual, ele ocupou cargo de posição no Governo do Estado, ele era mulato”⁸⁸.

Em uma de suas poesias, cujo título é “Flor Preta”, ele homenageia a figura da avó, remontando à história de seus antepassados:

Flor Preta

*Quase sempre de noite, minha avó Geralda
Que o sofre conhecia em toda a sua escala
Com linguagem singela, humilde e abençoada
Sem o rasgo da frase e o requinte da fala
E para bem provar o que me relatava
Contente como nunca, a boa velhinha,
Sem recear censura a requebrar dançava
Com o mesmo gosto e jeito e a mesma sensação*

⁸⁸ Entrevista, já citada, com Doralécio Soares.



FOTO 21 - MARIA VENÂNCIA FARIAS MARTINS. ELA COMPÕEM O QUADRO DAS DOCENTES NEGRAS DE FLORIANÓPOLIS. SEU PAPEL DE EDUCADORA ESTAVA PARA ALÉM DO MUROS ESCOLARES, MUITAS PESSOAS TIVERAM O SEU APOIO PARA ESTUDAR. EM SUA CASA, ELA HOSPEDOU MUITOS JOVENS, ESTUDANTES, ENTRE ELES NEGROS E NEGRAS.

*Que a fez ser na senzala em tempos de mocinha,
A flor de mais destaque em plena escravidão*⁸⁹.

Trajano Margarida (do livro *Reminiscências*)

A homenagem que Trajano Margarida presta à escrava, através da poesia, evidencia uma ligação afetiva muito forte com o seu passado, representado pela avó, a quem ele faz questão de enaltecer “*como a flor de maior destaque em plena escravidão*”⁹⁰. A avó representa as suas heranças culturais reveladas a cada palavra que constituiu a poesia *Flor Preta*.

Amália Efigênia da Silva, intelectual negra que viveu inúmeras experiências na cidade, era famosa também pelos bordados que fazia. Além das atividades manuais, era uma mulher muito bem relacionada nos meios políticos, gozando de grande prestígio junto a Hercílio Luz, Chefe do Executivo à época. Estava entre as vozes letradas de Florianópolis, sendo inclusive proprietária de grande acervo de livros estrangeiros. Sua filha, Maria do Espírito Santo, em referência a ela diz:

*Minha mãe falava francês, italiano, inglês e espanhol e lia o alemão. Era amiga pessoal do governador Hercílio Luz e de suas filhas. Eu me lembro que, da janela do palácio, minha mãe abanava para mim que ficava sentada do outro lado da Praça XV. Ela tomava café junto ao chefe do executivo. Chegou a intervir junto ao governador sobre questões de ordem jurídica, para defender um cidadão. E foi atendida, Hercílio Luz intercedeu junto ao juiz e o caso ficou resolvido. No palácio tinha acesso livre. Ela tinha uma biblioteca de livros estrangeiros*⁹¹.

As histórias da intelectualidade negra contraditam a invisibilidade dos afro-brasileiros, bem como ao discurso da incapacidade intelectual dos negros como pretensa

⁸⁹ Jornal A República, de 10 de Novembro de 1936, nº 780. Trecho da poesia de Trajano Margarida.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Entrevista, já citada, com Maria do Espírito Santo Ferreira.



FOTO 22 - AMÁLIA EFIGÊNIA AS VOZES "LETRADAS" DE FLORIANÓPOLIS. AMÁLIA EFIGÊNIA, FLUENTE EM FRANCÊS, INGLÊS, ESPANHOL E ITALIANO, POSSUÍA UMA BIBLIOTECA DE LIVROS ESTRANGEIROS E ERA MUITO BEM RELACIONADA COM AUTORIDADES DA ÉPOCA, COMO POR EXEMPLO ERA RECEBIDA PELO GOVERNADOR HERCÍLIO LUZ, NO PALÁCIO DO GOVERNO.

razão da sua ausência no cenário sócio-econômico. Num período em que a padronização dos comportamentos sociais e a idéia de homogeneidade eram utilizados como mecanismos de dominação estabelecidos para camuflar as diferenças a diversidade e a pluralidade que constituem essas populações negras negam os pressupostos utilizados para a negação da sua presença.

A pluralidade daqueles sujeitos históricos de descendência africana não era tornada visível nos documentos oficiais, porque não se buscava percebê-las.

Assim, registre-se o número abundante de pessoas presentes na história a cidade, como Demerval Cordeiro dos Santos, militar coronel da reserva. Doralécio Soares registra sobre ele: “Ele foi um grande orador, discursava de improviso, e também fazia parte da Maçonaria”⁹².

A já citada Maria da Lapa Rosa, poeta e compositora mais conhecida como Rosa Morena, nascida nesta Capital em 1926, filha de Vitor Mariano da Rosa, operário trabalhador da Companhia dos Danilhos, empresa catarinense, e de mãe costureira modista, especialista em chapéus e laçarotes muito usados na época. Rosa cresceu numa família pobre no Saco dos Limões, o pai era viajante, mas aos domingos levava seus filhos para passear no centro da cidade. Ela fala de sua infância como se estivesse recitando um poema.

Da figueira da Praça XV, com a qual ela havia estabelecido uma relação muito *íntima* ela comenta: “Quando criança, meu pai levava a gente para brincar na Praça XV, nós corríamos em volta da Figueira, lembro-me das bandinhas, no coreto da Praça (...).

⁹² Entrevista, já citada, com Doralécio Soares.



FOTO 23 - COMPOSITORA ROSA MORENA - POETISA, TENDO ESCRITO E EDITADO VÁRIOS OBRAS, A MAIS RECENTE "CRESCI CONTIGO" QUE NARRA SUA CONVIVÊNCIA JUNTO A FIGUEIRA DA PRAÇA XV, ONDE SEU PAI COSTUMAVA LEVÁ-LA PARA ASSISTIR AS BANDINHAS, QUE TOCAVAM NO CORETO INSTALADO NO INTERIOR DAQUELE LUGAR PÚBLICO.

Por causa da beleza da ‘Ponte Hercílio Luz’, a maioria das pessoas esqueceram a Figueira da Praça XV”⁹³.

Da cidade, ela recorda-se da época em que era moça: *“Lembro do tempo do Miramar, quando a gente ia passear lá, tinha um barzinho onde fazíamos lanche à beira-mar, aquelas ondas maravilhosas batiam e tocavam nas barras dos vestidos da gente”*⁹⁴.

São de sua autoria os versos: *“Sou catarinense com orgulho/ isto eu não posso negar/ viva Santa Catarina / não posso deixar de te amar”*⁹⁵.

Rosa Morena é também autora de livro onde homenageia a figueira da Praça XV, cujo título é *Cresci Contigo*, contendo poesias, versos e conselhos, com a imagem da Figueira estampada na capa. Ela é compositora registrada e compôs vários hinos, dentre eles o “Hino Oficial do Bairro Bela Vista” e o “Hino do Colégio Henrique Stodieck”, tendo também participado de festivais de músicas de Carnaval, Marchas e Ranchos.

Recorda a época em que moças e moços *“encontravam-se na Praça, um tempo sem maldade”*⁹⁶. Rosa Morena registrou a vida da cidade em verso e poesia:

*“Como era bom aquele tempo, em que os leiteiros e os padeiros levavam os produtos na porta. Dos circos que vinham para Florianópolis. Era uma época que não tinha o mercado público; mas o peixinho, era vendido na porta. As mulheres da Lagoa vinham a pé até o centro, com cestos de siri. No Saco dos Limões, nós brincávamos nos pitangais. Eram os tempos do cozinhado, de brincar de boneca”*⁹⁷.

⁹³ Entrevista, já citada, com Maria da Rosa Lapa (Rosa Morena)

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.



FOTO 24 - IDELFONSO JUVENAL. FARMACÊUTICO, MEMBRO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, ORADOR E ESCRITOR. ESTÁ ENTRE A INTELLECTUALIDADE NEGRA DA CIDADE.

Carlos Ribeiro dos Santos, aluno de Antonieta de Barros, comentou sobre a sua qualidade enquanto escritora pelo domínio da língua portuguesa: “Muitos textos de políticos da cidade passaram pela revisão ortográfica da professora Antonieta.”

Usando o pseudônimo da Maria da Ilha, Antonieta de Barros escreveu várias poesias. Dos seus escritos, cite-se um trecho:

Bem hajás tu, Senhor.

A Benção do teu olhar, meigo, manso e humilde, palpita e vibra no meu caminho; vive, dentro de mim; abre deslumbrante e põe-me n'alma os cânticos dulçurosos dos que chegaram ao Sinai dos seus sonhos. (...) Bem hajás tu, Senhor, que na tua infinita bondade, me fizeste Mestra! Diante de ti, o meu coração de joelhos, pela graça da tua escolha!”⁹⁸.

Antonieta também fundou e dirigiu o jornal *A Semana*, cujo primeiro exemplar data de 28 de setembro de 1926. Dirigiu, em 1930, a revista *Vida Ilhoa*. Escreveu em jornais e revistas locais e de outros Estados. Em 1936, publicou um livro intitulado *Farrapos de Idéias*.

A revista *Atualidades*, em edição comemorativa do *Primeiro Congresso de História Catarinense*, faz referências à professora Antonieta de Barros:

Antonieta de Barros cursou a Escola Normal Catarinense, diplomando-se em 1921 notas distintas. Em 1922, fundou o Curso 'Antonieta de Barros' que dirigiu ainda e onde lecionou até dezembro, quando assumiu o cargo de professora da Escola complementar anexa ao Grupo Escolar Lauro Muller. E. 1934, foi nomeada Lente da cadeira de Português e Literatura da Escola Normal Catarinense. Neste mesmo ano, foi indicada à deputação estadual, pelo partido Liberal. Eleita, fez parte da Constituinte de 1935. De 1937 a 1945 lecionou português e literatura na Escola Normal Catarinense.(...)De 1937 a 1945, lecionou português, literatura e psicologia no Colégio Coração de Jesus, nesta Capital. Em primeiro de julho de 1944, foi

⁹⁸ Suplemento dominical de O Estado, de 21 de Julho de 1957.

*convidada pelo interventor Nereu Ramos e assumiu a direção do Instituto de Educação Dias Velho. (...) Em julho de 1948 deixou a direção do Instituto de Educação para, na Assembléia Legislativa, substituir o deputado José Boabaid. Dirigiu nesta cidade o semanário. Colaborou em diversos jornais*⁹⁹.

As histórias de Antonieta de Barros aqui relatadas são apenas fragmentos das experiências cotidianas de uma mulher negra letrada, nascida e moradora desta Cidade, cuja vida era voltada para a educação e a literatura. Nos trabalhos que ela escreveu, legou um pouco do saber que construiu enquanto intelectual. A sua filiação política partidária, junto ao chefe do executivo não foi objeto de estudo deste trabalho. Mas foi o espaço que ocupou na Assembléia Legislativa, como deputada estadual, que permitiu que se percebesse os diferentes papéis que as mulheres negras exerceram em Florianópolis dando visibilidade à sua atuação.

O jornal A República, porta-voz do Governo àquela época, dedicava páginas de seus diários tecendo elogios ou homenageando-a no seu aniversário natalício. Em 1930, em plena ditadura Vargas, Antonieta fez parte da Constituinte de 1935, sendo constantemente indicada pelo governador Nereu Ramos para a direção de colégio público dos mais bem conceituados desta Capital, bem como para assumir a bancada na Assembléia Legislativa.

Tudo isso mostra que a confiança que o Governo do Estado depositava em Antonieta devia-se a sua força política e a sua lealdade ao partido governista, e também ao grande talento social e político que a deputada demonstrava ter.

⁹⁹ Revista *Atualidades*. 1º Congresso de História Catarinense. Ed., comemorativa, 1948, nº 10, p 51.

Os suplementos literários de O Estado de 1957 e 1958 fazem referência à professora Antonieta, em homenagem póstuma:

No dia 11 de julho, da data que relembra o natalício da professora Antonieta de Barros, no ano de 1901, viemos reverenciar a sua memória, no intuito de expressar algo sobre a sua vida e a sua obra. Tentaremos, na nossa modesta mais sincera, prestar a justa e merecida homenagem a esta grande mestra. Antonieta de Barros passou a sua meninice e a juventude em companhia da sua irmã Dona Leonor. Rabiscando os jornais da época, aprendeu com apenas cinco anos de idade, as primeiras letras¹⁰⁰.

E o jornal finaliza a homenagem apontando que: “Enfim, como intelectual, Antonieta de Barros revelou ser dona de um grande e invejado gosto literário. Seus artigos ainda hoje vivem nos pensamentos deste povo que nunca esquece os filhos ilustres. Como intelectual, Maria da Ilha honrou sobremodo as letras e a literatura desta terra que tanto amou”¹⁰¹.

Todas essas histórias apontam para uma mulher negra que viveu experiências distintas das maioria das outras afro-brasileiras na cidade. Tais relatos não pretendem fazer apologia à negra Antonieta de Barros; apenas utilizar as imagens de uma pessoa pública veiculadas pela imprensa escrita da época para dar visibilidade à parcela duplamente discriminada das populações negras – a mulher.

Portanto percebe-se a importância de dar visibilidade aos sujeitos históricos que viveram suas experiências em Florianópolis, procurando visualizar os diferentes espaços ocupados pelas populações de descendência africana no País.

A revista *Atualidades*, já citada anteriormente, na sua edição comemorativa do *Primeiro Congresso de História Catarinense*, também faz referências a Ildefonso Juvenal, segundo relata Doralécio Soares:

¹⁰⁰ Idem, p 51.

¹⁰¹ Idem, p 51.

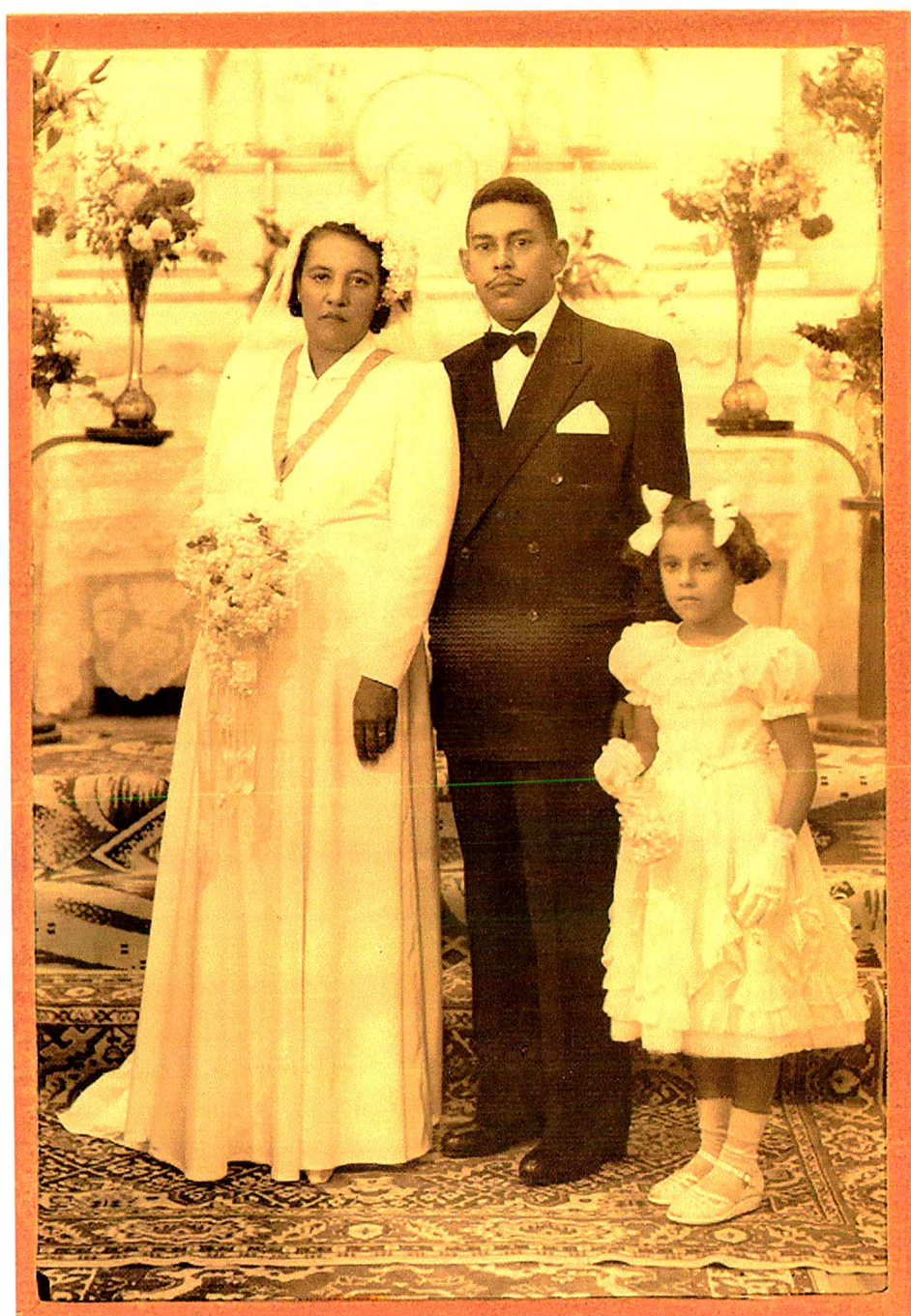


FOTO 25 - MARIA VENÂNCIA FARIAS MARTINS E JOÃO PEDRO MARTINS. ELA DOCENTE E DIRETORA DE VÁRIAS ESCOLAS DA CAPITAL E ELE COMERCIANTE. CASAMENTO REALIZADO EM 1951 NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DOS HOMENS PRETOS.

Idelfonso Juvenal, natural de Florianópolis, nascido em 10 de abril de 1894. Graduado em Farmácia pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis. Membro dos Institutos Históricos do Estado de Santa Catarina e de Santos, estado de São Paulo; membro correspondente da Academia Sul Riograndense de Letras e do Centro de Letras do Paraná. Autor dos livros 'Contos Singelos', 'Páginas Simples', 'Páginas Singelas', 'Relevos' (prosa) e 'Painéis' (prosa, versos, teatro), de contos de Natal, teatro e dos seguintes folhetos, contendo discursos e conferências, apologias e proposições: 'mais glorioso dos nossos feitos d'armas, O mais importante feito de Nossa Marinha de Guerra, 'A Ilha Verde de Santa Catarina e os seus poetas do passado', 'Nestor Vitor Cruz de Souza' (...) 'Cruz e Souza e a sua Gloriosa Via Crucis' e 'O Negro Civilizado na voz imparcial da história'. Colaborador de jornais e revistas de Santa Catarina e de outros estados¹⁰².

Dentre seus escritos, destacamos aqui um pequeno trecho de '*A Ilha Verde e as outras Ilhas*': "A primeira impressão do açoriano e do madeirense ante o majestoso panorama da 'ilha verde de Santa Catarina' foi sem dúvida de verdadeira estupefação e indizível contentamento"¹⁰³.

A maioria dos intelectuais negros aqui citada era constituída de pessoas que ocupavam espaços importantes e que exerciam simultaneamente uma pluralidade de atividades. Eram sujeitos históricos comuns, que viviam o seu cotidiano pleno de histórias permeadas entre a vida pública e a vida privada.

Maria Venância de Farias Martins foi diretora do Colégio José Boiteux, no Estreito, e lecionou no Colégio Lauro Müller. Na sua casa à rua Presidente Coutinho hospedava as pessoas negras e brancas que queriam estudar mas não tinham recursos. Arcava com as despesas de alimentação delas, só fazendo uma exigência: "Eu não quero que vocês paguem nada , só quero ver no final o canudo na mão"¹⁰⁴.

Dedicou-se não só à educação formal nas escolas, mas também auxiliou na formação dos mais carentes, em especial a dos jovens negros. Amparava esses jovens

¹⁰² Revista *Atualidades*, p 43.

¹⁰³ *Ibidem*, p 43.

¹⁰⁴ Entrevista realizada com Patrícia Soares Martins de Oliveira, 22 anos, em Janeiro de 1997.



FOTO 26 - JOÃO PEDRO MARTINS, ESPOSO DA SRA. MARIA VENÂNCIA FARIAS MARTINS

negros que não tinham como pagar os seus estudos tendo propiciado a alguns cursar uma faculdade.

Aliada a sua experiência de mulher pública, enquanto professora e diretora de colégio, juntaram-se outras como a de membro de irmandade religiosa (Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos), onde ela das mais variadas maneiras. Quando jovem ela também vivera os sonhos iguais aos da maioria das moças de sua idade, ou seja, conhecer alguém, namorar e casar. Sua neta, Patrícia Soares, relata que:

No entardecer de um dia, nos finais da década de 40 a multidão se aglomerava ao redor da fábrica de bordados Hoepcke, assistindo extasiada e apreensiva, o incêndio que a devorava. Entre as pessoas ali presentes vendo o desenrolar da tragédia que logo seria notícia em toda Florianópolis estava a professora normalista Maria Venância que impulsionada pela curiosidade, se aproximava cada vez mais do prédio que já se desfazia em chamas. Foi então interpelada por alguém que lhe apertava o braço advertindo-a do perigo de estar tão perto do prédio. Venância não pôde dissimular a surpresa ao virar-se e ver aquele moço era o mesmo que há tempos atrás passara na frente de sua casa, quando ela estava na janela com sua mãe. Desde aquele dia, ela havia ficado enamorada dele e, entusiasmada, havia declarado à : Com esse moço eu me casaria¹⁰⁵.

Morava ela então na rua Presidente Coutinho, que abrigava nos fundos a chácara de propriedade de seu pai, Virgílio José Farias, botânico procedente de Itajaí. O encontro de Venância com João Pedro Martins, viúvo, comerciante, diante do incêndio do Hoepcke, deu início a uma relação de namoro que, no início da década de 50, levou ao seu casamento realizado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos.

O relato das experiências vividas no cotidiano da cidade pelos afro-brasileiros demonstra como estes homens e mulheres teceram suas histórias. As ações mais comuns são aqui realçadas porque é da “experiência humana”, conforme nos aponta E. P.

¹⁰⁵ Idem.

Thompson, que estamos tratando. E nela estão contidos valores, expressões culturais, normas, sentimentos, crenças religiosas, leis, códigos, conflitos e tramas. Nos fragmentos das experiências cotidianas vai se visualizando uma multiplicidade de histórias.

A memória oral permite que se faça uma viagem ao passado e se retorne com um “outro olhar”, percebendo-se uma outra cidade além do espaço de poder das elites brancas, onde outras etnias também se fazem presentes.

O contexto urbano foi pontuado de tensões com os problemas decorrentes da revolução de 30, da Ditadura Vargas, refletidos no dia-a-dia no embate da política assistencialista e de controle dos poderes autorizados. As micro resistências (os desvios e as invenções do cotidiano) do homem comum estavam presentes nos códigos ocultos. Cite-se por exemplo aqueles dos quais as mulheres lavadeiras costumavam utilizar-se enquanto faziam o seu trabalho - mascar o grão de milho, pitar o cachimbo -, ou as práticas das benzeduras, ou ainda práticas religiosas africanas que eram desconhecidas das classes brancas mais abastadas.

A diversidade dos sujeitos históricos de descendência africana na Florianópolis daquelas décadas permitiu que uma pluralidade de experiências do cotidiano que ficaram impressas na história da cidade pudessem ser relatadas e visualizadas. A atuação da negra deputada, ou docente, ou intelectual foi tão importante quanto a da trabalhadora informal nos lavadouros da cidade por exemplo.

Cada uma dessas pessoas negras atuando no seu espaço ocupou funções que permitiram perceber-se o mosaico que representavam essas populações, ao mesmo tempo em juntas compunham o conjunto que daria presença visível às populações negras. Na memória dos homens e mulheres que foram educados pela negra professora

Antonieta, na dos que foram vestidos pelas mãos calejadas de Francelina, ou tia França, residem o legado desses povos tornados invisíveis.

Os documentos oficiais deram visibilidade às experiências de Antonieta não pelo fato de ser mulher negra, mas por ser uma pessoa pública, com relações políticas também no poder executivo do Estado. Por outro lado as histórias de pessoas como tia França, a engomadeira, Ramiro Farias, o estivador, ou ainda Benjamim, junto a seus companheiros carregadores de piano, que animavam os seus trajetos com suas cantorias, dormem no anonimato das pessoas comuns e, portanto, ficaram na invisibilidade. Este outro olhar da historiografia para a cidade é que permitiu perceber-se a presença destas pessoas e do espaço por elas ocupado num contexto urbano específico.

As histórias citadas mostraram uma outra cidade, onde foi possível visualizar a pluralidade de “Áfricas” que compunha o perfil da Florianópolis dos anos 30 e 40. Uma cidade distinta daquela delineada pelos discursos e imagens da cultura projetada pelas elites, e representada no imaginário coletivo como num contexto urbano marcado pela presença quase exclusiva, nos registros oficiais, dos descendentes europeus; produzindo-se como consequência a invisibilidade das populações de descendência africana.

CAPÍTULO II

A Constituição Dos Territórios Negros Na Cidade

"PELE NEGRA

*Visto minha pele negra regularmente
todo dia
para enfrentar o difícil
que pode ser um tear, uma enxada,
uma máquina de escrever
ou o olhar de um branco.
Minha pele negra não enruga facilmente
Não mancha com qualquer toque
Seja de pancada ou de beijo.
Nela a luz refrata
E o se reanima.
É uma pele que inspira múltiplos desejos.
Visto minha pele negra com o prazer
De quem veste um linho bom
Numa tarde de Domingo."*

(Luiz de Melo Santos - Vertente Negra da Literatura Brasileira)

A Constituição Dos Territórios Negros Na Cidade

A cidade onde a presença dos afro-brasileiros tornara-se invisível era o espaço social e político de poder das elites brancas.

No contexto urbano normatizado pelos valores da sociedade branca dominante é que se procurou mapear a presença dos territórios negros. Territórios que ao se constituírem além da presença dos cidadãos negros também foram resultado das impressões simbólicas deixadas por aqueles sujeitos históricos de descendência africana.

A visibilidade dos territórios negros permitiu a percepção do movimento dessas populações que se caracterizou pela luta cotidiana para se estabelecer na cidade.

As histórias desses territórios aparecem nas falas dos homens e mulheres permeadas de resistências, de tensões e de ambigüidades. Tais lugares marcados foram alvo de controle rígido dos poderes autorizados, do preconceito racial e social, e de conflitos étnicos.

Nos confrontos da cidade normatizada as populações negras construíram seus códigos, suas estratégias, e maneiras próprias de organização que se tornaram verdadeiros espaços públicos e políticos, e também de memória.

2.1. O *Footing* no Centro a Cidade: A Rua Como “Território Étnico”

Footing é a expressão, na língua inglesa, que significa o andar, o caminhar, e era muito usada nas décadas de 1930 e 1940, para definir tipo de passeio confinado a um local definido e específico.

Maria do Espírito Santo 82 anos, nascida em Florianópolis, na década de 30, quando ainda solteira, costumava freqüentar o *footing* da Praça XV, onde muitas vezes segundo ela arrancava suspiros de admiração dos moços, pela sua beleza. Ela comentou que recebia muitos galanteios: “No Carnaval eu sempre namorava homens brancos, depois eles queriam continuar o namoro e eu dizia: acabou, foi só no carnaval, tu fostes a minha fantasia”¹⁰⁶.

Essas experiências de Maria do Espírito Santo, caracterizam fragmentos das histórias vividas no *footing* da Praça XV, lugar que foi se constituindo em espaços de sociabilidade, de encontros, de namoros de trocas e de olhares, onde jovens brancos e negros encontravam-se e onde uma pluralidade de relações foram sendo construídas.

Porém, a fantasia dessa jovem negra nos passeios pela Praça XV de Novembro não caracterizava as normas desses espaços.

O *footing* foi a expressão mais explícita da presença dos *territórios étnicos* na cidade, e da divisão e hierarquização espacial e social no contexto urbano. Ele definiu a construção dos espaços públicos de sociabilidade no centro da cidade, tendo a rua como

¹⁰⁶ Entrevista, já citada, com Maria do Espírito Santo.



FOTO 27 - MARIA DO ESPÍRITO SANTO NA DÉCADA DE 40. ELA FOI A 1ª RAINHA DA UNIÃO RECREATIVA 25 DE DEZEMBRO. ELA REVELA A IMPORTÂNCIA DO BEM TRAJAR E IMPÕE-SE A PARTIR DE UMA ESTÉTICA QUE PERMITE PENSAR OS PADRÕES DE BELEZA DE UMA ÉPOCA EM QUE OS VESTIDOS NÃO DISPENSAVAM AS JÓIAS. E A BELEZA DO CABELO ERA EMOLDURADO PELO USO DA REDE, ONDE A MAQUIAGEM ACENTUAVA TRAÇOS QUE REAFIRMAVAM A IMPORTÂNCIA DE APRESENTAR UMA IMAGEM POSITIVA DOS AFRO-BRASILEIROS.

palco da discriminação e do preconceito racial, porque se constituiu em territórios distintos para brancos, negros, pobres e ricos.

Da rua Felipe Schmidt até a frente da Confeitaria do Chiquinho ficavam os jovens da elite branca. Da rua Arcipreste Paiva, ao lado da Catedral, passando pela calçada da Praça XV de Novembro e pela calçada do Palácio do Governo, em direção à Praça Fernando Machado circulavam os jovens negros, enquanto a parte interior da Praça XV era o lugar destinado às jovens prostitutas.

Guilherme da Silveira, 70 anos, residente no bairro da Agrônômica em Florianópolis, também relatou suas experiências de *footing* na sua juventude, tempo em que descia a rua Arcipreste Paiva em direção ao centro da cidade ao encontro das moças. Ele comenta: “Os pretos ficavam na rua Arcipreste Paiva em direção à praça Fernando Machado, e nós íamos de encontro às escurinhas. Eu não sei se alguém organizou isso, eu já alcancei assim, já entrei no embalo e nunca perguntei porque. Apesar das pessoas ficarem em calçadas separadas, eu ia aonde pudesse encontrar alguém que me correspondesse”¹⁰⁷.

Quando Guilherme Silveira diz: “*não sei quem organizou, mas que já alcancei assim e entrei no embalo*”¹⁰⁸.

Embora não se desse conta disso, estava falando de um costume que já havia sido integrado à cultura da cidade de Florianópolis. Alguns negros comentavam que achavam: “Engraçado, quando eu era moça, lembro de ver brancos e negros em calçadas separadas, mais achava que era natural, nunca parei para pensar”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Entrevista, já citada, com Guilherme Silveira.

¹⁰⁸ *Idem*.

¹⁰⁹ Entrevista realizada com Maria do Carmo dos Santos, 62 anos, em Setembro de 1996.



FOTO 28 - PONTOS DE CARROS DE CAVALO - PRAÇA FERNANDO MACHADO - PRAÇA FERNANDO MACHADO, ANOS 40. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO NA CIDADE, OS CARROS DE CAVALOS. ESTA RUA FOI PALCO DO "FOOTING", ONDE JOVENS AFRO-BRASILEIROS SE ENCONTRAVAM, TRANSFORMANDO TEMPORARIAMENTE AQUELE LOCAL EM TERRITÓRIO NEGRO.

Tais falas constatam a naturalidade com que os sujeitos históricos descrevem a segregação racial entre negros e brancos no passeio público da cidade.

A presença daqueles “territórios étnicos” evidenciava e representava a estrutura social racista da sociedade em questão. Era a expressão de uma cidade racial e socialmente hierarquizada. E as experiências do cotidiano era o que determinava essa hierarquia. O *footing* delimitou os espaços para os negros, para os brancos e para as prostitutas. Antes desse costume ser difundido, a Praça XV de Novembro fora o espaço de lazer da elite branca.

O historiador Oswaldo Rodrigues Cabral registra que:

Nas calçadas ficavam as empregas, as crioulas do morro, as garotas mais pobres. Quando segmentos sociais de mais baixa renda começaram a entrar no interior do jardim, a elite se deslocou para a Felipe Schmidt, atraída também pelo aparecimento de cafês e confeitarias. No domingo havia o footing aqui no centro da cidade. Da rua Trajano até a Praça XV, era o pessoal de modo geral de classe média; no Palácio, onde agora é um Museu, ficavam as empregadas domésticas, e no jardim eram as negras, as negrinhas. Se você dá um pulinho para namorar uma empregadinha, você ia lá na calçada do palácio e se gostasse de uma negrinha, ia no jardim. Isso era no Sábado, no Domingo era dia de sessão das moças”¹¹⁰.

Este fato foi corroborado por Gilson, aposentado, que freqüentava aquela Praça, e afirmava que a cidade já fora dividida em três setores, “o dos brancos, o dos pretos e o dos ricos.¹¹¹”

Romélio e Rogério Farias, dois jovens negros, filhos de Ramiro Farias e Marcolina Farias, já citados anteriormente, também apontavam o tempo em que o *footing* era o espaço de lazer dos jovens da cidade.

¹¹⁰ CABRAL, Apud CORADINI, Lisabete. **Praça XV: Espaço e Sociabilidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995, p 73

¹¹¹ CORADINI, p 81



FOTO 29 - RUA FELIPE SCHMIDT: NESTA RUA EM FRENTE A CONFEITARIA DO CHIQUINHO, OS JOVENS DA ELITE BRANCA REUNIRAM-SE E FAZIAM O SEU "FOOTING", NUMA DEMONSTRAÇÃO DA PRESENÇA DE TERRITÓRIOS ÉTNICOS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.

Romélio Farias comentou: “Naquele tempo os pretos ficavam na calçada do palácio do governo e os brancos na Felipe Schmidt, em direção à Confeitaria do Chiquinho”¹¹².

Rogério Farias, lembrou dos tempos que ainda jovem, e frequentava o *footing*: “Pretos ficavam na calçada da Praça XV e os brancos na Felipe Schmidt em direção à Confeitaria do Chiquinho. Porque naquele tempo havia muito preconceito”¹¹³.

O *footing* da Praça XV de Novembro evidenciou a construção de um espaço que, além do lazer, representou uma conquista política no centro de uma cidade demarcada. Um lugar que simbolicamente passara a ser *território negro*. Conforme aponta Iosvaldir C. Jr.: “Mas esses lugares se afirmam como um **território negro** determinado social, cultural e politicamente pelos micro-grupos sociais de negros que integram os pontos específicos de encontros, no centro da cidade”¹¹⁴.

Embora os grupos se dispersassem temporariamente, o *footing* representou uma demarcação territorial para as populações afro-brasileiras na cidade. A rua se constituía um território negro público por excelência. Território este que foi construído a partir das normas, e dos códigos criados, que também traduziam os valores culturais presentes na cidade. Algumas vezes um simples “olhar” poderia ser a expressão de um código estabelecido para aqueles espaços.

Alguns depoimentos evidenciaram conflitos ocorridos durante o *footing*, quando uma pessoa pertencente a um grupo diferente ultrapassava os limites do seu território.

¹¹² Entrevista, já citada, com Romélio Farias.

¹¹³ Entrevista, já citada, com Rogério Farias.

¹¹⁴ BITTENCOURT, apud LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p-143.

Os códigos ficaram implícitos nas conversas, nos galanteios nos olhares, nas micro resistências e nas tensões.

Os espaços do *footing* na Praça XV, na calçada do Palácio do Governo ou na rua Arcipreste Paiva foram se constituindo em “territórios transicionais”, onde alguns segmentos das populações afro-brasileiras demarcaram seu espaço na cidade, e onde estabeleceram relações socioculturais.

Essas populações negras desenvolveram um “ethos específico, uma subjetividade (...) singular”¹¹⁵. Eles passavam por ali apenas algumas horas, em determinados dias da semana, principalmente aos domingos ou em dias de festa como no Natal e no Carnaval, mas o significado que imprimiram à conquista daquele espaço no centro da cidade estava além da presença temporal.

Havia uma intensa circularidade dos afro-brasileiros, principalmente os segmentos mais jovens da população, que imprimiam um perfil específico àquele território. São muitas as experiências do *footing* na praça que a memória oral registrou, e as falas retomavam as lembranças que, hoje, permitem a essas histórias serem registradas formalmente, e através deste registro também passarem a fazer parte da historiografia catarinense.

¹¹⁵ Idem, 143.

2.2. A Irmandade Católica: Espaço de Controle ou de Resistência?

Outros territórios negros são apontados neste contexto urbano das décadas de 1930 e 1940. Embora tenham entre si características bem distintas, a começar pelos sujeitos históricos que os organizaram, existiram neles questões como a discriminação racial, o controle e a vigilância por parte das instituições oficiais. Tais restrições foram a norma para todos os territórios negros citados.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos foi uma associação religiosa onde reuniam-se homens de cor para reverenciar as imagens dos santos católicos. Esta Irmandade, fundada em Florianópolis no século XIX, representou desde a sua origem um espaço onde os afro-brasileiros estiveram sempre em maioria. Era também um lugar de resistências e onde eram feitas as alforrias no período escravocrata. A questão étnico-racial possivelmente era o aspecto de maior importância para negros escravos, livres e libertos da cidade.

O nome da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos era um referencial muito positivo para os homens de cor, conforme nos aponta Cláudia Moratari: “A denominação da Irmandade como entidade de homens pretos talvez constitui-se numa das poucas referências positivas aos povos de origem africana em Desterro. Essas pessoas se associavam e se reconheciam não como escravos



FOTO 30 - IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DOS HOMENS PRETOS, À RUA MARECHAL GUILHERME, NOS ANOS 40. LOCALIZADA NO CENTRO DA CIDADE, ESSE "TERRITÓRIO NEGRO" ERA UM DOS LUGARES ONDE A IRMANDADE, UMA MAIORIA NEGRA, REUNIA-SE, ORGANIZAVA AS PROCISSÕES E AS FESTAS RELIGIOSAS. PARA ALÉM DE UM ESPAÇO CATÓLICO A IRMANDADE FOI UM LUGAR DE MÚLTIPLAS RELAÇÕES, DE MEMÓRIA E DE HISTÓRIA DE AFRO-BRASILEIROS.

ou libertos, mas como homens pretos”¹¹⁶.

Os santos reverenciados pelas populações de descendência africana eram aqueles cuja tradição remonta aos séculos XV e XVI em Portugal. Datam de meados do século XV as manifestações culturais africanas no interior das confrarias de Nossa Senhora do Rosário, naquele país.

Conforme aponta José Ramos Tinhorão: “Em 1533 surge a primeira notícia expressa do funcionamento da Confraria de Nossa Senhora do Rosário em Portugal”¹¹⁷.

Enquanto território negro, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos destacava-se já no período escravocrata. Lá os homens de cor, escravos libertos ou negros livres, puderam se organizar enquanto grupos construindo redes de solidariedade na defesa de seus direitos até a conquista da alforria. No cuidado com as crianças, órfãos e filhos dos irmãos falecidos, os membros da Irmandade tentavam não só a preservação do grupo, assim como a sua valorização.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos construiu sua trajetória histórica tentando sobreviver em meio às tensões⁷ e as ambiguidades presentes no contexto urbano, adaptando-se ou inventando formas de sobrevivência como, por exemplo, a manutenção de uma diretoria constituída só de afro-brasileiros, e a organização de festas sob a direção exclusiva de homens e mulheres negros.

¹¹⁶ MORTARI, Cláudia. **Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos: Um Espaço de Controle ou um Território Negro de Resistência? (1840-1850)**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 1995, p-26.

¹¹⁷ TINHORÃO, José Ramos. **Os Sons dos Negros no Brasil. Cantos, Danças, Folclore, Origens**. São Paulo: Art Editora, 1988, p 97-98.

Nadir Vieira de Oliveira, membro da Irmandade do Rosário, relata: “Eu e meu marido éramos da Irmandade. Eu me lembro que naquele tempo os irmãos eram todos pretos. Os festeiros e a diretoria também. E eram os pretos que organizavam tudo. A procissão dava volta em torno da Praça XV, a maioria das pessoas que acompanhavam a procissão eram pretas”¹¹⁸.

Patrícias Soares relata a experiência dos seus avós, como membros daquela Irmandade: “Meu avô era da Irmandade, desde o seu primeiro casamento. Minha avó Venância, do segundo casamento, começou na Irmandade com atividade de fazer coletas, durante a missa”¹¹⁹.

Conforme aponta Oscar Paulo de Souza:

*Dos anos 30 aos 40, os negros vestidos com seus balandras faziam parte da procissão de Corpus Christi e Santa Catarina da Catedral. No mesmo período realizavam barraquinhas para angariar donativos para manutenção da igreja, e na mesma época faziam procissões de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Só com a reforma litúrgica feita pelo Papa João Paulo II, as procissões foram abolidas. Ainda naquela época os irmãos participavam dos funerais dos funerais dos irmãos. Desde a casa do falecido até o cemitério da Irmandade*¹²⁰.

As festas religiosas, barraquinhas e procissões, permitiram a conquista dos espaços e as manifestações dos valores e tradições culturais das populações de descendência africana. Em Florianópolis a localização da Igreja no centro da cidade foi de certo modo importante, possibilitando maior visibilidade àquele território específico. A procissão de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos acompanhada por uma maioria composta de negros, ocupando as principais ruas da Capital, também promoveram a visibilidade dessas populações.

¹¹⁸ Entrevista realizada com Nadir Vieira de Oliveira (Didi), 73 anos, em Janeiro de 1997.

¹¹⁹ Entrevista realizada com Patrícia Soares, 22 anos, em Janeiro de 1997.

¹²⁰ Entrevista realizada com Oscar Paulo de Souza, atual provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, em Janeiro de 1996.

A par desta Irmandade religiosa pertencer à Igreja Católica tradicional a presença dos afro-brasileiros permitia perceber-se as tensões e os conflitos étnicos que se constituíram dentro daquele espaço. Isto se refletia nas formas de organização dos ritos dentro da Igreja, da participação dos negros nas festas religiosas, das reuniões que aconteciam freqüentemente ao longo do ano, do sepultamento dos irmãos no Cemitério de Itacorubi, atribuição daquela entidade, das manifestações de solidariedade entre os irmãos, bem como das redes de relações que foram se estabelecendo. Por outro lado, o controle e a vigilância do clero católico, cujos interesses eram comuns aos da elite branca, também se faziam presentes. Estes embates foram constantes e ocorreram em momentos históricos distintos.

Apesar da vigilância do Clero, os valores da sociedade branca dominante foram misturados, aos poucos, aos valores das tradições culturais africanas, de modo que a atuação dos afro-brasileiros dentro das irmandades conferia a estes lugares a categoria de território negro. Muito além da presença dessas populações, no interior de instituição católica, as práticas das mulheres e homens negros se traduziram nas marcas e impressões deixadas naquele espaço.

2.3. *O Cacumbi: A Presença de Práticas Culturais Africanas no Contexto Urbano de Florianópolis*

Uma outra forma de visibilidade negra na cidade é a dança do Cacumbi. Falar-se do Cacumbi em Florianópolis é rememorar a presença da cultura afro-brasileira. O Boletim da Comissão Catarinense de Folclore descreve: “Chamada de baile dos Congos, representa simbolicamente uma dança guerreira entre duas ‘nações’ a de Congo e a de Reis Bamba, do reinado africano. Ela é dançada em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito”¹²¹.

Segundo a tradição:

*Certo dia Nossa Senhora apareceu para três negros e eles, para celebrarem o encontro, pegaram pedaços de pau e, ao som das secas da madeira, saíram dançando e cantando três palavras africanas: ó matumba, ó querenga, e oruganda. Este teria sido a origem do Cacumbi (Ticumbi), dança em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, e também a São Benedito, os santos protetores dos descendentes dos escravos africanos.(...) Simbolicamente, representa uma dança guerreira entre duas nações africanas, as dos Reis Congo e dos Reis Bambas*¹²².

Francisco Campos aponta que: “As imagens da Bandeira eram de São Bendito e Nossa Senhora do Rosário. A bandeira sempre tem que andar na frente da dança e quem leva é sempre uma moça ou senhora chamada Porta Bandeira”¹²³.

O Cacumbi é prática cultural trazida da África pelos negros que foram trazidos para o Brasil como escravos. Apesar da violência do regime escravista, esta prática

¹²¹ Boletim da Comissão Catarinense de Folclore – Editorial – Doralécio Soares.

¹²² Jornal Diário Catarinense. Documento nº 8 - Comunidades Negras, de 08 de Março de 1996, p-10.

¹²³ Entrevista realizada com Francisco Campos, filho do capitão Amaro do Cacumbi, em Março de 1996.

sobreviveu e até hoje é dançada: “Em Florianópolis, a dança se desenvolveu nos altos do Morro da Caixa D’água”¹²⁴.

É uma dança onde os ritos católicos e africanos se misturaram num sincretismo religioso. As imagens dos santos católicos são cultuadas pelos negros, sendo o interior da Igreja Católica o palco das cantorias, onde os cantos são uma homenagem aos santos católicos. O calendário da dança obedece ao mesmo calendário litúrgico do catolicismo.

Francisco Campos comentou: “A época de botar a dança do Cacumbi na rua é 8 de dezembro, e sempre uma semana antes do carnaval a dança é retirada da rua, porque é uma dança religiosa”¹²⁵.

Segundo os depoimentos aqui relatados, a dança do Cacumbi chegou a Florianópolis junto com as populações negras que para ali migraram, procedentes da região do Alto Biguaçu; apesar de não ser esta a única região catarinense em que os afro-brasileiros mantiveram esta prática.

Diz Francisco Campos, um dos entrevistados, que o pai dele já dançava o Cacumbi no município de Antônio Carlos (região do Alto Biguaçu), seu lugar de origem, e fora um dos responsáveis pela introdução desta prática na região: “Meu pai tocava reco-reco quando começou a dançar aos dezesseis anos. Depois que meu avô Pedro de Campos morreu, ele passou a ser o capitão. Além de meu pai, existia um outro capitão, um tal de Pedro Leite. Quando o Cacumbi de meu pai e de Pedro Leite se encontravam, eles cruzavam espadas e faziam canto de agrado um para o outro. Eram cantos de memória”.¹²⁶

Francisco Campos descreve alguns versos cantados no Cacumbi:

¹²⁴ Jornal Diário Catarinense. Documento nº 8 – Comunidades Negras, de 08 de Março de 1996, p-10.

¹²⁵ Entrevista, já citada, com Francisco Campos.

¹²⁶ Idem.

*Ai, pedimos licença pra poder chegar.
E não temos licença, queremos voltar'.
Ai os soldados respondiam:
'Pedimos licença pra poder chegar,
não temos licença queremos voltar,'
E a cabeça é alta,
Não posso assubir,
se tem pedra miúda podemos cair'.
E depois entrávamos dentro da casa,
agradávamos o dono da casa e a gente começava a dançar. 127.*

Havia também as marchas lentas

*Viva Maria lá no céu, lá céu.
O viva Maria lá no céu, lá no céu, com seus Padre Nosso,
cá sua Ave Maria, os seus Bento Filho,
viva Maria lá no céu, lá no céu, ai. 128.*

Norma Custódio, nascida em Antônio Carlos, foi uma das poucas remanescentes do processo migratório, que deslocou grande contingente populacional de afro-brasileiros para esta Capital entre 1910 a 1950, ligadas ao Cacumbi. Na dança do Cacumbi ela era a Arché, ou seja, alguém que recolhia os donativos que eram recebidos durante a apresentação. Em sua memória ficaram inúmeras lembranças, que ela relata:

Do Cacumbi, eu me lembro quando aqui em Antônio Carlos os pretos dançavam o Cacumbi. Eu era pequena, deveria ter uns 10 anos e era a Arché, eu pegava as esmolas (ofertas) que as pessoas davam e colocava num saquinho. A Nossa Senhora do Rosário é a padroeira dos pretos e o Cacumbi, tem que ser só pretos. Era passado de pai para filho, dos tios para os sobrinhos, fica na família. Esses negros que moravam aqui e que depois foram para a cidade eram todos os marujos do Cacumbi. 129.

Em todas as cerimônias reverenciava-se os santos católicos, ao ritmo de instrumentos tais como o reco-reco e o pandeiro, que não eram comuns nos rituais

¹²⁷ *Idem.*

¹²⁸ *Idem.*

¹²⁹ Entrevista realizada com Norma Custódio, em Janeiro de 1997.

católicos. A dança foi uma prática que sempre acompanhou as inúmeras atividades dos descendentes de africanos, nas guerras, nos cerimoniais e rituais religiosos e fúnebres, etc.

O Cacumbi, enquanto prática cultural de origem africana, foi repassado de geração em geração através da tradição oral. A oralidade era uma das formas de transmissão de conhecimentos entre essas populações negras, sendo os ensinamentos e os ritos passados de pai para filho. Apesar da prática do Cacumbi ter ficado restrita nesta região apenas a alguns grupos dentro da mesma família, a permanência deste ritual de dança negra demonstra a resistência da cultura africana em nossa sociedade. Nem mesmo a vigilância dos poderes dominantes sobre as práticas culturais africanas impediu a sua permanência nesta cidade

Na Florianópolis dos dias de hoje esta prática cultural permanece como atividade folclórica, refletindo não só o tratamento que as outras culturas recebem neste contexto urbano, onde os valores da elite branca são hegemônicos, como a pouca visibilidade atribuída às práticas ligadas à cultura africana.

O Cacumbi passou a ser uma forma de linguagem, porque os negros que dele participavam falavam de um legado cultural de seus antepassados. Dançar o Cacumbi é uma das forma de repassar práticas culturais africanas, que se reelaboram a todo o momento, no contato com outras culturas.

O mais importante é que tais práticas trazidas da África para o Brasil foram mantidas pelos escravos e transmitidas, através da tradição oral, aos seus descendentes. Toda a repressão sofrida pelas populações de descendência africana durante o período escravista não foi suficiente para impedir que tais aspectos ritualísticos da cultura negra sobrevivessem.

A relação dos santos católicos com os ritmos africanos remetem ao cruzamento de duas culturas. Os escravos trouxeram do seu país de origem os cultos africanos para uma sociedade branca de origem européia onde o catolicismo era a religião predominante.

Os afro-brasileiros não só adaptaram a seus cultos os símbolos católicos, como transformaram os rituais desta religião, adaptando os seus ritmos e danças, que passaram a ter um outro perfil. E o Cacumbi é a representação desta relação entre duas práticas culturais distintas. A permanência dessa prática africana, que se reelabora a cada dia, é também indício da presença e da resistência dessas populações negras.

Como território negro é a expressão de fragmentos dessas práticas que transformaram as ruas e o interior das igrejas católicas também em espaços da cultura africana.

2.4. Centro de Umbanda: Espaço de Resistência, das Práticas Culturais Africanas e Espaço de Vigilância dos Poderes Autorizados

Os Centros de Umbanda também se constituíram em lugares onde a presença de cultos afro-brasileiros foi marcante. Fundada nos finais da década de 20 no Brasil, a umbanda tem elementos do Espiritismo kardecista e do Candomblé, mas, em sua essência, manteve presentes as matrizes da cultura africana. Tanto a Umbanda quanto o Candomblé são práticas afro-brasileiras, produto do sincretismo religioso. Porém, existem características bem distintas entre cada uma destas religiões:

No Candomblé os deuses eram orixás de origem africana; nenhum santo é superior ou inferior a outro; não existe o Bem e o Mal, isoladamente. Já na Umbanda, as entidades são agrupadas numa hierarquia, que vai dos espíritos mais “baixos” (os maus) aos mais “evoluídos” (os bons). Enquanto o culto no Candomblé é louvação aos orixás que “incorporam” nos fiéis para fortalecer o axé (energia vital) na proteção ao terreiro e aos seus membros, na Umbanda o culto é o desenvolvimento espiritual dos médiuns, que “incorporam” as entidades espirituais e dão passes e consultas.

A iniciação no Candomblé é condição essencial para a participação no culto. O período de recolhimento dura de sete a vinte e um dias, com um ritual que envolve o sacrifício de animais, oferenda de alimentos e obediência a rígidos preceitos.

Na Umbanda a iniciação não é necessária; o período de recolhimento é de apenas um ou dois dias, e o sacrifício de animais não é obrigatório, sendo o batismo feito com água do mar ou de cachoeira. Enquanto no Candomblé a música é feita com



FOTO 31 - IALORIXÁ MALVINA AIROSO FEZ SUAS OBRIGAÇÕES DE SANTO NA BAHIA EM 1946, JÁ EM 1947 FUNDOU O PRIMEIRO TERREIRO DE UMBANDA NA COMUNIDADE DA COLONINHA. ESSE TERREIRO FOI UM DOS MEIOS DE DIFUSÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA COMO "TERRITÓRIO NEGRO" FOI ALVO DE INÚMERAS REPRESSÕES POR PARTE DAS AUTORIDADES POLÍCIAS.

cânticos em língua africana, acompanhados com três atabaques tocados por iniciados do sexo masculino, a música na Umbanda é feita com cânticos em português acompanhados com palmas e atabaques pelos fiéis de qualquer sexo. Os instrumentos que acompanham os rituais, as danças, e as formas de cultuar as divindades têm fortes elementos da cultura africana.

O que há de interessante historicamente na descrição destes rituais é a percepção dos elementos ligados à cultura africana que são permanentes na cultura afro-brasileira, dando-lhe visibilidade pelo confinamento naqueles locais específicos denominados *centros* ou *terreiros*¹³⁰, sendo então configurados como *territórios negros* na cidade.

O bairro da Coloninha, no sub-distrito do Estreito, em Florianópolis, era um dos locais que abrigava uma comunidade negra bastante expressiva. Isso fica evidenciado na presença de inúmeras famílias de descendência africana que residem ali até os dias de hoje. Naquele local surgiu um dos primeiros Terreiros de Umbanda da Capital, mais conhecido como o Centro da Malvina. A Coloninha foi também o berço de uma das escolas de samba mais conhecidas da cidade, a Unidos da Coloninha.

A fundadora do Terreiro, Malvina Airoso de Barros, procedente da cidade de Itajaí, chegou a Florianópolis em 1945, tendo se radicado no bairro da Coloninha, onde já existia uma comunidade negra considerável.

Em janeiro de 1946, Malvina foi até à Bahia cumprir as obrigações espirituais que a habilitaram a ser uma Ialorixá (*filha de santo*), tendo retornado a cidade e instalado o Terreiro de Umbanda em 1947, que dirigiu até a sua morte em 1988, conforme entrevista concedida por seu filho, Osmar Vidal Rita. Sobre sua mãe, ele

¹³⁰ *Terreiro* é sinônimo de associação ou lugar específico reservado à prática da religião afro-brasileira.

relatou: “Minha mãe trouxe o ritual da Umbanda, traduzido da Bahia em afro-brasileiro, cuja origem africana era de Angola. Era membro efetivo do Conselho Estadual Cristã Espírita Culto Afro-brasileiro. Foi pioneira do umbandismo em Santa Catarina, e a mais velha Ialorixá de terreiros de umbanda, zeladora de Orixá e filha de Santo”¹³¹.

A religião afro-brasileira foi uma das experiências mais eficientes na manutenção das matrizes culturais africanas no País. Através dela os dialetos, as divindades, os rituais, os ritmos, a expressão corporal, a dança e a estética negras foram sendo promovidas e atualizadas no espaço do terreiro. Mas, à medida em que essa prática religiosa foi sendo exercida tornou-se alvo de inúmeras perseguições e forte repressão policial, visando a impedir que os rituais se realizassem.

Osmar Vidal Rita disse, com relação à Malvina: “Minha mãe foi sempre muito perseguida pela polícia e chegou até a ser presa”.¹³²

A fala do filho de Malvina Airoso evidencia a ocorrência de perseguição aos cultos afro-brasileiros assim como a outras manifestações e crenças religiosas, cujas práticas eram mal vistas pelas religiões dominantes da cristandade, principalmente o catolicismo, cujos símbolos estavam fortemente arraigados no imaginário cultural brasileiro.

A articulação política entre Estado e Igreja Católica, durante a ditadura Vargas, permitiu a manipulação ideológica das instituições oficiais sobre a maioria da população. A idéia do Corpo Místico de Cristo foi utilizada para relacionar sociedade e Estado, este último como a Cabeça na condução dos outros membros. A metáfora do

¹³¹ Entrevista realizada, em Abril de 1996, com Osmar Vital Rita, filho da Sra. Malvina Airoso de Barros (falecida), fundadora do primeiro Centro de Umbanda de Florianópolis, em 1947.

¹³² Idem.

corpo serviu como base de sustentação político-ideológica dos poderes autorizados, através de discurso onde a Igreja se autodenominava a principal porta-voz da sociedade.

A associação política entre Igreja e Estado propiciou todo tipo de repressão, inclusive a policial, sobre quaisquer atividades religiosas não autorizadas pela Igreja católica. O desconhecimento das características e dos significados dos cultos afro-brasileiros faziam com que fossem rejeitados. Por trás deste aparato político-ideológico estava presente o preconceito racial contra as populações de descendência africana e a todas as suas práticas culturais.

Apesar das ameaças, do controle e da vigilância dos poderes públicos, tais *territórios negros* sobreviveram às tensões presentes no meio urbano e principalmente à repressão feita através do aparelho oficial do Estado a estas atividades.

A resistência à dominação presente na *cidade negra*, bem como todas as maneiras e invenções utilizadas para a manutenção daquele território, permitiu perceber-se a ambigüidade presente nestes lugares. Isto porque foi precisamente nos tais Terreiros de Umbanda, local por excelência dos cultos e rituais africanos, que a cultura negra firmou-se mais efetivamente.

2.5. *As Sociedades Recreativas, Suas Normas e Seus Códigos*

Os clubes recreativos também foram espaços que se firmaram como territórios negros no espaço urbano onde as populações de descendência africana ganharam maior visibilidade. Os acontecimentos presenciados naqueles espaços foram revelados através das atas dos clubes, nas falas dos associados, nas falas dos membros da diretoria, nos registros fotográficos e através dos escritos que fizeram referências àquelas sociedades dançantes.

Há relatos do início do século que já falam da existência de clubes de negros, mulatos, mulatos claros, e também de clubes mistos freqüentados tanto por negros quanto por brancos.

A classificação das pessoas usando a cor como definidora dos espaços de sociabilidade denuncia que a estrutura social brasileira está fundada na desigualdade racial e na ideologia do branqueamento. É comum no Brasil associar-se a categoria social do ambiente à cor das pessoas que o freqüenta.

Um exemplo disso são os adjetivos usados hoje para codificar os espaços de entretenimento da cidade. Os locais públicos freqüentados exclusivamente por negros, ou por negros e brancos, costumam ser adjetivados de *populares*, ou *democráticos*, enquanto os restritos aos brancos burgueses e da classe média alta são denominados de *chiques*, *requintados*, *finos* ou, ainda, *de classe*.

Essa hierarquização racial e social contribuiu estrategicamente para a desvalorização da imagem da população de descendência afro-brasileira. Num país onde a maioria da população é visivelmente não-branca só o forte preconceito racial

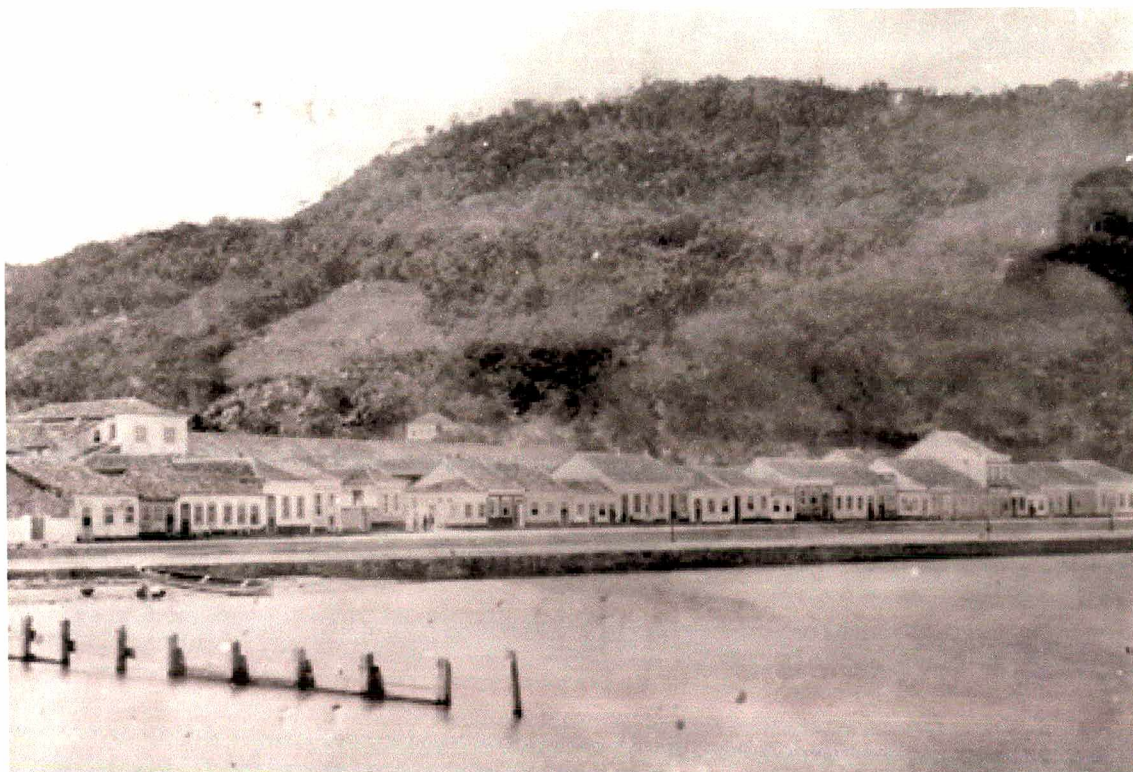


FOTO 32 - ANTIGO LARGO 13 DE MAIO ATUAL RUA BULCÃO VIANA. UM OUTRO ASPECTO DA CIDADE NA QUAL A PRESENÇA DE VÁRIOS EDIFÍCIOS RESIDÊNCIAS PERMITE-NOS PENSAR A VIDA URBANA NOS ANOS TRINTA. SEGUNDO NADIR DE OLIVEIRA (DIDI), EXISTIA NESTE LOCAL OUTRO TERRITÓRIO NEGRO, DENOMINADO CLUBE RECREATIVO FLOR DA MOCIDADE.

explicaria por exemplo a utilização de indivíduo de tipo caucasiano como representação do padrão de imagem nacional a ser difundida nos meios de comunicação.

Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, no livro *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, apresentam a questão da hierarquização a partir da cor nos territórios negros: “Antes mesmo do término da escravidão, os negros e mulatos libertos tinham as suas sociedades dançantes e beneficentes. Com a abolição, elas se reorganizaram. Algumas foram extintas e outras foram criadas. Através dos depoimentos de negros velhos, pode-se reconstruir uma série ininterrupta de clubes de negros e mulatos a partir do término do regime escravista”¹³³.

Na mesma obra afirmam, ainda, que: “(...) O Grêmio da Mocidade funcionou em torno de 1910-1917. Houve até exclusivos de mulatos claros, como o 24 de Maio, que funcionou no princípio do século, e o Aimoré Recreativo Esporte Clube, que tinha membros brancos, mulatos e negros.”

As sociedades recreativas, foram palco das histórias dos homens e mulheres negros que viveram a pluralidade de suas experiências, construindo uma multiplicidade de relações. A par de serem caracterizados como espaço de lazer, os clubes e as agremiações de negros foram também lugar de luta política, de conquista de prestígio social, de visibilidade racial, de conflitos, de resistências e acomodações, e de movimento dos afro-brasileiros na cidade.

As lutas podem estar expressas na organização interna, enquanto visavam a manutenção da ordem, da autonomia dos clubes, do poder que aquelas pessoas

¹³³ CARDOSO, Fernando Henrique. & IANNI, Octávio. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960, p 179-180.

poderiam obter dentro dessas sociedades, e da construção de uma imagem mais positiva das populações negras naquele contexto urbano.

O rigor nos trajes auxiliava na promoção da “respeitabilidade” daqueles “territórios”. As normas e os códigos de moralidade também poderiam ser traduzidas como formas de sobrevivência dos “territórios”, ou de adaptação à dominação inexorável dos poderes públicos.

Dentro do espírito de resistência à eliminação daquele território, a Ata da União Recreativa 25 de Dezembro é plena de histórias de pessoas que foram punidas por não terem se comportando de acordo com os códigos de moral prestabelecidos pelo Clube.

Consta da Ata de 1949 do Clube o seguinte: “Tomou a palavra o Sr. Vice-presidente, solicitando à diretoria perdoar a pena da Srta. Osvaldina Machado. Reforçada a palavra pelo sócio Osvaldo de Souza, foi aprovada por unanimidade de voto, não deixando o Sr. Presidente de chamá-la a atenção que se pela segunda vez, será eliminada do grêmio”¹³⁴.

Em outra citação da mesma Ata, foi permitido perceber a presença de outras normas, dentro do Clube: “Com a palavra o primeiro tesoureiro traz a conhecimento da mesa relembrar a ocorrência do visitante, Afonso Travassos. E é esclarecido pelo vice presidente o fato de ter beijado uma senhorita em pleno salão, em completo estado de embriaguez”¹³⁵. Essas sociedades recreativas viveram as tensões do contexto urbano, num momento de ditadura política no País. Numa época em que o Estado Brasileiro impunha normas rígidas de controle sobre os seus cidadãos. As populações afro-

¹³⁴ Ata da União Recreativa 25 de Dezembro, nº 19, de 20/09/1949, p-46.

¹³⁵ Idem, nº 9, de 23/04/1949.



FOTO 33 - MARIA DO ESPÍRITO SANTO. A PREOCUPAÇÃO, O CUIDADO, COMO ESTAR "ALINHADO" É UMA CONSTANTE NO EXERCÍCIO DE CONQUISTA DA RESPEITABILIDADE SOCIAL DA ÉPOCA.

brasileiras e suas práticas socioculturais eram sempre as mais visadas pelas razões já citadas.

Os membros da diretoria dos clubes recreativos buscavam manter estreitos laços de amizade com o poder político, como era o caso de José Ribeiro, do clube Brinca Quem Pode, com o governador Nereu Ramos, até como uma forma de garantia da permanência daquele *território negro*, obtendo de carona certo prestígio político e social para os dirigentes. Pelo fato dessas alianças terem o caráter de apoio às vezes explícito aos partidos no poder, a presença de políticos do primeiro escalão naquele território auxiliavam em muito na promoção social das sociedades recreativas de negros.

Na década de 30, tais sociedades e clubes como a União Recreativa 25 de Dezembro e o Brinca Quem Pode, localizados próximos ao centro da cidade, eram marcados pela presença quase exclusiva de negros das várias camadas sociais.

Nadir de Oliveira Vieira apontou ainda a presença de vários outros clubes menos conhecidos naquele período, tendo em comum entre eles a grande frequência de associados negros:

Naquela época existia o Tiramão, Na Praça XV, o Flor de Abacate, no Morro da Caixa D'Água, e o Flor da Mocidade, na Prainha. A gente ia de carro de cavalo, dançar no Flor da Mocidade, e na volta tínhamos que esperar a maré baixar para chegar até a rua Menino Deus. Nós ficávamos na janela do clube vendo a lua brilhar no mar, ali tão pertinho. Uma pena, naquela época era tudo mais humano. 136

O papel que tais clubes recreativos representam, enquanto espaço de afirmação de identidade étnica, foi muito importante na redefinição e na conquista dos lugares na

¹³⁶ Entrevista realizada com Nadir Vieira de Oliveira (Didi), 73 anos, em Janeiro de 1997

cidade, bem como da improvisação na obediência aos códigos e às leis, numa multiplicidade de linguagens que ficara impressa nestes territórios.

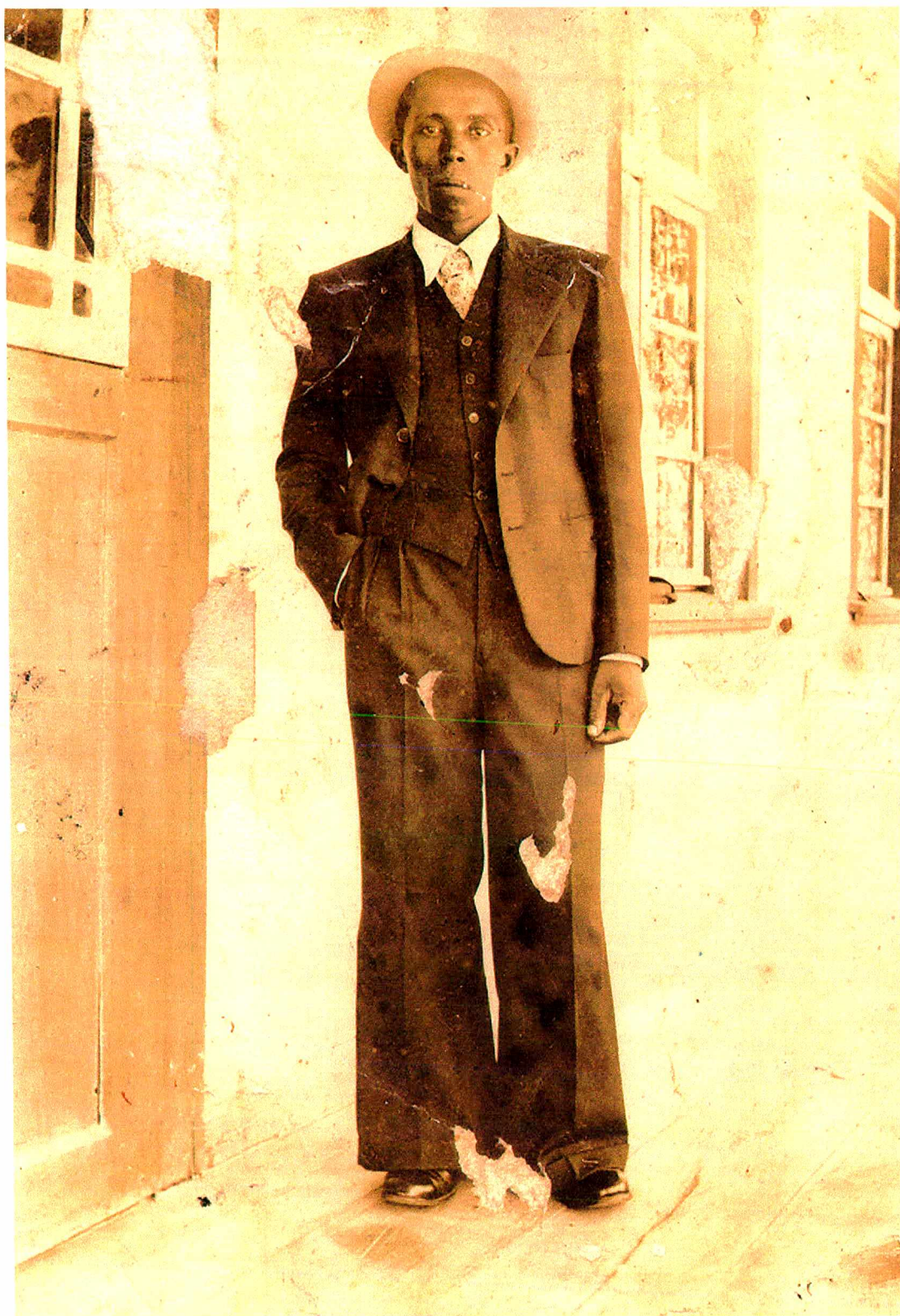


FOTO 34 - MANOEL LAURENTINO MARIA JÚNIOR. O CUIDADO DO HOMEM DA ÉPOCA EM ESTAR "ALINHADO", NÃO PERMITIA QUE DISPENSASSE O TERNO, O SAPATO LUSTRADO E O CHAPÉU, PEÇAS INDISPENSÁVEIS QUE EMPRESTAVAM DIGNIDADE.

2.6. *As Escolas de Samba: O Morro Desce e Toma as Ruas da Cidade*

Em 1930 foi instalado em Florianópolis o 5o Distrito Naval, propiciando com isso grande afluxo de marinheiros cariocas a esta Capital, que:

Saudosos do carnaval do Rio de Janeiro, realizavam reuniões informais na rua Major Costa, junto ao Bar do Tazo, onde cantavam, conversavam e bebiam muito. Numa destas 'cachaçadas', em 1948, Benjamim João Pereira, Boaventura Libânio Silva, Írio Rosa, Silvio Serafim da Luz, Walmor Nascimento e Waldir Táboas, entre outros, fundaram a 'Protegidos da Princesa' (...) Os ensaios aconteciam no quintal da casa de Boaventura, que foi o primeiro líder da escola e responsável pela escolha de suas cores: vermelho, verde e branco.137.

Nadir Vieira de Oliveira, uma das primeiras mulheres a participar da primeira escola de samba da cidade, a Protegidos da Princesa, comentou: “Quando era mocinha e morava no Morro da Caixa, assistia os ensaios embaixo das bananeiras do Libânio, à rua Nestor Passos”.138

Cristiane Tramonte, numa pesquisa sobre as Escolas de Samba em Florianópolis, refere-se aos marinheiros cariocas que se estabeleceram no Morro da Caixa, em cujo complexo geográfico está o Morro do Mocotó, lugar habitado por maioria negra e pobre. Diz-se que foram esses marinheiros cariocas os responsáveis pela organização da primeira escola de samba, a Protegidos da Princesa, nesta cidade, na década de 1940.

Cristiane Tramonte apontou em seu trabalho que: “Os blocos carnavalescos antecederam as escolas de samba e um dos lugares de concentração de foliões era o

¹³⁷ TRAMONTE, Cristiane. *A Pedagogia das Escolas de Samba de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado – UFSC, p-86.

¹³⁸ Entrevista, já citada, com Nadir Vieira Oliveira (Didi).

Miramar e a Confeitaria do Chiquinho. Por volta de 1938, surgem os primeiros blocos carnavalescos já acompanhados de percussão exibindo-se pelas ruas: Filha da Lua, considerado o mais antigo, Mocotó Vem a Baixo, Bororós, e o Brinca Quem Pode (formado só por negros)".¹³⁹

No carnaval de 1935, o jornal *A República* fazia a seguinte reportagem: "Carnaval 'Brinca Quem Pode'. Por um esforço da nossa reportagem conseguimos saber que o vitorioso bloco 'Brinca Quem Pode', nos três dias de carnaval se exhibirá ao nosso público com a bela canção carnavalesca Flor da Raça, letra e música do inspirado poeta conterrâneo Trajano Margarida".¹⁴⁰

*Eis a Flor da Raça
Carnaval tem alegrias
E tem seu tesouro
No fulgor das moreninhas cor de jambo e ouro
Estrilho:
Genuínas brasileiras
Tudo em nós Brasil realça
Carnaval sente mais vida
No encantar da nossa graça
Pelo carnaval passado mesmo assim contente
Alcançamos mil louvores nota plenamente
Gloriando a Carnaval
Com Ventura e Graça
Nosso Bloco é todo feito
Do esplendor da raça. 141*

Sabe-se, a respeito dos blocos carnavalescos em Florianópolis, que alguns tiveram vida efêmera, pois apareciam num carnaval e no seguinte já não estavam mais presentes. O bloco carnavalesco Brinca Quem Pode, que antecedeu a Sociedade

¹³⁹ TRAMONTE, Cristiane, p 76-77.

¹⁴⁰ *Jornal A República*, de 06 Fevereiro de 1935.

¹⁴¹ Canção Carnavalesca do Bloco Brinca Quem Pode, do carnaval de 1935. *Jornal A República* de 06 de Fevereiro de 1935

Recreativa com o mesmo nome, era composto em sua maioria de negros. Fala-se de blocos como os Bororós, em que brancos e negros costumavam brincar juntos, e onde a maioria dos integrantes saía fantasiada de índio. Era comum também nestes blocos eles enjaularem um homem branco, que desfilava na avenida como destaque.

Apesar de a maioria dos blocos carnavalescos serem constituídos quase que exclusivamente de negros, havia blocos em que a maioria dos integrantes era composta de brancos. No entanto, as escolas de samba foram durante muito tempo um lugar característico de negros. Elas é que davam, durante as festividades do carnaval, ampla visibilidade aos grupos de afro-brasileiros na cidade, que se apropriavam das ruas, transformando-as em territórios “transicionais” seus. Na cadência do samba, ao ritmo do bumbo, dos pandeiros e tamborins essas populações levavam as representações das suas tradições culturais para a rua.

As ruas, território negro por excelência naquele momento, tornavam-se o palco temporário onde essas populações podiam exibir a sua cultura e o seu gingado à sociedade que normalmente procurava ignorá-las. De meros espectadores da época do entrudo, passaram a ser os principais protagonistas da festa popular. O tempo do desfile era suficiente para deixar registradas as suas impressões e dar-lhes visibilidade enquanto sujeitos históricos.

Com o desenvolvimento do Carnaval como espetáculo e a conseqüente organização, as comunidades que abrigavam tais escolas de samba constituíram-se em territórios negros bem marcados. A vida daquelas pessoas passou a girar em torno da organização dos desfiles, na confecção das fantasias, das alegorias, na composição dos enredos. Era comum as pessoas assumirem as suas escolas, como se fossem partidos

políticos. Isso ficou evidenciado na fala de Nadir Vieira de Oliveira, que dizia ser “Protegidos” de coração. Referia-se a outras escolas de samba como rivais.

Cristiane Tramonte afirmou que outras escolas de samba surgiram na década de 50:

(...) Em 1955 um grupo de sambistas remanescentes do bloco Narciso e Dião, também freqüentadores do Morro da Caixa, reunidos nas proximidades do Bar do Tazo, resolveram fundar uma escola de samba. Entre os sambistas estavam Abelardo Blumenberg (o Avez-Vous- ou Aevú), 'Nego Querido', 'Nego Lô' e Jorginho. O nome cogitado inicialmente para a escola de samba era 'Garotos do Ritmo', logo em seguida batizada com o nome definitivo, (...).¹⁴²

Cristiane Tramonte aponta que: “O nome Lord é significativo do modelo aristocrático que o negro projetava para si, como uma forma de resistência, compensação e inserção social”.¹⁴³

Foi citada uma outra versão para a origem do nome Copa Lord: “Com sede fixada no Morro da Caixa D’água, a nova escola nasceu da dissidência da rivalidade e deveria ser chamar ‘Garotos da Ilha’, nome rejeitado por Avez-Vous, que sugeriu como opção uma gíria da época: Copa Lord, ou seja jogada alta, aposta pesada”.¹⁴⁴

Apesar de a escola de samba Embaixada Copa Lord ter sido fundada só na década de 1950, é importante apontar a sua presença e a rivalidade existente entre as duas escolas.

Diz, ainda, Cristiane Tramonte que: “É na década de 40, quando o carnaval em Florianópolis vivia um período de decadência, originado pelo clima depressivo gerado pela Segunda Guerra Mundial(...). É nesta brecha que irão penetrar os negros pobres de

¹⁴² TRAMONTE, Cristiane, p 90-91.

¹⁴³ Idem, p 90.

¹⁴⁴ Jornal *Diário Catarinense*. Documento nº 8 – A Comunidade Negra, de 08 de Março de 1996, p 10.

Florianópolis, associados aos marinheiros, para alguns anos mais tarde hegemonizar o carnaval”.¹⁴⁵

A maioria dos integrantes das escolas de samba eram negros e representavam os segmentos sociais mais pobres. Era no desfile que davam vazão as suas fantasias, assumindo papéis diversos daqueles que ocupavam no seu cotidiano. Temporariamente representavam reis, rainhas, cabrochas, colombinas, permitindo-lhes a realização simbólica dos sonhos de ascensão social. A apresentação pública na avenida representava também alguma forma de resistência cultural na luta contra as desigualdades social e racial. As pessoas saíam das periferias, desciam os morros e exerciam domínio sobre as ruas para fazer seu espetáculo, dançando, cantando e tocando dando visibilidade num espaço normatizado pela cultura branca.

As mulheres negras somente passaram a participar das escolas no início da década de 1950. Uma das primeiras mulheres negras a participar de escola de samba em Florianópolis, a já citada Nadir Vieira de Oliveira, comenta:

*Nos primeiros anos eram somente homens que saíam nestas escolas. As mulheres não participavam do desfile. Somente a partir de 1952 é que as mulheres começaram a desfilar. Até a década de 60, a Escola era composta só de negros. E a minha casa foi durante muito tempo a sede provisória da Protegidos. A escola era uma família. Nós iam em casa pedir aos pais para deixar as moças desfilarem. Todos se davam muito bem.*¹⁴⁶

A resistência à participação de mulheres nos primeiros anos dos desfiles das escolas de samba parece estar ligada ao arcabouço de valores sexistas, e moralistas, que estão impregnados na nossa sociedade. Tais valores parecem ainda mais fortemente

¹⁴⁵ TRAMONTE, p 91.

¹⁴⁶ Entrevista, já citada, com Nadir Oliveira (D. Didi).

presentes nesses territórios talvez como forma de reação aos estereótipos trazidos do sistema escravista, onde a negra era propriedade, e considerada objeto de cama e mesa, produzindo-se o mito da sensualidade extremada das negras presente no nosso imaginário social.

Isto talvez explique a existência das restrições ao comportamento social das mulheres negras no território das escolas de samba, espaço que era destinado às folias Momo e onde normalmente as rédeas morais da sociedade se afrouxavam. Assim, após algum tempo, passou a ser permitido às mulheres negras desfilar nas escolas, mas somente quando acompanhadas de algum membro masculino da sua própria família.

Outro fator que talvez acentuasse o preconceito sexista da participação das mulheres nos desfiles de rua pode estar ligado à própria origem da escola por marinheiros vindos da cidade do Rio de Janeiro.

Sabe-se que houve um tempo em que era atribuída má reputação sexual aos aprendizes marinheiros, talvez em razão de estereótipo resultante da mobilidade freqüente decorrente da sua função e do que isto representava para os valores morais e sociais da cidade àquela época. Até hoje se fala do marinheiro como o homem com uma mulher em cada porto.

De qualquer modo estava presente naquele território negro o mesmo padrão de comportamento sexista do restante da sociedade. As escolas de samba tornaram-se uma extensão do espaço familiar, onde as mulheres só poderiam se apresentar para o público sob a proteção dos homens da família.

No interior daquele espaço de lazer também foi construída uma pluralidade de relações, que se traduzia nas redes de solidariedade que eram tecidas entre os seus integrantes. A escola era uma extensão da família, onde as pessoas se reuniam, faziam

festas, promoviam bailes e angariavam recursos para a organização dos desfiles. Desfilavam os pais, os filhos, outros parentes, amigos e convidados. As próprias residências dos dirigentes da escola era utilizada como sede de reuniões e de ensaios.

O esforço das populações de descendência africana para ganhar visibilidade exigiu muito trabalho e cooperação entre os grupos que compunham a comunidade negra na cidade.

As escolas de samba significaram, além da associação para viabilizar os desfiles nas ruas, a possibilidade de ser espaço de resistência da cultura negra, de construção de laços de amizade e de solidariedade, de encontro das famílias de descendentes afro-brasileiros, também de conflitos sociais, de trabalho comunitário, e de conquistas políticas da comunidade negra sob o distintivo da diversidade cultural.

2.7. As Comunidades Negras no Interior do Espaço de Poder das Elites Brancas

As comunidades negras constituíam-se em bairros localizados geralmente na periferia da cidade, a maioria nos morros, habitados por grande contingente de afro-brasileiros.

Um dos fatores de construção desses lugares que podemos citar foi o deslocamento da população mais pobre, sendo a maior parte desta composta de negros, da região central para a periferia da cidade, resultante do processo de urbanização, dentro de um ideal de modernidade vigente no País. Outro fator observado foi uma leva migratória de contingentes negros ocorrida entre 1910 e 1950, do interior para esta Capital, responsável pela chegada à cidade de famílias negras tais como a dos Barbosa, a dos Veloso, a dos Cardoso, a dos Pereiras, etc...

As localidades onde observou-se a maior concentração de tais contingentes foram o Morro da Caixa D'água, do qual faziam parte o complexo geográfico de Monte Serrat, Morro Mocotó e Morro da Mariquinha (em frente ao Instituto Estadual de Educação); o Morro do 25, localizado no bairro da Agrônômica; e o Morro da Coloninha, no subdistrito do Estreito.

Embora a carência de infra-estrutura da capital catarinense naquele período tenha contribuído também para o isolamento étnico, em razão da dificuldade de acesso a algumas das localidades, este isolamento manteve-se até como forma de defesa ao preconceito racial e social imposto às comunidades negras.

Através da sua própria fala se pode constatar que: “os próprios negros fecharam-se em locais de moradia, defendendo em grupo a sua área, não recebendo com simpatia qualquer um que vinha de fora aproveitar as noites de bolero, valsa e samba”.¹⁴⁷

Observe-se ainda da fala abaixo citada:

*Valdemar Rosa, o Tarzan, 78 anos um dos primeiros moradores da Colônia, lembra perfeitamente dos tempos em que, pelos idos dos anos 20 e 30, precisava se comportar muito corretamente quando saía para o Mocotó, Caixa D'água, Morro do Céu, Morro do 25 ou Morro da Nova Trento. Cada Morro tinha o seu tutor, o homem que mandava em tudo. Na subida do Morro a gente já era advertido para não fazer bobagem. De pouco valia todos serem da raça negra.*¹⁴⁸

Essas comunidades negras eram territórios fechados com seus tutores (a liderança comunitária), suas normas particulares, seu sistema de defesa e seus códigos, tornando-se verdadeiras cidadelas negras, onde a manutenção da ordem era ditada por regras e políticas específicas.

Valdemar da Rosa, relata que o controle e a vigilância interna era uma das atribuições das lideranças destas comunidades. Apesar de não existir nenhuma legislação escrita, as pessoas ao chegarem de outros lugares tomavam conhecimento das normas estabelecidas já na subida do morro. Os critérios estavam baseados na não perturbação da ordem existente naquela comunidade. As punições à desobediência variavam, podendo a pessoa ser expulsa e proibida de voltar ao local.

As formas de administração de tais comunidades negras, com seus códigos de sobrevivência destes espaços, podem ser traduzidas também como resistências numa

¹⁴⁷ *Jornal Diário Catarinense*. Documento nº 23 - Bares e Boêmios Incríveis, de 23 de Março de 1996, p-10.

¹⁴⁸ *Idem*.

sociedade onde os grupos dominantes impunham as normas e restrições àquelas em razão do preconceito racial, tornando permanentes as desigualdades sociais.

O confinamento auto-imposto destas comunidades era a forma de defesa do espaço territorial necessário à sua sobrevivência enquanto grupo. Outrossim, isto também acabava servindo aos interesses da sociedade branca racista que se aproveitava do confinamento para ter facilitado o controle sobre tais comunidades.

A repressão às manifestações políticas, sociais, religiosas e culturais dos territórios negros esteve sempre presente na sociedade daquela época, seja violentamente ou, indiretamente, de maneira sutil.

A conjuntura política da ditadura tornou o ambiente propício à exacerbação da vigilância e da repressão sobre a população negra em geral. Daí talvez se explique a necessidade dos conchavos políticos entre as lideranças negras desses territórios e os caciques políticos no poder.

Apesar de viverem num contexto histórico marcado pela política de homogeneização dos indivíduos, no seu dia-a-dia os grupos que integravam estas comunidades se caracterizavam pela diversidade sociocultural.

2.8. 1930-1940 – Os Movimentos dos Afro-brasileiros na Cidade de Florianópolis

A presença dos territórios negros e das populações afro-brasileiras em Florianópolis mostrou a evidência da desigualdade racial que marcou as relações sociais no contexto urbano. A partir dos conflitos resultantes da segregação racial nos territórios étnicos, e nos espaços da cidade ocupados por brancos e negros, foi gerada uma multiplicidade de formas de discriminação que estavam presentes no cotidiano destas populações.

Apesar das práticas discriminatórias estarem presentes no dia a dia dessas pessoas, não foram encontrados registros que denunciasses a presença de movimento negro organizado de caráter anti-racista nas décadas de 1930 e 1940 em Florianópolis. Isto não significa categoricamente a ausência de combate ao racismo, mas que talvez as formas de organização podem ter apresentado outras características. É provável que a luta anti-racista tenha assumido ali um caráter diverso do movimento negro tradicional, como o existente em São Paulo a partir da década de 1920, com a criação do Centro Cívico Palmares.

Na década de 1930 havia sido fundada na capital paulista a Frente Negra Brasileira, a maior organização anti-racista da história do País, responsável pela inauguração de um período de efervescência política e cultural. Em 1944 foi fundado no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro, buscando a valorização e a expressão de talentosos artistas negros e o desenvolvimento da ideologia da negritude, através de

peças sobre a vida e a luta dos negros. Em 1945 organizara-se no Rio de Janeiro a Primeira Convenção do Negro Brasileiro, reivindicando a conquista da cidadania plenas para os negros. Também em outros estados brasileiros já existia movimento negro organizado no combate ao racismo e à desigualdade racial, na luta pela conscientização e valorização do negro.

Em Florianópolis, diz Carlos Ribeiro dos Santos, que pelo final dos anos 50 um grupo de homens negros reuniu-se e fundou o Centro Cultural Cruz e Souza:

O nosso objetivo com aqueles nossos encontros era discutir formas de ascensão sócio-econômica dos negros, porque entendíamos ser este o caminho para a sua autonomia. Desse grupo participavam: Carlos Ribeiro dos Santos, Oswaldo Silveiras, Sílvio Serafim da Luz, Luiz Fernandes, Lauro Bandeira, Oswaldo Cruz, Cláudio Ferniano e outros. Este Centro Cultural estava localizado à rua Pedro Soares, transversal entre Artista Bittencourt e Anita Garibaldi, no centro.¹⁴⁹

Era comum no discurso de pessoas e entidades, que tentavam dar visibilidade à população negra, a questão social aparecer sobreposta à racial, onde a estratégia de combate ao preconceito passaria primeiramente pela análise da condição sócio-econômica. E tal discurso encontrou respaldo teórico nos meios intelectuais e acadêmicos, em especial entre os teóricos marxistas da escola paulista, para quem a ordem econômica capitalista resolveria a questão da superação do preconceito racial com a integração do negro à sociedade de classes. A questão central para estes não era a racial, mas a condição sócio-econômica.

Sabemos que este é o momento de grande divulgação da ideologia da democracia racial no País. Muitos dos movimentos que atuaram no Brasil naquele período construíram suas frentes de combate partindo da perspectiva de que os negros

¹⁴⁹ Entrevista, já citada, com Carlos Ribeiro dos Santos.

poderiam vencer as barreiras raciais desde que rompessem primeiro as barreiras sociais, sendo que a ascensão social do negro seria possibilitada pela sua ascensão econômica.

Diferentemente do discurso do movimento negro anti-racista, percebia-se no discurso dos que pregavam a *democracia racial brasileira* um dos mecanismos mantenedores da desigualdade racial e social no País. Ora, a negação do problema racial impedia a luta do país para superá-lo e assim tornava-se um discurso mantenedor do *status quo*.

Na Florianópolis da época não observou-se sequer a existência de periódicos negros ou que abraçassem a causa anti-racista. O que percebeu-se foi a eclosão, desde o início do século XX, de mecanismos associativos exclusivos das populações negras, tais como sociedades recreativas, blocos carnavalescos, escolas de samba, irmandades católicas e terreiros de umbanda como forma de reunir a comunidade negra em territórios específicos.

As estratégias de luta para a conquista desses espaços nas comunidades estudadas parecem não ter assumido o mesmo caráter anti-racista do movimento negro de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro; porém podem ter assumido aspecto sutil a ponto de não ter merecido registro oficial, ou a assimilação do discurso vigente de *democracia racial* pode ter escamoteado e inviabilizado o combate explícito ao preconceito e ao racismo.

Não podemos perder de vista as várias formas encontradas pelos descendentes de africanos para redefinir os seus espaços e ganhar visibilidade social. As maneiras como estes territórios foram se implantando no contexto urbano, cuja espacialidade era definida pela cultura branco-européia, podem ser analisadas na perspectiva de Thompson, para quem, *as relações históricas são construídas por homens e mulheres*,

*num movimento comum constante, tecida através de lutas, conflitos, resistências e acomodações cheias de ambigüidades.*150

A ausência de movimento negro explicitamente anti-racista não caracteriza omissão de luta da comunidade negra florianopolitana contra as práticas discriminatórias. A presença dos territórios negros na cidade já serve como indício da não apatia dos diferentes grupos negros na definição dos espaços a serem ocupados por eles. O *footing* da Praça XV de Novembro e a existência dos clubes recreativos exclusivos de negros são a prova disso.

Embora fosse despercebido o engajamento político formal dos intelectuais negros no combate ao racismo, eles estavam conscientes das questões raciais, pois estão presentes nas suas falas a percepção do preconceito e das suas mazelas.

Ildefonso Juvenal, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, farmacêutico, poeta, escritor e orador fazia em seus discursos referências aos heróis negros da História do Brasil; bem como discursos e conferências sobre a vida de Cruz e Souza.

Numa conferência intitulada O Negro Civilizado Na Voz Imparcial Da História, fazia a apologia aos negros presentes na historiografia brasileira tais como o negro Felipe Camarão. Seu discurso pretendia atribuir imagem de positividade aos heróis negros brasileiros, e esta prática é resultado da mentalidade de uma época em que os conhecimentos produzidos enfatizavam e priorizavam a história política e a vida dos heróis masculinos, em especial a dos heróis brancos.

¹⁵⁰ LARA, Silvia Hunold. **Blowing In The Wind: E. P. Thompson e a Experiência Negra no Brasil.** Revista do Programa de Estudos dos graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Diálogos com E. P. Thompson. Projeto História nº 12, 1995, p-46.E

Neste contexto, Juvenal enquanto homem letrado e membro do Instituto Histórico não poderia ser diferente. Por outro lado o fato dele dar ênfase na sua retórica aos heróis negros, lhe confere papel importante na busca da valorização da imagem positiva do cidadão negro.

2.9. OS Territórios Negros no Contexto Urbano Demarcado Pelas Elites Brancas

O multiculturalismo presente entre os afro-brasileiros em Florianópolis permite que a cidade seja palco de uma pluralidade de territórios negros, construídos a partir do movimento da história de mulheres e homens negros que se colocavam naquele contexto urbano de uma forma muito singular e ambígua. Portanto, a par da cidade convencionalmente demarcada e institucionalizada pela cultura branca dominante, existia outra cidade marcada pela configuração dos *territórios negros*.

A perspectiva histórica vislumbrada por Thompson permitiu a reflexão sobre o fazer constante nas relações cotidianas dos negros em Florianópolis, onde estão presentes as transgressões, os conflitos, as resistências e também as acomodações. Enquanto sujeito histórico o cidadão negro foi aos poucos se colocando na cidade, a par das normas e dos padrões instituídos; isto quer dizer que a presença dos códigos oficiais não impediu que os afro-brasileiros criassem os seus próprios códigos e formas de sobrevivência, redefinindo espaços numa cidade onde a espacialidade estava oficialmente definida.

A evidência dessa definição no interior das comunidades negras se dava pela presença dos tutores, espécie de líder de pequenas comunidades, e pela existência de normas e códigos específicos. Esta percepção se dava também em relação ao *footing*, onde as populações de descendência africana se colocavam em calçadas opostas as dos brancos; no Terreiro de Umbanda, onde a Ialorixá Malvina Airoso resistia às constantes repressões policiais; no espaço das associações recreativas, onde os negros viviam uma

multiplicidade de experiências, e onde as normas estabelecidas faziam parte das histórias contidas naqueles territórios; bem como nas irmandades religiosas e na dança do Cacumbi, onde a cultura africana se manifestava ocupando o espaço das ruas e das instituições religiosas oficializadas.

Assim, se Florianópolis é sempre representada como uma “cidade de cultura primordialmente branca”, os territórios negros autorizam a visualização dessa outra cidade marcada pela presença e pelas histórias dos afro-brasileiros.

CAPÍTULO III

Experiências dos Afro-brasileiros no Interior dos

Territórios Negros:

“A União Recreativa 25 de Dezembro

e O Brinca Quem Pode”

“Aprendi em minha trajetória, cair, levantar, quero tornar realidade o sonho, a utopia em ver meus filhos e netos viverem em paz, onde a cor da pele não seja justificativa para a desigualdade, que a competência e o caráter sejam mecanismos para que tenham tudo dentro dos direitos de todos.”

(Benedita da Silva)

Experiências Dos Afro-brasileiros No Interior Dos Territórios

Negros: “A União Recreativa 25 De Dezembro e O Brinca

Quem Pode”

Neste capítulo pode-se perceber através das atas dos clubes, da memória oral e das fotografias as experiências vividas pelas populações afro-brasileiras num espaço restrito específico, bem como os seus valores objeto desta análise.

Pode-se assim perceber a relação entre estes valores e a sociedade em geral, bem como as formas como foram construídas no interior desses territórios negros as normas reguladoras de comportamento social, bem como a vigilância exercida pelos poderes dominantes sobre eles.

As resistências foram sendo tecidas pelos sujeitos históricos e se configurando numa pluralidade de formatos e maneiras de se colocar naqueles territórios.

As articulações políticas que se constituíram a partir das relações entre diretores dos clubes e os poderes oficiais estabelecidos na cidade eram percebidas como estratégias de convivência social e de sobrevivência enquanto espaço restrito.

As duas sociedades recreativas objeto deste capítulo, fundadas na década de 30, foram lugares marcados pela presença dos afro-brasileiros nos quais pode-se perceber a multiplicidade de experiências e fragmentos das histórias vividas no interior daqueles territórios negros.

Além de espaço de lazer, essas sociedades recreativas foram o palco de acontecimentos diversos; bem como o espaço político de resistência da cultura negra, da construção da identidade e dos conflitos étnicos.

Tais sociedades foram também lugares de memória onde foi estabelecida uma diversidade de relações, e onde uma pluralidade de poderes e tensões se configurou a partir do estabelecimento das normas e códigos de “moralidade”, que conferia àqueles territórios perfis muito singulares.

Algumas histórias que ficaram registradas na memória oral evidenciam tais experiências que contribuíram para marcar aqueles espaços. Como a do jovem casal, Guilherme e Adalgisa, que encontrou-se naquele espaço tendo ali começado a sua história pessoal. É ele quem comenta: “Eu costumava ir sempre ao 25 de Dezembro, e ela ao Brinca Quem Pode. Um dia Adalgisa resolveu dançar no 25 de Dezembro, nos conhecemos, namoramos, e acabamos casando. Naquele lugar tinham muitas moças, mais foi ela que eu mais gostei para casar”.¹⁵¹

Os clubes recreativos são a mostra incontestável da diversidade que constitui os sujeitos históricos que compõem estes lugares. É na ação humana que, segundo Hannah Arendt, temos como: “condição a pluralidade, pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido ou venha a existir”.¹⁵²

A questão da pluralidade das ações, enquanto condição humana, leva à questão de que, para tratar-se das populações afro-brasileiras e dos seus territórios deve-se ter em conta a diversidade que os compõe, pois são as ações dos sujeitos que constituem os

¹⁵¹ Entrevista, já citada, com Guilherme Silveira.

¹⁵² ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993, p 16.



Foto 35 - FOTO DO UNIÃO RECREATIVO 25 DE DEZEMBRO, ANOS 70, PODEMOS VER O INTERIOR DO UNIÃO RECREATIVO 25 DE DEZEMBRO QUE NOS REVELAM DOIS ASPECTOS IMPORTANTES. UM DELES É A PRESENÇA EXCLUSIVA DE NEGROS, NUMA REUNIÃO DE DIRETORIA DEMONSTRANDO QUE OS DIRETORES ERAM TODOS NEGROS. OUTRO ASPECTO ERA A AUSÊNCIA DE MULHERES NAQUELA REUNIÃO, DEMONSTRANDO QUE AQUELE CLUBE ERA PRESIDIDO POR HOMENS. SE MULHERES ESTIVERAM PRESENTES EM MUITAS ATIVIDADES, COMO POR EXEMPLO, AQUELAS EM QUE ELAS SERVIRAM COMO APAZIGUADORAS, OU QUANDO A PRESENÇA DELAS PODERIA ANGARIAR UM CERTO "RESPEITO" PARA O CLUBE, AS RELAÇÕES DE GÊNERO AÍ CONSTRUÍDA COLOCAM AS DECISÕES NAS MÃOS DOS HOMENS.

territórios. Portanto, ambas as sociedades recreativas em estudo devem ser percebidas enquanto lugares distintos dentro da concepção comum de território negro, porque o perfil das pessoas que compõem estes lugares era distinto e suas ações estavam marcadas pela pluralidade característica da condição humana.

Thompson contribuiu para a reflexão sobre as experiências das presentes no interior daquelas sociedades recreativas. Segundo ele:

Verificamos que com experiência e cultura estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade como valores, ou na arte ou nas convicções religiosas. 153.

As idéias de Thompson podem remeter-se ao espaço específico daquelas sociedades recreativas permitindo a percepção de que nas experiências humanas estavam presentes os sentimentos e as emoções, componentes que fazem parte da cultura, e que, no caso em tela, se traduziam nas normas e nos códigos de moralidade, na multiplicidade das relações estabelecidas no interior daqueles territórios.

Foram as falas que emergem das Atas, os registros fotográficos e principalmente os relatos da memória oral que permitiram que fragmentos das experiências dos afro-brasileiros passassem a compor os registros para a historiografia catarinense.

¹⁵³ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros, uma crítica ao pensamento de Athusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p-189.

3.1. A União Recreativa 25 de Dezembro

No Natal de 1993, um grupo de homens negros, todos amigos residentes à rua Chapecó, atual Padre Schroeder, mais conhecida como Morro do 25, no bairro da Agrônômica, reuniu-se e decidiu fundar o clube recreativo, denominado União Recreativa 25 de Dezembro.

O ato da fundação partiu de Ramiro Farias, natural de Alto Biguaçu, que juntamente com Tertuliano Fernandes, procedente do Paraná, articularam a criação de local na cidade onde as pessoas pudessem se divertir sem precisar de deslocamento para outros lugares.

É Nicomedes Ferreira, quem comenta: “Da primeira diretoria do 25 de Dezembro participaram, além daquele grupo de amigos que fundaram o clube, Epaminondas, Vicente de Carvalho, o primeiro presidente, José Capistrano, o tesoureiro e Leovegildo Luiz da Silva, o secretário”.¹⁵⁴

Aquele local foi, durante muito tempo, espaço exclusivo de diversão dos negros, e onde não era permitida a entrada de pessoas brancas na pista de dança, sendo permitida a sua presença apenas no bar.

Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, em *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, colocaram esta questão em evidência, referindo-se à ‘União Recreativa 25 de Dezembro: “Esse clube de negros e mulatos, aliás, é dos melhores organizados da comunidade, entre aqueles de elementos de cor. Mantém as mesmas normas rígidas

¹⁵⁴ Entrevista com Nicomedes Ferreira, 83 anos, em Novembro de 1994.

estabelecidas na década de 30, quando foi fundado. Não aceita brancos como sócios; apenas visitantes, que são autorizados a fazer gastos no bar, mas não dançar”.¹⁵⁵

Os critérios utilizados pelo 25 de Dezembro, regulamentando a entrada de brancos, evidenciavam as normas vigentes no clube como reação às práticas racistas presentes nas relações cotidianas.

Tais reações representam a sua postura política, num espaço redefinido por uma maioria de não-brancos e que lhes conferia identidade étnico-racial, dando ao mesmo tempo singularidade, acentuando a garantia da visibilidade àquele território negro.

Na mesma época e na mesma localidade foi fundado o clube Recreativo Concórdia, espaço exclusivo de entretenimento para brancos. As tensões entre esses dois clubes permitem caracterizá-los como territórios étnicos, marcados por conflitos raciais. Isso ficou evidenciado nas falas das pessoas cujas memórias revelam as histórias dessas sociedades recreativas: “Quando eu era criança fui testemunha ocular de brigas acirradíssimas entre o pessoal do ‘Recreativo Concórdia’ e da ‘União Recreativa 25 de Dezembro’, porque os brancos não podiam dançar no clube dos negros e nem negros no clube dos brancos”.¹⁵⁶

Maria do Carmo de Souza, associada do 25 de Dezembro, diz no seu depoimento: “No meu tempo de ‘25’ os brancos não podiam entrar e se entrassem dava briga. Cada um no seu clube. E no Concórdia a gente só podia espiar os bailes do lado de fora”.¹⁵⁷

¹⁵⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. & IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo: Nacional, 1960, p-180.

¹⁵⁶ Entrevista realizada com Válder Coelho, em Julho de 1994.

¹⁵⁷ Entrevista realizada com Maria do Carmo de Souza, em Setembro de 1995.

Os conflitos raciais definiam-se como um jogo de poder que se refletia na não aceitação de um grupo pelo outro. A história das disputas entre os clubes Recreativo Concórdia e União Recreativa 25 de Dezembro permitiu perceber-se a falácia do discurso da democracia racial vigente no País. Tais conflitos refletem os da estrutura social brasileira permeada de práticas racistas.

Nestes espaços as tensões entre brancos e negros ficam explicitadas nas relações sociais porque o racismo revela uma das faces do poder numa sociedade onde a hierarquia racial mantém as populações afro-brasileiras na base da pirâmide social. Os clubes são espaços onde ocorrem uma pluralidade de conflitos e onde os diferentes grupos étnicos lutam pela conquista de “lugares” na cidade.

As tensões políticas entre aqueles dois territórios traduzem a segregação racial configurada na presença de espaços de lazer separados para brancos e negros.

As relações cotidianas entre pessoas brancas e negras que viviam naquele espaço específico pareciam marcadas pela ambigüidade, isto é, havia certa solidariedade e troca entre elas enquanto vizinhança, o que por vezes mascarava o conflito racial que ganhava visibilidade no espaço do clube, onde as relações pessoais podiam ser aprofundadas.

É Romélio Farias quem diz: “As moças brancas não queriam dançar com os homens de cor”.¹⁵⁸

A União Recreativa 25 de Dezembro apresentava uma estrutura administrativa bem organizada, com presidente, tesoureiro, secretário, grêmio feminino, atas, regimento interno e estatutos.

¹⁵⁸ Entrevista realizada com Romélio Farias, 68 anos, em Novembro de 1996.

O único documento escrito ao qual se pode ter acesso no momento da pesquisa foi a Ata de reuniões do ano de 1949, estando os outros documentos em lugar indeterminado. Este documento juntamente com os depoimentos orais mostrou o interior daquele território, as suas tramas políticas, as suas normas e as redes de relações ali estabelecidas.

O livro de atas era utilizado para o registro das assembléias ordinárias e das reuniões semanais. Através dele foi possível visualizar-se os casos de associados punidos pelo Grêmio Feminino e pela Diretoria por apresentarem comportamentos fora dos padrões e dos critérios normativos definidos pelo Clube. Observe-se os excertos da Ata em questão:

“A Mesa aprovou a palavra do Sr. Mário Mafando que levou ao conhecimento da Diretoria o fato de uma senhorita considerada inconveniente para compartilhar do nosso meio social”.¹⁵⁹ A Mesa aprovou a palavra do presidente, que trouxe ao conhecimento o mau comportamento do consorciado Altino Pereira no salão, durante o festival do dia 14/11/49. A Diretoria resolveu suspendê-lo por três meses. (...) Com a palavra o secretário Farias, que pede a Mesa para chamar a atenção do consorciado Gatão Antônio da Silveira por ter se portado de modo bastante inconveniente para a moral da sociedade.¹⁶⁰

“Outra trouxe a conhecimento o mau procedimento da Sra. Valdivia Machado, ora suspensa de seus direitos sociais. Resolução: ‘Comunica-lhe que não pode freqüentar o recinto social enquanto não terminar sua sentença’”.¹⁶¹

Tais citações extraídas da Ata do Clube servem para ilustrar o teor dos assuntos tratados naquelas reuniões semanais da Diretoria. Os códigos de moralidade estabelecidos pelo Clube eram a expressão dos valores institucionais vigentes no contexto da sociedade florianopolitana daquela época.

¹⁵⁹ Ata da União Recreativa 25 de Dezembro, nº 19 de 19/10/1949.

¹⁶⁰ Ata da União Recreativa 25 de Dezembro, nº 21 de 14/11/1949

¹⁶¹ Ata da União Recreativa 25 de Dezembro, nº 24 de 11/12/1949

Enquanto território freqüentado pela comunidade de afro-brasileiros, suas normas reguladoras, no entendimento da política do clube, é o que lhe conferia caráter de dignidade étnica, garantindo-lhe autonomia e respeitabilidade social. Por outro lado essas práticas passaram a integrar as formas de resistência adotadas no interior desses espaços para a sobrevivência dos mesmos.

A ascensão social dos negros e a busca de respeitabilidade enquanto grupo não apagavam as barreiras impostas pelo preconceito racial.

O período objeto destas análises caracterizou-se como um momento de grande efervescência política e que interferiu também na organização daqueles espaços recreativos. A cidade foi palco das políticas assistencialistas do poder dominante cuja tônica era o controle e a vigilância rígida sobre a população civil. E os clubes eram os lugares mais visados, principalmente aqueles freqüentados pelos segmentos sociais empobrecidos cuja maioria era composta de afro-brasileiros.

O imaginário cultural brasileiro está permeado de valores racistas que se impõem às relações sociais dos sujeitos históricos e vão sendo impressos nas suas experiências cotidianas. Por outro lado, as pessoas não vivem suas experiências sem conflitos. As tensões se refletem no embate entre os indivíduos e as formas de padronização de comportamento.

As normas e os códigos de moralidade, presentes no interior das sociedades recreativas, são em parte norteados pelos poderes hegemônicos e constituídas também de outros valores culturais. Esta ambigüidade permite delinear o perfil desses territórios, que se compõem de resistências, acomodações, lutas e tensões.

Paradoxalmente, as normas que permitiam a promoção da autonomia e da respeitabilidade pública dos clubes na cidade também podiam ser traduzidas como

maneiras sutis de desvio do controle do poder público. Os desvios, as resistências e também as acomodações dos territórios negros, num espaço normatizado pelas elites brancas, podem ser pensados como *movimentos*. Movimentos estes que assumiram uma multiplicidade de configurações, mas que, acima de tudo, caracterizaram-se pela redefinição e conquista dos lugares na cidade, conquista muitas vezes simbólica que porém permitiu aos territórios negros deixarem suas marcas no contexto urbano.

Outro fator a ser observado é a pluralidade de que se constituem os sujeitos históricos que freqüentavam aquelas sociedades recreativas. Ao se falar em afro-brasileiros há que se ter em conta as diversidades étnicas, culturais, sociais, religiosas, políticas, sexuais de que se compõem os indivíduos. A existência das tradições culturais herdadas dos antepassados africanos, o fato do negro ter como referência comum um passado escravista, bem como as experiências vívidas do racismo brasileiro não servem como indicativo de homogeneidade.

Importante se frisar que os membros da cúpula dos clubes observados pareciam não partilhar dos mesmos valores socioculturais da grande maioria dos seus associados. Enquanto diretoria, os membros da administração dos clubes de negros constituíam um grupo de poder que mantinha laços sociais e políticos com determinados representantes da elite branca no poder. Era comum os dirigentes das entidades de afro-brasileiros reunirem-se com governadores, prefeitos, deputados, além de serem tais dirigentes em várias ocasiões convidados de honra dos presidentes dos clubes freqüentados pelos brancos. Tais laços sociais e políticos se justificariam como maneiras de garantir prestígio e de manutenção dos territórios negros enquanto espaço social.

Na realidade, o associado comum tinha formas de manifestação distintas da política social estabelecida pelos dirigentes dos clubes. O associado em geral buscava

desviar-se daquelas normas impostas ou até subvertê-las, adotando condutas não permitidas pelo regimento interno dos clubes, ao ponto de promover sérios conflitos internos, que os levava a se demitirem, ou até em alguns casos a serem expulsos, não frequentando mais aquelas sociedades recreativas.

As transgressões às normas vigentes nos regimentos internos dos clubes implicavam penalidades formais, que variavam de acordo com a ação do infrator. As Atas são plenas das experiências que evidenciaram as punições que ficaram registradas na história daquela entidade.

Houve vários casos de punição rígida por infração às normas vigentes no Clube, como o caso de Raimundo Farias que emerge das Atas, citado a seguir: “De acordo com o Estatuto seja punido o membro diretor Raimundo Farias. A diretoria resolveu dar exoneração do cargo que exerce. O referido consórcio, em vista do assunto, pede demissão do quadro social”.¹⁶²

Apesar das mulheres não estarem à frente da diretoria constituída exclusivamente de homens negros, a atuação delas, enquanto integrantes do Grêmio Feminino, não foi menos importante.

O Flor de Maio, fundado em 1934, foi um dos primeiros Grêmios Femininos da história da sociedade recreativa em questão. As mulheres exerciam a função específica de fiscais de salão *guardiães da ordem*, cujo principal objetivo era a constante vigilância sobre os casais durante os bailes, tendo proibições tais como beijar no meio do salão, moças solteiras saindo acompanhadas de homens que não fossem da sua família, nem mesmo os namorados. Tampouco era permitido dançar estando

¹⁶² Ata da União Recreativa 25 de Dezembro, nº 11 de 11/05/1949

embriagado. Esses são apenas alguns exemplos que servem para ilustrar os inúmeros casos em que as pessoas poderiam sofrer penalidades naqueles espaços.

Além de fiscalizar o comportamento, aquelas mulheres cuidavam para que todos estivessem decentemente vestidos. O bem vestir fazia parte das normas daquela associação recreativa, e era expressão de distinção para aquelas pessoas. Era também uma das formas de contraditar o perfil estereotipado que se construiu dos afro-brasileiros, o de que se vestiam inadequadamente para os padrões aceitáveis de convívio social.

A ata do clube faz referências aos trajes dos associados: “Com a palavra, o Sr. José Carlos Capistrano, trouxe a conhecimento da mesa o maltrajar de vários associados na domingueira de 27 de novembro”.¹⁶³

Os cuidados com o traje social nas dependências do Clube revelam outra forma de controle, no sentido de manter boas normas de convivência e respeitabilidade. Era considerada uma forma de resistência aos estereótipos construídos que costumam representar o negro sujo e mal vestido desqualificando a estética das populações de descendência africana. Por outro lado, as pessoas também eram atraídas pelo impacto da moda, porque viviam num contexto urbano em que o padrão de bem vestir era um dos critérios que lhes conferia *status* social e dignidade. Mesmo as pessoas com baixo poder aquisitivo procuravam trajar-se dentro dos rigores da moda. Os registros fotográficos da época evidenciam o bem trajar das mulheres e homens negros. Os depoimentos registrados também deixam perceber o valor social de tais questões.

¹⁶³ Ata da União Recreativa 25 de Dezembro, nº 01 de 25/12/1949.

Maria do Espírito Santo, ex-rainha do Clube, comentou: “minha mãe gostava de se vestir com veludo, com seda, e também usava chapéus”.¹⁶⁴

Rogério Farias, filho do sócio fundador do Clube, enfatizando a importância do uso do *terno* como traje convencional masculino, diz: “Nos bailes de gala do clube 25 de Dezembro só era permitido dançar de terno”.¹⁶⁵

Às mulheres também só era permitido entrar nos bailes sociais vestidas com longos, acompanhados dos adereços apropriados ao traje. Aos homens havia uma outra exigência da época, no respeitante ao traje, que era o uso de sapato envernizado, ou muito bem lustrado como costumavam dizer.

As normas reguladoras costumavam punir as pessoas além do espaço do Clube, pois era proibido, à saída dos bailes, perturbar o silêncio da noite com altas risadas, ou qualquer outra forma de comportamento barulhento. Os casais que fossem surpreendidos “namorando” nas redondezas dessas associações recreativas também podiam ser enquadrados nas punições previstas no regimento daquela entidade.

Das atas constam vários casos de infração que serão aqui citados, e relatados, com objetivo de enfatizar as experiências dos sujeitos que permitiam dar visibilidade às normas reguladoras do comportamento social daquele território negro. É importante visualizá-los para percebê-los a partir do seu fazer histórico. A Ata é reveladora de algumas ocorrências, que serão aqui apresentadas:

Assuntos Gerais: Com a palavra o membro da comissão a S. A do Brito, trazendo a conhecimento o modo inconveniente para a sociedade, com o afastamento do recinto social antes da hora do término do baile, fazendo-se acompanhar de cavalheiros não previstos no quadro, no que se refere às senhoritas: Zilá Maria, Osvaldina de Tal e Elizabete Penedo. O presidente expôs o assunto a critério da mesa e a mesa resolveu a seguinte punição: chamá-las

¹⁶⁴ Entrevista realizada com Maria do Espírito Santo Ferreira, 1ª Rainha do Clube União Recreativa 25 de Dezembro, em Novembro de 1996.

¹⁶⁵ Entrevista realizada com Rogério Farias, em Novembro de 1996.

a atenção para a repreensão e avisá-las que acham-se suspensas por um baile e se continuar procedendo, a diretoria tomará outras medidas. 166

Outras citações evidenciam a vigilância exercida pelas mulheres do Grêmio Feminino ao comportamento dos associados. Investidas de uma função moralizadora, elas passaram a controlar as pessoas que, de uma forma ou de outra, desviavam-se das normas estabelecidas pela sociedade recreativa.

Aparecem nas atas as citações tais como a que segue: “De pé com a palavra, o Sr. Presidente dá ciência à Mesa de que havia feito um apelo aos associados e freqüentadores desta União sobre o comportamento na saída dos bailes, devido às intrigas e algazaras que perturbaram o silêncio público”. 167

Os sujeitos históricos qualquer que seja o seu grupo étnico-racial são construídos nas relações sociais, em um dado contexto, adaptando-se aos valores sócio-culturais dominantes ou desviando-se deles. É provável que as pessoas que freqüentavam as sociedades recreativas pertencessem a diferentes micro-grupos, sendo seus valores traduzidos no modo como se comportavam naquelas sociedades recreativas. A atuação de tais mulheres enquanto vigilantes da ordem, permitiu a valorização dos territórios negros, numa cidade caracterizada pelo preconceito racial e por práticas racistas até mesmo nos espaços dos clubes recreativos, lugar de lazer por excelência.

Valores tais como moralidade e bem vestir passaram a compor o cotidiano daqueles indivíduos, e como muito bem afirma Thompson, “(...) Eles experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas obrigações familiares(...)” 168. Enquanto sujeitos históricos, social e culturalmente

¹⁶⁶ Ata da união Recreativa 25 de Dezembro, nº 24 de 11/12/1949.

¹⁶⁷ Ata da união Recreativa 25 de Dezembro, nº 15 de 17/08/1949.

¹⁶⁸ THOMPSON, p 189.

construídos num dado contexto, as pessoas acreditam nos valores sociais e morais dos quais estão investidas.

Os códigos de moralidade presentes nas associações recreativas, como nos exemplos citados, também eram reflexos dos valores da cultura branca dominante, a par das atitudes de resistência exercida pelos associados no confronto com tais normas reguladoras.

Aquele era o momento em que a censura governamental atuava de forma implacável sobre as mais diferentes atividades culturais. Os afro-brasileiros e seus territórios étnicos, pela sua diversidade cultural, tornaram-se o principal alvo de tais políticas reguladoras que, aliadas ao preconceito racial vigente em nossa estrutura social, promoviam a desvalorização social destas populações por desqualificar as suas práticas culturais.

A vigilância das mulheres fiscais de salão dessa agremiações procurando controlar o comportamento individual e coletivo, mesmo fora do local das festas, era reflexo deste momento em que o discurso e a imagem era de repressão política e social. Expressões como algazarra, bagunça, intriga e embriaguez estavam relacionadas às atitudes dos descendentes de africanos.

E as normas reguladoras desses territórios negros eram plenas de ambigüidades porque, paralelamente ao controle que exerciam sobre os associados, as sociedades recreativas também tinham as suas formas resistência à dominação dos poderes autorizados.

Enquanto as mulheres representavam a “ordem” e a “moralidade” nos espaços do clube, através das funções do grêmio feminino, a diretoria executiva era toda constituída por homens negros e as reuniões semanais eram por eles presididas.

Os registros fotográficos revelam como a questão de gênero estava presente no cotidiano do clube. Sílvio de Souza, presidente em várias gestões, comentava que “desde a sua fundação, até mais ou menos a década de 60, na diretoria do 25 de Dezembro era composta só de negros. O único clube da cidade que tinha uma diretoria só de *homens* da raça”.¹⁶⁹

Consta de ata que, em algumas situações, a diretoria se fazia representar por comissão em que membros do grêmio feminino podiam estar presentes: “A mesa aprovou a comissão que ficou assim constituída: Presidente, primeiro e segundo secretários, membros da Comissão Raimundo Farias e a *Presidente do Grêmio*”¹⁷⁰.

Apesar da importância da atuação das mulheres do Grêmio Feminino, a administração e a organização e a direção destas entidades estava sempre sobre o controle dos homens. Não só as atas como também as fotografias evidenciavam a liderança masculina, reflexo dos valores dominantes no imaginário social, onde a dominação sexual continuava a ser exercida da forma tradicional, com a discriminação contra elas mantida.

As construções de gênero reforçavam ainda mais as desigualdades que no espaço dessas sociedades recreativas se configuravam principalmente nas atribuições de função de cada grupo sexual.

Os homens negros exerciam as práticas sexistas tal qual os homens brancos. Se os homens e as mulheres de descendência africana juntos eram alvos do preconceito racial, nas relações sociais cotidianas esses sujeitos não diferiam dos modelos de dominação masculina branca. Porque: “O problema é que antes de ser discriminado

¹⁶⁹ Entrevista realizada com Sílvio de Souza, ex-presidente da União Recreativa, realizada em Novembro de 1994.

¹⁷⁰ Ata da união Recreativa 25 de Dezembro, nº 16 de 18/09/1949

racialmente o homem negro faz parte do gênero masculino, portanto devidamente adestrado para a prática da superioridade”¹⁷¹.

As experiências concretas vivenciadas pelas mulheres negras ao longo da História têm demonstrado, segundo a doutora Joana Maria Pedro, que elas “viveram em muitas ocasiões papéis que pertenciam ao outro gênero”¹⁷², seja assumindo a manutenção da casa, a guarda dos filhos na ausência de um companheiro, ou desempenhando funções que, entre as populações brancas e principalmente entre a elite, eram exercidas pelos homens.

Alguns estudos da relações de gênero afirmam que: “para as mulheres negras, a história segue um outro caminho: esteve, desde a escravidão, associada ao trabalho para a mera subsistência e a de seu grupo familiar”¹⁷³.

No interior dos clubes anteriormente citados, mulheres e homens negros viveram as mais diversificadas funções, porém, “identificar os papéis sexuais, pode apenas servir para naturalizá-los enrijecendo-os”¹⁷⁴, ou seja, nem sempre as atividades que foram atribuídas as mulheres nesses espaços de sociabilidade foram na prática o que elas realmente exerceram.

Nestes lugares elas destacaram-se, principalmente, pela participação nos grêmios femininos, servindo como apaziguadoras, ou procurando angariar certo respeitabilidade, o que permitiu a valorização daqueles territórios perante a comunidade.

¹⁷¹ OLIVEIRA, Fátima, et alii. *A Mulher Negra na Década. A Busca da Autonomia*. Caderno Geledés, nº 05, p-12

¹⁷² PEDRO, Joana Maria. In: *Relações de Gênero na Pesquisa Histórica*. Revista Catarinense de História, p-42.

¹⁷³ OLIVEIRA, p-08.

¹⁷⁴ PEDRO, p-42.

Apesar das relações de gênero ali construídas terem colocado as principais decisões nas mãos dos homens, submetendo as mulheres à ordem masculina, nos bastidores as mulheres nem sempre acatavam esta autoridade.

O papel de Olga no *Brinca Quem Pode*, configurado na pessoa da secretária do grêmio feminino, nos sérios conflitos que teve com o José Ribeiro, diretor daquela entidade, demonstrava que a ordem hierárquica sexual estabelecida nem sempre foi a regra naqueles lugares. Como aponta a historiadora Joana Maria Pedro, “aqueles personagens também viveram papéis trocados”¹⁷⁵.

O conflito entre secretária e presidente do clube revela que algumas mulheres assumiam o poder, ainda que temporariamente, apoiando-se nos estatutos do clube, e contrariando as regras da dominação masculina. As mulheres também atuaram em atividades promocionais nos momentos de crise financeira, para efetuar por exemplo o pagamento das orquestras que abrilhantavam os bailes.

Os conflitos que foram promovidos pelas diferenças de gênero, construídas no processo de constituição das relações sociais, ficavam ainda mais sérios a partir das disputas de poder entre homens e mulheres geradas no interior desses espaços. A questão do poder foi um dos fatores de tensão nas histórias dos afro-brasileiros e de seus territórios, porque o poder perpassa todas as relações, independente do grupo sexual, racial ou social a que pertença os indivíduos.

Apontar os papéis daquelas mulheres negras é uma forma de tirá-las da invisibilidade, para colocá-las à luz das discussões e mostrar como as relações de gênero estavam configuradas naqueles lugares. As práticas sexistas revelam que a opressão

¹⁷⁵ PEDRO, p-42.

masculina se mantinha entre as populações de descendência africana, porque o racismo não desfaz, a dominação do homem sobre a mulher.

As mulheres negras exerceram uma pluralidade de papéis; no entanto isso não as levou a conquistas que pudessem ter representado mudanças na hierarquia sexual naquele espaço.

Isso fica evidenciado nas histórias das muitas mulheres que eram eleitas rainhas e princesas para representar aquelas sociedades recreativas. Elas tornavam-se parte da história daqueles territórios negros.

Se por um lado o ritual da coroação era motivo de vaidade, envolvendo as moças eleitas e aos seus familiares, todas aquelas festividades também ocultavam posturas sexistas.

Na União Recreativa 25 de Dezembro, destacam-se os bailes onde aconteciam as festas de coroação das rainhas: Baile da Rainha do Clube, e Baile da Rainha da Primavera. A primeira rainha do Clube foi Maria do Espírito Santo Ferreira, eleita duas vezes consecutivas. Em suas lembranças ficaram registradas emoções que ela viveu como rainha do clube:

Estive presente no momento do lançamento da pedra fundamental para a construção da sede própria, juntamente com os sócios fundadores e a diretoria do clube. Eu me lembro quando eu fui eleita, dos 60 votos eu ganhei 50, os outros dez ficaram para as outras candidatas. As pessoas diziam que eu era muito bonita. Eu não cheguei a ser coroada, porque somente a partir da terceira rainha é que a coroação foi introduzida¹⁷⁶.

¹⁷⁶ Entrevista, já citada, com Maria do Espírito Santo.



FOTO 36 - MARIA PETROLINA FARIAS - RAINHA COROADA EM 1949. O TRAJE DE GALA VESTIDO DE BAILE - É NOVAMENTE UMA REPRODUÇÃO DOS ESTILOS VIGENTES DE ELEGÂNCIA NOS AMBIENTES DE SOCIALIZAÇÃO DA ÉPOCA. O BRANCO IMACULADO É COR PRÓPRIA PARA FIGURA DA RAINHA GERALMENTE UMA MOÇA SOLTEIRA - AS LUVAS DE CANO LONGO JUNTO COM A FAIXA E A COROA REMETEM À IMAGEM ARQUETÍPICA DA DONZELA DOS CONTOS DE FADAS TÃO PRESENTE NO IMAGINÁRIO DAS MULHERES DA ÉPOCA QUE E NEM COMO UMA SUBLIMAÇÃO DA CONDIÇÃO FEMININA SUBJUGADA PELA AUTORIDADE DA FIGURA MASCULINA.

Fazia parte do ritual de coroação, a rainha receber a coroa das mãos da ex-rainha do clube: “A diretoria resolveu convidar a ex-rainha para coroar a rainha atual no dia da festa”¹⁷⁷.

Nos bailes da rainha do clube as pessoas usavam trajes sociais de festa. Quase sempre os homens de terno azul marinho, e sapatos envernizados e as mulheres de vestidos longos. Da ata consta que o presidente da sociedade dá ciência à assembléia do baile de coroação da rainha: “Com a palavra o presidente faz ciente a mesa, da coroação de rainha, a 18 do corrente”¹⁷⁸.

Há registros da passagem das ex-rainhas nas festas da coroação:

*Constou o expediente da leitura cópia de dois ofícios, expedidos 33 e 34, respectivamente ao Sr. Josias Calado (Diretor- proprietário do Jornal A Gazeta) e 10 cartas convite expedida aos Srs. Ramiro Farias, Epaminondas de Carvalho, Antonio Jacinto de Souza e José Carlos Capistrano, e as ex-rainhas, senhoras Olga Ferreira, Carmélia da Rosa, Jacy Cardoso, Carmem Barbosa, Dina de Oliveira, e às senhoritas Zeni Lima, Zilda Vieira, ambos convidando para o festival da coroação*¹⁷⁹.

Era comum a escolha da rainha ocorrer diante de um corpo de jurados. Outras vezes as candidatas recebiam do clube blocos para vender votos, e quem vendesse o maior número seria a eleita. Isso envolvia toda a família que queria que suas filhas recebessem os títulos de rainha ou de princesa.

Exibia-se a beleza das mulheres que, como rainhas, passavam a ser os ícones do clube; no entanto, as discriminações sexistas permaneciam e a coroação como rainhas de beleza reforçava ainda mais as construções de gênero. O título de rainha não modificava estas relações na prática cotidiana, pelo contrário, reforçava-as ainda mais.

¹⁷⁷ Ata da união Recreativa 25 de Dezembro, nº 12 de 01/06/1949

¹⁷⁸ Ata da união Recreativa 25 de Dezembro, nº 11 de 11/09/1949

¹⁷⁹ Ata da união Recreativa 25 de Dezembro, nº 13 de 13/07/1949

Porém, tais mulheres ajudavam a promover com seus títulos de beleza a visibilidade do clube na cidade e em outros lugares. Era comum por exemplo a rainha visitar outros municípios do Estado, em festividades que envolviam outros bailes de coroação.

Apesar de todo o aparato das festas, e do papel da rainha enquanto símbolo dessas sociedades recreativas, as desigualdades contra as mulheres negras continuaram sendo exercidas também nestes espaços. Todas estas histórias ficaram na memória daqueles sujeitos históricos, ou foram registradas em ata.

Os documentos oficiais nunca permitiram que as falas aqui relatadas ganhassem visibilidade. Se a historiografia contemporânea tem avançado pouco nos estudos sobre as relações de gênero, e a atuação das mulheres em geral tem sido mantida na invisibilidade histórica, muito maior foram as dívidas da historiografia para com as mulheres de descendência africana.

As festas organizadas no interior da União Recreativa 25 de Dezembro além do entretenimento promoviam o nome do clube na cidade. Nas assembléias ordinárias para a escolha de nova diretoria, geralmente no aniversário de fundação, a presença dos representantes de outras entidades conferia muita importância a solenidade. Consta da ata a Assembléia Geral Ordinária, realizada a 25 de dezembro de 1949, para empossar a gestão da nova diretoria para o biênio 49/50:

Aos 25 dias do mês de dezembro às 15 horas do ano de 1949, na sede da União Recreativa 25 de Dezembro, à rua Chapecó n. 72, com a presença de elevado número de associados e representantes das sociedades recreativas Clube Concórdia, União Recreativa Estrela do Oriente, Recreativo Clube 19 de Agosto, Associação Beneficente dos Pintores. Foi com a maior satisfação que o ilustre presidente desta sociedade, Sr. João Crisóstomo da Silveira, em nome da U.R.25 de Dezembro, deu por aberta a presente sessão geral, para empossar a nova diretoria desta sociedade, para dirigir no período de 25.12.49 a 25.12.50.(...) Assumindo o comando da mesa, o Sr. Osvaldo Tiago de Souza convida o Sr. João Crisóstomo da Silveira para assumir o cargo de presidente. Achando-se empossado, o mesmo continua convidando os demais diretores a tomar posse nos cargos indicados. Em seguida convida a Sra. Nóca Silva a empossar-se no cargo de rainha. Pede a palavra o Sr. José Carlos Capistrano, que em nome da Rainha, no

*momento deixava o mandato oferecia uma bandeira a esta sociedade com as cores azul e branco. O Sr. Presidente apresenta um quadro da primeira rainha desta sociedade (Maria do Espírito Santo) que foi oferecida pela mesma que se achava presente. Com a palavra o Sr. Luiz Virgílio da Silva como sócio desta sociedade e representante da associação dos pintores, que vem trazer um abraço de felicidade à nova diretoria*¹⁸⁰.

A importância que estes territórios assumiam diante de outros clubes da cidade inclusive aqueles freqüentados por uma maioria branca, como era o caso do Recreativo Concórdia, evidenciava o prestígio que A União Recreativa 25 de Dezembro angariava junto às outras entidades. Ao mesmo tempo que fica evidente o papel político do clube enquanto território no contexto urbano.

Como territórios negros, esses lugares passaram a ser freqüentados por diferentes grupos de afro-brasileiros, que exerceram uma pluralidade de atividades, entre as quais a de ter sido palco de artes cênicas, durante a década de 40. Um dos atores, Guilherme (o Léo), apontou os papéis que representou no teatro do clube:

*Comecei dançando no 25 de Dezembro, e a maioria das minhas namoradas, conheci no clube. Participei de peças de teatro amador no 25 de Dezembro, desempenhando vários papéis: fui delegado de polícia, em outra peça participei de um triângulo amoroso, no papel de um amante que acabou sendo morto. E também desempenhei um papel como músico. O grupo de teatro amador do '25' funcionou de 1944 a 1945. Os atores eram negros e brancos. E os membros da peça eram levados pelas pessoas da diretoria*¹⁸¹.

A história relatada por Guilherme evidencia importante questão relativa aos limites do convívio entre brancos e negros no clube. Note-se que brancos não podiam dançar no '25', embora a eles fosse permitida a participação no grupo de teatro.

¹⁸⁰ Ata da união Recreativa 25 de Dezembro, nº 01 de 25/12/1949

¹⁸¹ Entrevista, já citada, com Guilherme Silveira.

Os espectadores das peças eram, na sua grande maioria, pessoas da localidade. Aqui também cabe a referência de Thompson à “experiência humana” quando fala que sujeitos históricos vivem em seu cotidiano uma pluralidade de experiências pontuadas de ambigüidades. Assim a segregação racial, configurada na presença de territórios étnicos demarcados, não impedia que os diferentes grupos raciais residentes no Morro do 25 estabelecessem uma multiplicidade de relações, apesar de serem pontuadas por conflitos, principalmente em razão do preconceito contra os afro-brasileiros.

Destacar a diversidade desses territórios como palco das artes cênicas mostra a pluralidade de experiências que marcou a história daquelas populações de descendência africana e da ocupação dos seus espaços. O teatro não era atividade de lazer exclusiva dos brancos das elites, outros segmentos sociais procuraram através dessas práticas formas de sociabilidade, e maneiras de traduzir e representar o seu cotidiano.

Aquela sociedade tinha como norma a organização de uma comissão da diretoria para acompanhar os funerais de seus associados ou de seus parentes próximos, bem como de pessoas com alguma ligação àquela associação recreativa: “(...) deu notícias à mesa do falecimento da senhora mãe da senhorita rainha e dá o parecer de se fazer representar a ‘União Recreativa 25 de Dezembro por uma comissão”¹⁸².

A ata do clube apresenta registros de notas que evidenciaram a atenção que era dispensada à morte dos associados. “(...)com a palavra, efetuou a leitura da ata passada que, por unanimidade, foi aprovada. Constou o expediente e um ofício recebido de Veríssimo João dos Santos, no qual agradecia a representação que acompanhou o funeral de sua ditosa esposa”¹⁸³.

¹⁸² Ata da união Recreativa 25 de Dezembro, nº 16 de 18/09/1949

¹⁸³ Ata da união Recreativa 25 de Dezembro, nº 17 de 28/09/1949

Na cultura africana a morte sempre constituiu uma mudança de plano cósmico. “Para o africano, o ser humano e as divindades participam de uma mesma integridade e complementaridade cósmicas e de um mesmo fenômeno universal. (...) onde a imortalidade, ou seja, o eterno renascimento de um plano de existência a outro deve ser assegurado”¹⁸⁴.

É principalmente entre os descendentes das tribos Nagôs na Bahia que prevalece a concepção de que os ancestrais ou egúns, uma vez passando para outro plano, não deixavam de manter contato com o mundo dos vivos. “(...) Se o morto passa para o outro mundo feliz e plenamente, ele poderá interceder pelos vivos juntos aos deuses, inclusive facilitando-lhes a futura incorporação na comunidade dos mortos. Daí terem as pessoas todo o interesse em cuidar bem de seus mortos, assim como de tudo que estivesse relacionado com a morte”¹⁸⁵.

“(...) Os Africanos, de um modo geral, tinham meios rituais mais complexos de comunicação com os mortos (...). O culto dos mortos tinha uma relevância muito maior na tradição africana, isso não quer dizer que não estivesse presente em outras culturas”¹⁸⁶.

A preocupação por parte dos clubes de que o funeral fosse bem acompanhado, com um cerimonial digno, reflete alguns destes elementos simbólicos herdados da cultura africana. O 25 de Dezembro estabeleceu como norma esta preocupação para com os funerais das pessoas ligadas direta ou indiretamente àquela entidade, enviando comissões para representá-los nos cerimoniais fúnebres.

¹⁸⁴ CUTI, Luiz Silva. **Vertente Negra na Literatura Brasileira. Presença Afro Brasileira na obra literária Contemporânea.**

¹⁸⁵ SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagôs e a Morte.** São Paulo: Vozes, 2ª ed., 1975, p-222.

¹⁸⁶ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1993, p 89-90.

Se o culto aos mortos está presente em outras culturas a atenção dispensada pelo clube a este evento nos remete ao significado da morte na tradição cultural africana.

As experiências que alguns segmentos das populações de origem africana viveram no interior daquela entidade constituíram histórias que foram sendo tecidas a cada evento promovido por aquela sociedade. As atas do clube forneceram alguns fragmentos da ação daqueles sujeitos históricos.

Os acontecimentos que ficaram registrados na memória oral permitiram pensar-se a composição daquele território. O clube foi acima de tudo um espaço onde a comunidade negra do Morro do 25 pode expressar-se num contexto urbano específico.

Daqueles territórios, verdadeiros arquivos de história, foi possível perceber-se uma diversidade de papéis das mulheres negras, que marcaram as relações sociais, bem como as construções de gênero, no interior dessas sociedades recreativas.

As normas foram acima de tudo as práticas políticas que nortearam a organização desses lugares, e faziam parte das estratégias de luta pela manutenção desses territórios. Funcionaram também como formas de resistências visando à permanência daquele espaço e adaptação do território aos poderes dominantes constituídos.

Tais percepções remetem-se a Thompson, quando afirma que as experiências humanas são permeadas de ambigüidades, ou seja, as pessoas elaboram formas de permanência que são resistências mas que também são formas de acomodação social.

Do interior daquelas sociedades recreativas, mesmo tendo-se sublimado as barreiras impostas pelo preconceito social, angariando “respeitabilidade” na comunidade, essas populações continuaram vivendo as mazelas impostas em razão do preconceito racial.

A luta dos afro-brasileiros na redefinição dos seus espaços no contexto da cidade demarcado política e culturalmente pelas práticas e valores racistas podem ser caracterizados como “movimentos”. Movimentos que assumiram uma pluralidade de configurações, e que se pautaram acima de tudo pela conquista de territórios negros por excelência na branca e elitista Florianópolis daquelas décadas.

3.2. *A Sociedade Recreativa “Brinca Quem Pode”*

A sociedade recreativa denominada Brinca Quem Pode também foi objeto de nossas reflexões teóricas. Seu embrião foi o bloco carnavalesco com o mesmo nome, sendo aquela sociedade recreativa fundada na década de 30.

A ex-rainha, e ex-secretária, Olga lembra que a fundação do Brinca Quem Pode, ocorreu entre 1934 e 1935 e que o clube estava localizado à rua Conselheiro Mafra, no centro de Florianópolis, próximo à antiga sede do jornal *O Estado*. Mais tarde foi construída a sede própria, onde é hoje o Clube dos Motoristas, na Avenida Tico Tico, atual rua Clemente Rovere. Olga comentando sobre a fundação do clube diz: “Naquelas pilastras está inscrito o nome de Nereu Ramos, governador do Estado à época, presente no lançamento da pedra fundamental. Mais tarde a sede foi hipotecada”¹⁸⁷.

Ao contrário da União Recreativa 25 de Dezembro, o Brinca Quem Pode não impedia a entrada de brancos, apesar de seus frequentadores serem em sua maioria negros.

A cada ano uma nova diretoria era eleita. Em uma nota de um jornal da cidade, tivemos acesso a dados referentes à eleição dos diretores do Brinca Quem Pode para o período de 1935-1936. O jornal *A República* dizia:

Clube Recreativo Carnavalesco Brinca Quem Pode. Da secretaria dessa sociedade recebemos a seguinte comunicação, que agradecemos: Tenho a imensa satisfação de comunicar a V. Sa. que, em datas de 20 do corrente mês, em eleição realizada na sede deste clube, foi eleita a nova diretoria que vai gerir os destinos deste clube, no período de 1935-1936 e que assim ficou constituída: Presidente Júlio Ferreira Lourenço, Vice-presidente Eliseu F. de Barbosa,

¹⁸⁷ Entrevista realizada com Olga, ex-secretária e ex-rainha do Brinca Quem Pode, em Novembro de 1996.



FOTO 37 - RUA CONSELHEIRO MAFRA, ANTIGA RUA DO PRÍNCIPE, ANOS 30. ESTA FOTO, QUE NOS PERMITE VISUALIZAR PARTE DA CIDADE, SERVE PARA MOSTRAR ONDE ESTAVA LOCALIZADO O CLUBE RECREATIVO "BRINCA QUEM PODE", ESPAÇO DE SOCIABILIDADE FREQUENTADO POR AFRO-BRASILEIROS DE FLORIANÓPOLIS. ALGUMAS PESSOAS COSTUMAVAM IDENTIFICAR O BRINCA QUEM PODE, COMO CLUBE DE ELITE.

*Secretário Orlando J. de Souza, Primeiro Tesoureiro Tito Oliveira, Orador Juvenal Rosa, Procurador Heitor Inácio, Presidente da Comissão de Sindicância Angélico Ferreira e Jorge Rosa. Aproveito o ensejo para apresentar a V. As. Os protestos de estima e mui distinta consideração*¹⁸⁸.

O Jornal *A República*, era porta-voz do Governo do Estado, e estava sob a direção do seu partido. O espaço que o jornal concedia ao Brinca Quem Pode, permite pensar na ligação político partidária, entre governo e a diretoria do clube. Esse território negro foi também um espaço político por excelência, de onde os afro-brasileiros, lutavam para obter suas conquistas, que foram acima de tudo a redefinição dos lugares, neste contexto urbano.

A presença do Governador do Estado, na época Nereu Ramos, no clube era freqüente, principalmente nos bailes de gala. Isso evidenciava os laços políticos existentes entre Governo e a Diretoria do Clube. O Chefe do Executivo era presidente do Partido Liberal, que era o mesmo partido de José Ribeiro dos Santos, presidente do Clube. As relações entre o governador e o Clube eram muito amistosas. Isso pode ser evidenciado nas falas de algumas pessoas que representavam aquela entidade: “Naquele tempo Nereu Ramos era governador do Estado, e as festas lá no Brinca eram muito Boas. O governador Nereu Ramos contratava a banda de música da polícia militar, ia aos bailes e dançava com as moças”¹⁸⁹.

A presença do governador Nereu Ramos numa sociedade recreativa que não era local de freqüência dos membros da elite branca da cidade era principalmente motivada por questões político partidárias. O presidente do clube também angariava privilégios

¹⁸⁸ Jornal *A República* de 27 de Março de 1935, p-01.

¹⁸⁹ Entrevista, já citada, com Olga.

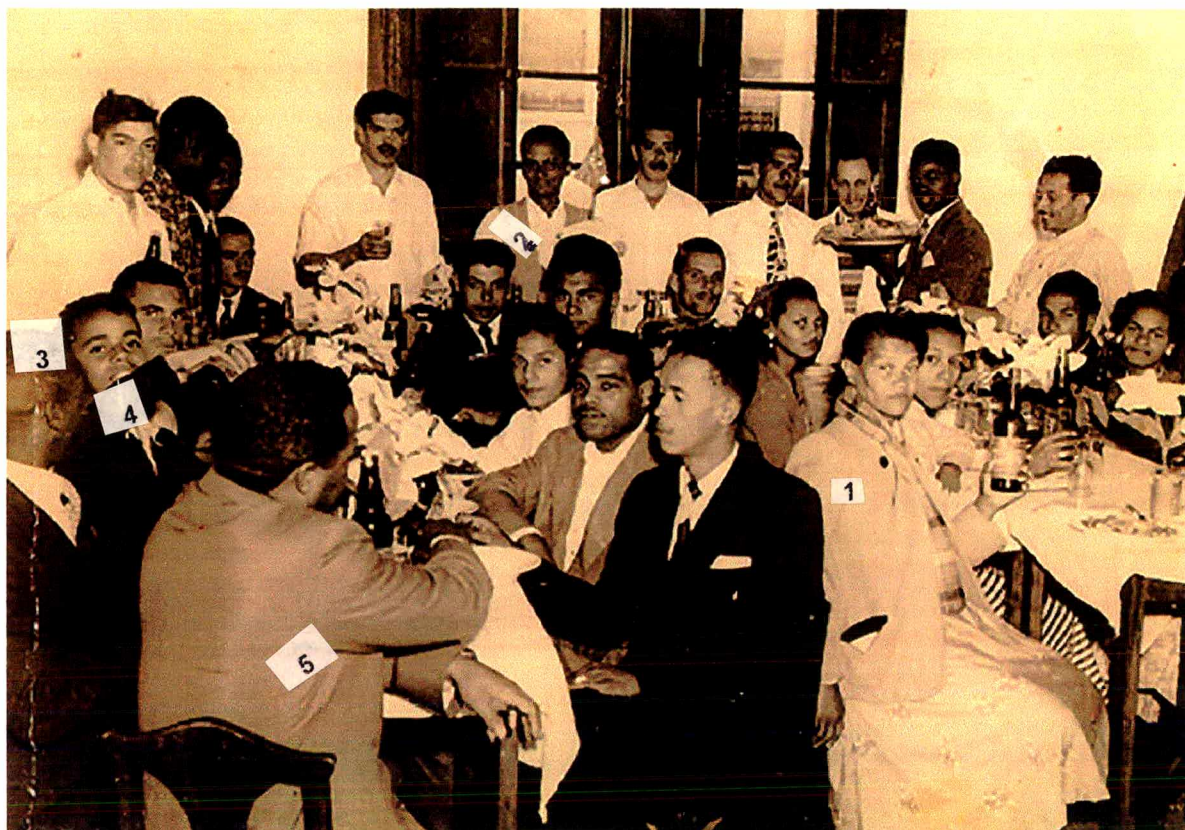


FOTO 38 - FOTO DO BAILE REALIZADO NA SEDE DOS MOTORISTAS, NA DÉCADA DE 60. ANTES DE SER A SEDE DOS MOTORISTAS, ESTE ESPAÇO PERTENÇEU AO BRINCA QUE PODE. MAIS TARDE QUANDO O CLUBE FOI EXISTINTO, ALGUNS DIRETORES ALUGAVAM O LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS QUE INCLUIA A CONFRATERNIZAÇÃO DOS DIRETORES DO BRINCA E DA ESCOLA DE SAMBA PROTEGIDOS DA PRINCESA. ALGUNS PERSONAGENS DESTA HISTÓRIA TERÃO SEUS NOMES CITADOS ABAIXO:

- 1 - **SRA. OLGA** - SECRETÁRIA E RAINHA DO BRINCA QUEM PODE.
- 2 - **SR. ORLANDO** (ESPOSO DA SRA. OLGA) - UM DOS SÓCIOS FUNDADORES DO CLUBE.
- 3 - **SR. ZILTO** - DO BRINCA E DEPOIS DO PROTEGIDOS DA PRINCESA.
- 4 - **SR. VALTER CARRIÇO** - DO BRINCA E DEPOIS DO PROTEGIDOS DA PRINCESA.
- 5 - **SR. LIBÂNIO** - PRESIDENTE DA ESCOLA DE SAMBA E UM DOS FUNDADORES DA PROTEGIDOS DA PRINCESA.

com esse relacionamento social, inclusive privilégios políticos em defesa daquele espaço de maioria negra. As trocas e os favores políticos decorrentes desses laços de amizade incluíam desde a conquista do eleitorado negro até o apoio que o chefe do executivo prestava àquele território. Esta amizade do governador com a diretoria do “Brinca” foi lembrada por alguns associados: “Meu pai, José Ribeiro, tinha um relacionamento muito estreito com Dr. Nereu Ramos”¹⁹⁰.

A ex-secretária do grêmio do clube, Olga, também faz referências à amizade que se estabeleceu com o Governador, o que parecia ser para ela motivo de muita vaidade: “*Eu trabalhei na casa da família Ramos, como babá. O Dr. Nereu Ramos ia sempre nos bailes do Brinca*”¹⁹¹.

Não só a presença do chefe do executivo envaidecia a diretoria bem como os associados, mas o cuidado deles com a boa apresentação dos trajes sociais colaborava na promoção da boa imagem do clube. Segundo Olga: “O Brinca era como o LIC. Era como um clube de elite”¹⁹².

Havia por parte da diretoria do Clube preocupação em relação aos trajes dos associados. O bem vestir era uma das exigências que funcionava como norma no clube no sentido de manter aquele território num nível que pudesse ser visualizado como um lugar da elite negra. Segundo Olga, era comum as pessoas dizerem: “*Só brinca quem pode; quem não pode, não brinca*”¹⁹³.

Em outros depoimentos, ficou evidenciada a importância atribuída aos trajes dos associados, uma vez que em comentários era comum se dizer: *para entrar no Brinca*

¹⁹⁰ Entrevista, já citada, com Carlos Ribeiro dos Santos.

¹⁹¹ Entrevista, já citada, com Olga.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Idem.

não era de qualquer jeito não, tinha que ser muito bem vestido.

O fato de atribuírem tanta importância à boa apresentação pessoal refletia bem o que aquele lugar passou a representar em termos de prestígio social para o grupo de afro-brasileiros. A boa apresentação pessoal era uma forma de se conferir “dignidade e respeitabilidade” àquelas sociedades recreativas.

Outros grupos também falavam de seus territórios como os melhores espaços recreativos da cidade. Era comum os associados da União Recreativa 25 de Dezembro comentarem: *“Naquele tempo era muito bom dançar no 25”*¹⁹⁴.

A valorização do território é uma forma de se buscar visibilidade social e de “movimento” dessas populações, num contexto urbano onde as práticas racistas marcavam os lugares específicos de negros. A aparente elitização desses clubes era uma forma de conferir dignidade e *status* social.

A expressão elite negra aqui utilizada refere-se às pessoas pertencentes ao segmento das populações de descendência africana que, por sua condição intelectual e sócio-econômica, distinguia-se da maioria. O termo elite acima citado não tem o significado usual, pois não se atribui àquelas mulheres e homens negros considerados “da elite” as mesmas características da minoria dominante e privilegiada da sociedade branca de onde se inserem.

A elite negra aqui citada era aquela parcela da população afro-brasileira que, embora minoritária, destacava-se como grupo e possuía mais prestígio social e intelectual do que a maioria da população de descendência africana.

¹⁹⁴ Entrevista, já citada, com Rogério Farias.



Foto 39 - UM OUTRO ASPECTO DA RUA CONSELHEIRO MAFRA, NOS ANOS 40, PERMITE QUE SE VISUALIZE A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS NAQUELE PERÍODO.

A idéia de elite expressa na fala de Olga permite pensar-se que, mesmo sendo um clube freqüentado por pessoas em sua maioria de baixa renda, exigia-se critérios que estabeleciam até mesmo a indumentária dos associados. As mulheres deveriam dançar de vestido comprido e os homens de terno azul marinho ou branco e sapato engraxado ou envernizado e que, nos bailes, os homens não podiam entrar em mangas de camisa (roupa esporte), ou seja, sem terno (traje social convencional). É possível que aquelas pessoas se identificassem com a idéia de que o Brinca era um lugar da elite e assumissem posturas da elite, ou seja, fizessem uso da mesma linguagem da elite imprimindo-lhe uma certa originalidade. Ao identificar-se o Brinca Quem Pode como um lugar de elite poder-se-ia classificá-lo como um dos melhores clubes da cidade freqüentado por afro-brasileiros.

A preocupação com o bem vestir não foi só uma norma dessa sociedade recreativa, outras entidades, como por exemplo a União Recreativa 25 de Dezembro, já citada neste trabalho, também adotaram como critério o bem trajar. Numa entrevista com Olga, ela comentou: “Não era qualquer negro que entrava no Brinca não. Os homens tinham que dançar de sapato engraxado ou envernizado. Não podiam dançar em manga de camisa. Nos bailes de festas, as mulheres só podiam dançar de vestido comprido. Quando não ia de vestido comprido, não dançava. E os homens, de terno azul marinho. O Brinca era coisa muito boa. Que pena, acabou-se o Brinca”¹⁹⁵.

Quando Olga diz que não era qualquer negro que entrava no Brinca, ela poderia estar se referindo aos diferentes segmentos sociais de afro-brasileiros que viviam em Florianópolis, admitindo a importância do bem vestir, para a promoção daquele

¹⁹⁵ Entrevista, já citada, com Olga.

território. A relação desse clube, com os espaços da elite branca, passava pelo critério do bem trajar convencional (homens de terno azul-marinho e sapato envernizado e as mulheres de vestidos longos). Comparar o Brinca Quem Pode ao Lagoa Iate Clube era promover-se a um *status* de elite e assumir postura de elite.

Os valores socioculturais interferem nas relações estabelecidas entre os sujeitos históricos seja ele branco ou negro. Adotar valores da elite branca significava para as populações negras nos seus territórios uma forma estratégica de busca de convivência e sobrevivência. Porém, as relações entre mulheres e homens negros e a sociedade foram permeadas de muitos conflitos dentro e fora daqueles territórios.

Portanto, como diria Thompson, os sujeitos históricos, qualquer que seja o seu grupo étnico-racial, são construídos em um dado contexto onde a cultura dominante atua sobre as mais diversas atividades, mas também sofre a influência de outras culturas. É a maneira como os indivíduos se utilizam desses valores que vai conferir singularidade as suas experiências.

O Brinca Quem Pode e a União Recreativa 25 de Dezembro eram territórios ocupados por diferentes grupos de afro-brasileiros, provenientes de comunidades negras distintas. Rogério Farias comentava que “Muitas pessoas que dançavam no Brinca Quem Pode eram oriundas do Morro da Caixa D’água”¹⁹⁶.

Não tivemos acesso a nenhum documento escrito referente ao Brinca Quem Pode. As informações que obtivemos foram baseadas em depoimentos de pessoas que estiveram diretamente envolvidas com o clube, como foi o caso de Olga. Isso porém, não desqualifica os dados que foram fornecidos pelas fontes orais. Ao contrário foi a

¹⁹⁶ Entrevista, já citada, com Rogério Farias.

memória oral que possibilitou as nossas investigações e o contato com as histórias das populações de descendência africana.

As normas na sociedade recreativa Brinca Quem Pode, também eram bastante rigorosas. Apesar de não termos como fonte de referência as atas deste clube, como foi no caso da União Recreativa 25 de Dezembro, as falas são plenas de histórias que permitiram pensar-se as normas vigentes, e a pluralidade que foram as redes de relações estabelecidas neste espaços. Relações que foram intermediadas pelos embates de poder, de construção de gênero, pelas questões étnico-raciais, relações estabelecidas fora do espaço do clube, relacionadas com a moralidade e assumidas como a preservação dos bons costumes.

Olga, como secretária do grêmio feminino, atuava como vigilante da ordem naquele espaço de sociabilidade. É ela quem comenta:

Uma vez, não sei se era major ou tenente do exército, que tinha uma empregada, mocinha, bonitinha, arrumada era uma mulatinha. Eu era secretária do grêmio feminino do 'Brinca' e vieram me dizer que ela não podia entrar porque apesar de ele dizer para todo mundo que ela era sua afilhada, ele gostava dela. Mandeí chamá-la lá em cima e barrei a entrada dela. Ele veio e foi um debate comigo. Ele disse: Ela pode dançar, e ela vai dançar. Eu disse: eu duvido, ela não vai dançar só se passar por cima de mim. E depois de muita discussão e de falar com o presidente do clube, este disse: deixa ela dançar só por hoje. Eu disse não senhor. Lei é lei. Nós somos a lei, ela não pode dançar. Ele era casado e a moça empregada dele. Ela era mulata e ele era branco. E quem me falou tudo isso foi a Gertrudes, empregada numa casa vizinha desse tenente¹⁹⁷.

Olga era principal mulher integrante do grupo de vigilantes da ordem do clube que, também como na outra sociedade pesquisada, tinha como norma a punição dos infratores às normas de conduta dos associados. Ao contradizer um homem branco, tenente do exército, que queria fazer valer sua autoridade de homem e militar no clube,

¹⁹⁷ Entrevista, já citada, com Olga.

passando por cima das normas estabelecidas por aquele território negro, Olga fazia uso da normatização na qual se respaldava para defender seus argumentos.

O presidente do clube, José Ribeiro dos Santos, chegou a interferir na questão esperando que Olga fizesse alguma concessão, porém ela, fiel às normas daquela associação recreativa, disse: “Lei é lei, nós somos da lei, ela não dança”¹⁹⁸.

A secretária assumiu a defesa do seu território, apoiada na teia de relações estabelecidas para além do espaço do clube, através das informações que circulavam muitas vezes nos subterrâneos da cidade. Isso facilitava o acesso às notícias, como aquela que Gertrudes passou para Olga, sobre o tenente do exército e a moça que ele dizia ser sua afilhada.

A questão da moralidade também estava inserida nas normas do clube. Ao impedir que a moça entrasse para dançar, a secretária do grêmio estava querendo proteger o bom nome do clube bem como promover um espaço conquistado por uma maioria negra. Ao mesmo tempo essa postura permite pensar a ambigüidade que estas questões encerram.

Ao defender a moralidade dentro do clube aquelas pessoas estavam fazendo uso dos seus valores culturais, presentes no seu contexto histórico, mas essa vigilância, por outro lado, também é uma forma de resistência à preservação do seu território negro adotada para desmontar os estereótipos, que são construídos para desqualificar as populações de descendência africana bem como os seus valores culturais.

Com respeito à estas normas reguladoras do clube, Olga comenta: “No Brinca era feita escolha, quem tivesse um má fama não podia entrar. Quando acontecia que

¹⁹⁸ Idem.

uma moça cometesse um erro, expulsavam da sociedade. Naquele tempo eu era secretária e o meu cunhado era presidente do clube. Nós nos questionávamos muito. Porque ele pensava diferente de mim. Quando eu sabia que uma moça tinha um passado errado, era aquela briga na seção”¹⁹⁹.

Nadir Vieira de Oliveira (Didi) também comenta: “Nós costumávamos ir aos bailes no ‘Brinca’ sempre acompanhadas de uma pessoa mais velha. Eram várias moças e uma Sra. de idade que levava a gente e trazia dos bailes. Nós sempre íamos com a Dona Manoela, nos bailes do Brinca Quem Pode e num outro clube chamado Flor da Mocidade, localizado na Prainha. Era uma beleza, todo mundo com muito respeito”²⁰⁰.

Era comum para os padrões morais da época que as mulheres solteiras andassem acompanhadas de mulheres mais velhas, que cuidava das moças dentro e fora dos clubes. Esse não era um comportamento exclusivo das mulheres negras, era comum também entre as mulheres brancas. Tais comportamentos eram reflexos dos valores morais dominantes à época e que perpassavam as relações sociais.

Uma pluralidade de expressões foram impressas pela ação das mulheres e homens negros a esses territórios. Essas expressões podem ser traduzidas no bem vestir, nos códigos de moralidade e nos conflitos raciais. Nessa questão da defesa da moralidade estavam presentes a busca de respeitabilidade pelas populações afro-brasileiras, como estratégias de luta e de defesa do seu território, configurando-se também como movimento dessas populações na cidade contra a discriminação racial.

Adalgisa, uma assídua frequentadora do Brinca Quem Pode, revelou: “Ainda lembro quando nas saídas dos bailes as pessoas eram chamadas atenção para que não fizessem muito barulho. O Brinca tinha grêmios masculinos e femininos, todos com o

¹⁹⁹ Idem.

nome de Brinca Quem Pode. Eram responsáveis pela manutenção da ordem do clube”²⁰¹.

As questões da vigilância e do controle da moralidade, presentes no interior do clube ou para além daqueles espaços, eram normas comuns, aos territórios negros, no Brinca Quem Pode ou na União Recreativa 25 de Dezembro, esses códigos de moral faziam parte das experiências dos sujeitos históricos de descendência africana vividas em Florianópolis. Um cidade que nas década de 30 e 40 se fundamentou em práticas políticas que objetivavam a normatização das condutas e censura, as atividades e aos espaços culturais que não estavam dentro dos padrões dominantes.

Ao defender seus territórios, aqueles homens e mulheres estavam preservando um espaço onde foram constituindo uma identidade étnico-racial. Manoela Carneiro da Cunha faz algumas considerações sobre etnicidade que ajudam a perceber melhor a questão:

*A identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com outras identidade em jogo, com as quais formam um sistema. É uma estratégia de diferenças. É pela tomada de consciência das diferenças e não pela diferença em si que se constrói a identidade étnica (...). A identidade étnica refere-se a algo específico, uma origem histórica. É uma afirmação sobre esta origem, através de sinais tangíveis*²⁰².

O Brinca Quem Pode e a União recreativa 25 de Dezembro foram expressões da identidade étnica das populações de origem africana, neste contexto urbano mesmo levando em conta as diversidades, que foram os sujeitos históricos, que viveram nesses clubes. Uma identidade que pressupõe uma origem histórica e cultural comum (passado

²⁰⁰ Entrevista realizada com Nadir de Oliveira (Didi), 73 anos, em Janeiro de 1997.

²⁰¹ Entrevista realizada com Adalgisa Silveira, ex-sócia do Brinca Quem Pode, em Dezembro de 1995.

²⁰² CUNHA, Manoella Carneiro da. **Negros Estrangeiros: Os Escravos Libertos e sua Volta a África**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p-206.

escravista, racismo, tradições culturais herdadas de seus antepassados). Essa consciência, os afro-brasileiros foram construindo através das experiências vividas no interior daqueles territórios negros.

Esses espaços de lazer também foram lugares políticos e de identidade, onde aqueles sujeitos (mulheres e homens negros), construíram histórias e fizeram seus movimentos, que se configuraram não só na sua presença na cidade como no embate com os valores dominante e numa pluralidade de impressões a que conferiram àqueles lugares o perfil das populações de origem africana.

Os estudos de Manoela Carneiro da Cunha sobre identidade étnica permitem pensar as populações afro-brasileiros em Florianópolis como grupos e comunidades negras distintas, que criaram seus sistemas de defesa no interior dos seus territórios.

A questão do poder foi outro fator de tensão presente no interior das sociedades recreativas, e que no *Brinca Quem Pode* ficou evidenciada nas discussões entre Olga, secretária do grêmio feminino e o presidente do clube, Sr. José Ribeiro, ambos membros da diretoria. Mas as diferentes posturas deles os levaram a sérios conflitos internos. Os comentários de Olga definem muito bem as relações de poder vividas naquele território: “Nós nos questionávamos muito. Ele pensava diferente de mim”²⁰³. Os desentendimentos entre membros da diretoria expressavam as questões de poder presentes nas relações sociais em vários níveis, e que se acentuavam a partir das construções nas relações gênero.

As questões suscitadas pelas relações de gênero aparecem aqui configuradas no papel desses dois homens que queriam fazer valer seus “poderes” sexistas no espaço do

²⁰³ Entrevista, já citada, com Olga.

clube e esperavam da mulher uma postura de concessões, ficando evidente que a dominação masculina independe do grupo étnico cultural ao qual eles pertençam.

O Brinca Quem Pode ao lado da União Recreativa 25 de Dezembro representaram os espaços constituídos por diferentes segmentos de afro-brasileiros na cidade, e enquanto territórios negros foram a expressão das experiências das populações e dos seus valores culturais na Florianópolis nas décadas de 1930 e 1940.

Apesar de ambas as sociedades recreativas serem um lugar marcado pelas histórias das populações de descendência africana, é importante apontar que elas apresentam perfis muito distintos, em função dos diferentes grupos que compunham tais espaços. Essas diferenças é que caracterizaram a pluralidade que representavam as mulheres e homens negros nos territórios específicos da cidade.

A historiografia tradicional costumava classificar essas populações e os seus territórios sem levar em conta as diversidades étnico-culturais, sociais, religiosas intelectuais e sexuais, decorrendo daí sérias dificuldades de compreensão das histórias dos afro-brasileiros.

É importante salientar que ainda vivemos numa sociedade marcada por práticas racistas com barreiras sendo impostas aos não-brancos e ao mesmo tempo sendo utilizadas para justificar a desigualdade racial, como que num ciclo vicioso. Onde as diferenças étnicas são mascaradas pela homogeneidade cultural, que é construída em função de um imaginário social, que usa os estereótipos para desqualificar a imagem das populações negras.

Os estudos das sociedades recreativas permitem reflexões acerca de algumas questões, principalmente em relação à atuação desses clubes na cidade e à questão da pluralidade étnica cultural dos sujeitos históricos de descendência africana. A

importância de tais lugares como espaço onde essas populações puderam se expressar politicamente, bem como a importância de alguns desses territórios como lugar de “movimento negro”. Um movimento que não se configuraria tal qual a prática política do movimento negro anti-racista dos anos 70 e 80, mas que assumiram outras formas de luta. Formas que se caracterizaram muitas vezes como lutas sutis, nem sempre conscientes da sua importância política, embora essas populações vivessem na cidade as experiências da discriminação e preconceito racial.

Esses movimentos se constituíram a partir da presença e da circulação dos negros em lugares que se identificaram como territórios específicos e representaram acima de tudo a conquista e a redefinição de espaços dos afro-brasileiros numa cidade normatizada por uma sociedade de cultura dominante branca de descendência européia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memórias Negras Numa Cidade Revisitada

“Angola, Congo, Benguela, Monjolo, Cambinda, Mina, Quiloa, Rebolo. Aqui onde estão os homens há um grande leilão. Dizem que nele há uma princesa e venda, que veio junto com os seus súditos acorrentados em carro-de-boi (...). Aqui estão os homens de um lado cana-de-açúcar, de outro lado cafezal, ao centro senhores sentados vendo a colheita do algodão-branco, sendo colhidos por mãos negras. Eu quero ver, ê ê eu quero ver quando Zumbi chegar, o que vai acontecer, Zumbi é senhor das guerras e o senhor das demandas, quando Zumbi chega é Zumbi é quem manda (...)”

(Jorge Ben - "A Tábua de Esmeralda")

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memórias Negras Numa Cidade Revisitada

A Florianópolis das décadas de 30 e 40 era uma cidade que refletia o poder característico da cultura branca de tradição européia. Neste período, quase todo marcado pela ditadura Vargas, os governos estaduais estabeleceram práticas políticas de controle das condutas públicas e exerciam censura indiscriminada aos indivíduos e às atividades culturais que diferissem dos padrões aceitos pela cultura branca dominante.

Naquele contexto os afro-brasileiros foram alvo constante de discriminação racial às vezes de forma até um pouco velada por parte da sociedade branca. As falas dos negros aqui apresentadas, a presença efetiva dos territórios étnicos, na rua ou nos espaços confinados específicos, constituem evidência incontestável das práticas segregadoras vigentes na sociedade urbana.

O controle e a repressão policial às manifestações da religiosidade africana expressos nos terreiros de umbanda e candomblé, bem como a existência de territórios negros distintos dentro da própria Igreja católica, expressos nas irmandades só para negros, demonstram sem sombra de dúvida as práticas sociais de discriminação étnica desta comunidade.

Numa cidade onde a maioria da população urbana vivia na pobreza, exercendo atividades informais ou empregos com funções quase sempre subalternas, as



FOTO 40 - EMÍLIA ROSA DE SOUZA, AOS 102 ANOS. AVÓ DO VEREADOR MÁRCIO DE SOUZA, DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS. CERCADA PELOS NETOS ELA É A EXPRESSÃO DA MEMÓRIA ORAL, ATRAVÉS DA QUAL FOI POSSÍVEL REVISITAR A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS E PERCEBER A PRESENÇA DE DOS AFRO-BRASILEIROS.

comunidades negras representavam os lugares onde havia a maior concentração de miséria social.

Apenas uma pequena parcela das populações negras conseguiu sair daquela condição de pobreza crônica, destacando-se da maioria com pouca ou nenhuma instrução acadêmica, e carente dos recursos básicos de sobrevivência, através da educação formal nos mesmos moldes dos privilegiados membros das populações brancas, e através da obtenção de empregos que lhes garantissem um modo de vida decente. Esta parcela do contingente populacional negro, diferente da maioria que exercia invariavelmente atividades informais e/ou subalternas, estava inserida no mercado de trabalho formal, tinha boa instrução escolar e gozava, como em alguns casos aqui citados, de certo *status* sociocultural, político e econômico que lhes conferia prestígio suficiente para merecerem atenção e registro na mídia da época, ganhando visibilidade. Não se pode olvidar que a presença desta parcela de negros que se destacou na cidade nas várias instâncias foi tão relevante que permitiu granjear prestígio e conseqüentemente visibilidade para a imagem da etnia negra.

Por outro lado, o registro histórico da existência dos espaços ocupados pelos territórios étnicos junto à explicitação das *memórias negras* permitiram a percepção dessas populações que foram mantidas na invisibilidade social.

São as *Imagens Invisíveis das Áfricas Presentes*, ou seja, estas *Áfricas* estão representadas nos descendentes de africanos que aqui viveram as suas histórias, nos seus territórios negros que propiciariam a permanência das suas práticas culturais, não obstante as falas do discurso “oficial” não permitissem dar-se visibilidade a elas.

É muito comum nas imagens e nos discursos sobre Santa Catarina falar-se de um Estado habitado por populações de descendência européia, sem se levar em conta as

minorias étnicas aqui existentes. Ainda hoje a mídia continua a representar as mesmas imagens e discursos falando de uma bela Santa Catarina bem branca, e relegando as outras etnias ao completo ostracismo.

Florianópolis é a cidade de Santa Catarina com o maior contingente de negros no Estado e, apesar disso, os descendentes de africanos bem como seus territórios permanecem na invisibilidade. Nas leituras que se faz da cidade, os afro-brasileiros pouco aparecem e quando entram em cena assumem quase sempre papéis que negam a sua ação enquanto sujeitos históricos que produzem ou tecem os seus lugares com as expressões características do seu perfil cultural.

Não se pode perder de vista o contexto em que estavam inseridas as populações de origem africana na cidade, onde os valores dominantes é que definiam os lugares ocupados e estabeleciam a segregação étnica. O hábito do *footing*, por exemplo, transformava a rua em palco dos territórios étnicos, com calçadas discriminadas para os brancos e para os negros. O mesmo pode-se dizer da existência dos clubes separados para os negros e para os brancos, para os pobres e para os abastados.

Apesar dessa divisão espacial, as pessoas reinventavam as suas táticas de sobrevivência. As ações que o homem comum exerce no seu cotidiano nem sempre são claramente perceptíveis, mas são “maneiras de fazer” embutidas nas mais insignificantes práticas, permitindo que as pessoas comuns possam se apropriar de espaços, redefinir lugares e se colocar na cidade enquanto sujeitos históricos, no movimento constante de construção da sua história.

No caso do território específico dos terreiros de Umbanda, inseridos numa cultura em que os símbolos do catolicismo estavam fortemente presentes no imaginário social, e onde os poderes públicos influenciados pelo clero local exerciam um controle

rigoroso através da repressão e da perseguição policial, havia que se estabelecer estratégias que garantissem a sobrevivência daquelas manifestações culturais.

A vigilância constante e a repressão policial não puderam impedir a sobrevivência daqueles territórios negros. A permanência daquelas práticas religiosas até os dias atuais demonstra sem sombra de dúvida que maneiras sutis foram inventadas para fugir ao controle dos poderes públicos.

Outros territórios negros como as sociedades recreativas tinham em suas normas disciplinadoras a representação das suas táticas de sobrevivência; eram as suas formas de se desviarem das perseguições e assegurarem a sua permanência na cidade, ou até as maneiras de angariar respeitabilidade num contexto hostil. O estabelecimento de normas rígidas de controle interno também pode ser percebido como estratégia de luta política para garantir a sobrevivência.

A presença dos territórios negros, sem se ter em conta a óbvia segregação étnica que representam, foi uma maneira de garantir o seu estabelecimento conferindo visibilidade às populações negras naquele contexto urbano específico. As táticas e os códigos utilizados pelas mulheres negras, apenas para citar um exemplo, eram formas de linguagem que podem ser interpretadas como “anti-disciplina, criatividade oculta feita com astúcia silenciosa”²⁰⁴.

Exemplo disso é que o afastamento compulsório do perímetro urbano não impediu que as populações negras construíssem os seus territórios incrustados na parte central da cidade, numa atitude constante de redefinição dos espaços traçados pelos poderes dominantes tradicionais. A evidência disso se apresenta na comparação com a

²⁰⁴ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, p 178.

Florianópolis do início do século XX, onde deu-se início à execução dos projetos modernizadores que visavam à construção de uma cidade higienizada, pulverizada por uma política eugênica de afastamento das populações pobres e negras do perímetro urbano. O discurso higienista escondia uma prática de exclusão de indivíduos tidos como pouco saudáveis e indesejáveis.

Com esses projetos as elites dirigentes procuraram definir e normatizar os espaços físicos da cidade dando-lhes uma nova paisagem, com a pavimentação das ruas, abertura de novas vias, aumento da iluminação pública, criação de sistemas de água e esgoto, construção de edifícios novos, de cinemas, etc. A urbanização e higienização imposta pelos grupos dominantes no poder, no entanto, não puderam impedir a conquista daqueles novos espaços pelas camadas sociais menos favorecidas, a partir de uma estratégia de uso de “criatividade sutil” e das diferentes maneiras de reinventar o cotidiano.

A historiografia catarinense, tendo por escopo a perspectiva histórica representativa de um época em que se enfatizava os feitos políticos e se fazia apologia aos heróis brancos, e onde os conhecimentos eram produzidos no interior dos Institutos Históricos e Geográficos, deixou profundas lacunas com relação às histórias das populações composta de minorias étnicas.

Como que o “olhar” do historiador poderia trazer de volta cenas e personagens dos anos 30 e 40 que ficaram relegados ao esquecimento? O quadro que a historiografia tem nos apresentado até então necessitaria ser revisado. A cidade precisa ser revisitada para que possam emergir dela as *memórias negras* e através destas construir as histórias das populações de descendência afro-brasileira, desmontando a idéia de invisibilidade.

As *memórias negras* aqui explicitadas permitiram que as populações de descendência africana emergissem dos cenários nos quais viviam. Em todas as cenas do cotidiano foi possível a percepção dos seus movimentos.

É necessária a percepção da diversidade que constituem os valores da cultura afro-brasileira e as suas experiências, e que a idéia de homogeneidade que se quer atribuir a tais fazem parte das práticas discriminatórias racistas que a desqualificam enquanto etnia.

As *memórias negras* aqui explicitadas permitiram que as populações de descendência africana emergissem aos cenários dos quais fizeram parte. Em todas as cenas do cotidiano foi possível perceber-se os seus movimentos. A rua como palco de uma pluralidade de experiências foi um território negro por excelência. A rua foi também palco da segregação racial e social onde, numa mesma cidade, negros e brancos, pobres e ricos ocupavam diferentes espaços sociais.

As *memórias negras* permitiram que as mulheres negras e as suas experiências passassem a compor este mosaico na cidade, pois elas também viveram as tensões do contexto urbano, vítimas da discriminação e do preconceito racial, e do sexismo, na condição de mulheres pobres, mas que foram capazes de inventar táticas sutis de sobrevivência.

É importante destacar o papel dessas mulheres negras lutadoras que marcaram a história catarinense e que mereceriam ser aqui citadas mas que permaneceram no anonimato; pois são sujeitos históricos desconhecidos que contribuíram também a seu modo na composição do perfil do povo catarinense.

As histórias dessas mulheres e homens negros se compõem de uma multiplicidade de ações que, num movimento constante, ajudaram também a compor o perfil desta cidade.

É importante destacar o papel das mulheres negras lutadoras que marcaram a história catarinense e que mereceriam ser aqui citadas mas que permaneceram no anonimato; pois são sujeitos históricos desconhecidos, mas que contribuíram também a seu modo na composição do perfil do povo catarinense.

As manifestações das práticas e tradições culturais dos afro-brasileiros foram as formas de expressão que essas populações legaram para a historiografia catarinense junto aos aspectos da sua religiosidade, permitindo que uma outra imagem da cidade fosse revelada deixando nela impresso o seu aspecto multirracial. Os territórios negros traduzidos nos clubes recreativos, nos terreiros de Umbanda, nas irmandades católicas e escolas de samba demonstram a pluralidade que representam os afro-brasileiros e suas experiências na Florianópolis daquela época.

A invisibilidade destas populações continua sendo parte do imaginário social que permeia os discursos e as imagens representadas da cidade. Porém, a visão caracterizada pela pluralidade étnica e cultural dos negros aqui retratados, através dos fragmentos das falas trazidas a registro, poderá ser um referencial de visibilidade.

Certamente propiciará aos afro-brasileiros, aqui trazidos a lume, serem visualizados a partir dos movimentos no seu cotidiano, configurados na multiplicidade das suas experiências a compor o perfil da cidade de Florianópolis.

E foi através desses fragmentos de experiências, as *memórias negras*, que se tornou possível enxergar as Imagens das “Áfricas Presentes” que estavam na invisibilidade por habitarem no silêncio deixado pela historiografia.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÉS, Philippe & DUBY, Georges (direção). História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 3.
- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda Negra Medo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, Renato. O Garoto da Cidade. Florianópolis dos Anos 20. Secretaria da Comunicação Social, 1979.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. Territórios Negros em Espaço Branco. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BURKE PETER (org.). A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CALVINO, Ítalo. As Cidades Invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CAMPOS, Cynthia Machado. O Controle e a Normatização de Condutas em Santa Catarina: (1930-1945). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1992.
- CAPELATO, M. Helena. Os Arautos do Liberalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960.
- CARDOSO, Paulino de Jesus F. A Luta Contra a Apatia: Estudos sobre a Instituição do Movimento Racista na Cidade de São Paulo (1915-1931). Dissertação de Mestrado: PUC/São Paulo, 1993.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer. Petrópolis RJ: Vozes, 1994.
- CORADINI, Lisabete. Praça XV: Espaço e Sociabilidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.
- CHAULHOUB, Sidney. Visões de Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros Estrangeiros: Os Escravos Libertos e a Sua Volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: África, 1978.

- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Grall, 1979.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- KUPKA, Roselane Neckel. Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis: 1910/1930. São Paulo: PUC, 1993.
- LE GOFF, Jacques. Memória e História. São Paulo: Unicamp, 1992.
- LEITE, Ilka Boaventura (org.). Os Negros no Sul. Invisibilidade e Territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MORTARI, Cláudia. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos: Um Espaço de Controle ou Um Território Negro de Resistência (1840-1850). Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em História. Florianópolis: UFSC, 1995.
- NAGIB, Lúcia. A Imagem do Negro. In: Imagens, Etnias e Minorias. Editora da Unicamp, 1995.
- PEDRO, Joana Maria et. alii. Negro em Terra de Branco: Escravidão e Preconceito em Santa Catarina. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. In: Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. Revista Catarinense de História, v. 2, Editora Terceiro Milênio, 1994.

PERROT, Michelle. Os Excluídos da História. Operários, Mulheres, Prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIAZZA, Walter F. O Escravo numa Economia Minifundiária. Santa Catarina: UDESC, 1975.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na Rua: A Nova Face da Escravidão. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em Branco e Negro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros, uma Crítica ao Pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TINHORÃO, José Ramos. Os Sons Negros no Brasil. São Paulo: Art. Editora, 1988.

TRAMONTE, Cristiana. A Pedagogia das Escolas de Samba de Florianópolis: A Construção da Hegemonia Cultural Através de Organização do Carnaval. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1995.

ANEXOS

Ata nº 9

Sessão de Diretoria realizada em 26 de Março de 1949.

Em nossa sede na Rua Capecó 72

Em vinte e seis dias do mês de Março de mil novecentos e quarenta e nove precisamente as 20,30 horas com a presença de demais associados, havendo numero legal o Sr. João Euzestano da Silva (Presidente) desta União deu por aberta a sessão para tratar de assuntos que interessam a nossa sociedade, e convidou o Sr. Secretario a fazer a leitura da ata passada para ser submetida em apreciação da mesa.

Com a palavra o Secretario, efetuou a leitura da ata nº 8 e ao terminar o Sr. Presidente submeteu-a em apreciação da mesa para ver quem tinha retificação a fazer e não havendo quem se manifestasse ele deu-a por aprovada e assinou-a. O Secretario alegou não haver expediente a tratar passou-se a ordem do Dia

Ordem do Dia
Com a palavra o 1º Tesoureiro apresenta Jose rudas e despesas dos bailes realizados nos dias 16-4-49 e 23-4-49 que foram dia 16-4-49.

Renda das Cotas	Gr/	218,00
Renda do Boife	"	803,10
Renda do Gremio	"	538,00 ;
Despesas Gerais	"	1100,00
Saldo	Gr/	2059,10

Deu-se, no Banco do Comercio Gr/ 3.000,00 e retirado
R. 9000,00

Dia 23-4-49	Renda das Cotas	Exp	562,50
	Renda do Bafi	"	308,20
	Renda do Gremio	"	124,00
	Despesas Gerais	"	550,00
	Sauco	Off	444,70

De pi com a palavra o Tesoureiro apresenta que depositara no Banco do Comercio a quantia de Exp 1.000,00
 Com a palavra o Sr. Presidente apresenta a mesa que de acordo com os membros da diretoria realizara o Baile de 23-4-49. no qual foi ocorrido em ordem e apresenta a mesa o parecer para o baile de 30-4-49 e estando de acordo com a mesa realizarse a arizou o Tesoureiro que providenciassse as licenças

Assuntos Gerais

Com a palavra o Consocio Valdir Cunha hora punido com os estatutos em vigor. Pedir para que fosse perdoada a pena que lhe foi imposta a meses atras
 O Sr. Presidente submete em apreciação da mesa

Apartou-se no assunto o membro do conselho Sr. Guilherme Silveira, Leovergido Luis Silva Romulo Soares, Reduzino Farias, Osvaldo T. de Souza
 Metido em aprovação foi aprovado o perdão

Com a palavra o consocio Guilherme Silveira pedindo uma informação sobre o Consocio "Pino" se ja havia sandado seu debito com a sociedade
 a resposta foi satisfatoria

O Sr. Presidente submete em apreciação a procedimento do referido consocio

apartou-se no assunto o consocio Guilherme Silveira
 Osvaldo Tiago de Souza Romulo Soares Reduzino Farias, Leovergido Luis Silva
 Foi aprovado a proposta do Consocio Osvaldo T. Souza

e não havendo que se apartasse no assunto
o presidente meteu em ~~aprovada~~ aprovação
foi aprovado o seguinte; Entrar em vigor
a proposta aprovada no assunto anterior Formar
o quadro das associadas e a mensalidade de R\$ 5,00
Entrar a vigorar no mez de julho proximo.

Com a palavra o Presidente traz a conhecimento
da mesa uma occurencia do baile passado
Com referencia as associadas que estavam dançando
sem pagar a cota.

Com a palavra o 1º Tesoureiro faz a conhecimento
da mesa relembrar a occurencia do arizanti
Afonso Travarso. e é esclarecido pelo Vice Presidente
o fato ter beijado uma senhora em pleno salão
e completo estado de embriaguez

Resolucao o Sr. Presidente fez siente a mesa que
imediatamente tomou providencias e devolveu a sua
cota e polo para fora do salão

A Diretoria resolveu punilo de a cordo com
o paragrafo 1º do artigo 9º do estatuto.

Não havendo mais que se manifestasse passo a retificar
o assunto da ata passada

Os cavalheiros que se acharão em luta corporal
Corão Durval de tal e
pe não Gastão conforme seava a ata passada
sefirmado este assunto o Sr. Presidente
agradeceu o comparecimento de todos e deu
por encerrada a presente sessão

Ipolis 26-4-49 Regino Farias 1º Secretario

João Livestomo da Libreria

Presidente

Ato nº 10

Sessão de Diretoria realizada em
4 de Maio de 1949

Em nossa Sede na Rua Tapaco 12

Aos quatro dias do mez de Maio de mil novecentos e quarenta e nove precisamente as 20,30 horas, com a presença de mais associados e havendo numero legal o Sr. João Gusostomo da Silveira Presidente desta União deu por aberta a presente sessão para tratar dos assuntos abaixo.

Com a palavra o Secretario fez e efetuou a leitura da ata nº 9 a qual não houve manifestos contra e foi unanime aprovada e assinada por quem de direito

Expediente

Constou o expediente da leitura da copia de dois officios expedidos sobre os numeros 30 e 31 conforme autorizacao, o 1º ao

Capitão de Corveta « Mario Balaussier »

Comandante em Chefe da E. M. M. Marinhe

2º a Sr. Almirante « Artur Barata »

Comandante do 5º Distrito Naval ^{dizem}

Ordem do Dia

Com a palavra o Tesoureiro apresentou as Rendas e despesas do Bailhe realizado em 30 de Março

Renda das Cotas	Cr\$	244,50
Renda do Gremio	"	184,50
Renda do Buffet	"	677,80
Despesas Gerais	"	620,00
Saudos	Cr\$	

Estrordinario

Renda do Bofet no festival de Aniversario de um associado no dia 2 de maio

Renda Cif 231,40

Com a palavra em ação o Tesoureiro apresenta de que depositara no B.N. do Comercio no dia 2 de maio a quantia de Cif. 000,00

Com a palavra o Sr. Presidente faz scente a mesa que recebera um officio da U.B.R. Operaria a qual convidava-nos para as solenidades de posse da nova diretoria no momento não apresentara por ter esquecido em casa, mas alega que sciente do convite representara a sociedade na referida solenidade. Depoi com a palavra o Sr. Presidente faz scente a mesa que a copia dos officios em que o Secretario fez a leitura; fora autorizado por ele visto estar de acordo com demais directores a isto que o referido consocio tem uma conduta esemplar.

Com a Palavra o Sr. Presidente apresenta a mesa um parecer; da compra de um lampião petromacs o qual foi aprovada e foi aprovada autorizada o ~~se~~ tesoureiro a efetuar a referida compra

Com a palavra em ação o Presidente da parecer de uma dominqueira Domingo a tarde com inicio as 5 horas as 7 horas aprovado e autoriza ao tesoureiro a contratar orquestra

As estas alturas não houve mais quem fizesse uso da palavra o presidente deu por inseriada a presente sessão

Reduzino Farias 1.º Secretario

João Livramento da Silveira, Presidente

Ata nº 11
Sessão de Diretoria realizada em
11 de Maio de 1949
Em nossa Sede na Rua Etapeco 72

Aos onze dias do mes de Maio de mil novecento e quarenta e nove as 20 horas com a presença de associados confor consta o registro de presen havendo numero legal o Sr. João Crisostomo da Silveira (Presidente desta União deu por aberta a presente sessão para tratar dos assuntos abaixo Com a palavra o Secretario efetuou a leitura da ata passada sob nº 10 a qual foi unaneme aprovada
Expediente

Constou-se o expediente de leitura de um officio recebido da U. B. P. A. o qual convidava-nos para as solenidades de posse da nova Diretoria. não havendo assunto dentro da Ordem do Dia passou-se a assuntos Gerais.

Com a palavra o Secretario Farias apresenta o Talão que comprovou os preços da compra de um lampeão que lhe foi autorizado a comprar e faz siente a mesa que recebera do tesoureiro 10 cadernos de papeis e uma dúzia de penas de Pe com a palavra o Sr. Farias apresenta a proposta seguinte: evitando-se prejudicado no horario das reuniões sem -- por motivo de força maior alega que se a Diretoria não resolver a mudar o local da referida sessa o mesmo entrava na eminencia de faltar as sessões. O Sr. Farias apresenta para que se mude as reuniões para os domingos de dia.

O Sr. presidente submeteu o assunto em apreciação e não havendo contra o Presidente meteu em aprovação a troca do dia da reunião p. de quarta-feira para domingo de dia e foi aprovado Com a palavra o Sr. Presidente apresenta a mesa e faz sienti do bailhe de 14 de maio que da direito aos associado como Partida Com a palavra o ex consocio Argentino dos Santos ora punido pela diretoria com caido no paragrafo 1º e 3º do artigo 9º a qual vem implorar o perdão metido em apreciação apartou-se no assumtõ o consocio Jose B. Caputidni a qual faz sienti a diretoria de um erro cometido por imprudencia e a diretoria com siencia do fato restituiu a liberdade o referido associado.

Resolucao da Diretoria
havendo necessidade de mais um lampião para a 2ª sala

a diretoria aprovou a compra de mais um e autoriza o Tesoureiro a efetuar a referida compra.

A diretoria resolve convidar a ex-rainha para coroar a rainha atual no dia da festa 19-6-

Não havendo mais quem se manifestasse o presidente deu por encerrada a sessão

Reduzindo. Ferias 1º secretario

João Crisostomo da Silveira Presidente

Ata nº 12

Sessão de Diretoria realizada em 1º/6/49
Em nossa sede na Rua Diácono 12

Em primeiro dia do mez de junho de mil novecentos e quarenta e nove as hora 20 com a presença de associados havendo numero legal o Sr. João Cruzotomo da Silveira presidente desta União deu por aberta a presente sessão para tratar dos assuntos a baixo.

Com a palavra o secretario efetuou a leitura da ata passada em 11 de maio que foi aprovada e o secretario alega não haver expediente e

Ordem do Dia

Com a palavra o Tescoureiro apresenta as rendas e dispesas dos baifhes a seguir

Amensalidades	Cr\$	715,00-
Grêmio	"	221,00
Boffe	"	693,70-
Dispesas	"	550,00.

Domingueira 15 de 6 de 1949

Cotas Cr\$ 148,00

Dispesas 150,00

Domingueira dia 22 de 6 - 49

Cotas Cr\$ 204,00

Grêmio 66,00

Boffe 119,20

Dispesas 170,00

Baile do dia 28 de 6 - 49		
Botas	Exp	804,60
Prêmio	"	261,00
Boffe	"	541,00
Despesas	"	600,00
Domingueira do dia 29 de 6:		
Botas	Exp	15200
Boffe	"	6400
Despesas	"	14500

Assuntos Gerais

Com a palavra o Presidente faz senti-
a mesa o baile da coreação da Ranhe
a 18 do corrente

É comunica que contratara uma
orquestra por Exp^o 1600,00

É da siencias a mesa que devemos
~~dever~~ fazer algumas ~~dispo~~ despesas
para recebermos do representantes

estdianta o Sr. Presidente que, deve
haver uma domingueira infantil com
ritimo de festa com a presença da senhorita
Rainha. Depe com a palavra pergunta
com a mesa se estava de acordo
com o aumento da 2^a sala.

estdiantou o Presidente que havia convidado
o consocio Raimundo Farias para tomar
parte na comiciao do salão

e o referido consocio achando-se presente foi inopcado
e todos esses assuntos foram aprovados

e não havendo mais assuntos a sessão

o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão

Reduzino Farias 1^o Secretario

João Livramento da Silveira, Presidente.

Ata No 14

Sessão de Diretoria realizada em 3-8-49
Essa mesma Sede na Rua Chapeco 12

dos três dias do mês de agosto de mil novecentos e quarenta e nove a vinte horas com a presença de associados havendo numero legal

o Sr. João Gusstomo da Silveira
Presidente desta União

deu por aberta a presente sessão para tratar dos assuntos abaixo:

Com a palavra o Secretario efetuou a leitura da ata no 13 que por unanimidade foi aprovada

Expediente

Conston da leitura da copia o oficio que acompanhou a fotografia ofertada a S.ta Pamba e uma carta recebida do 2º Secretario que comunicava a falta do comparecimento a as sessões por motivo de molestia

Ordem do dia

Baile realizado a 30 de julho de 49

Renda de Cota 614 1.020,00

Prêmio " 164,00

Mensalidades do Prêmio " 31,00

Bofe " 348,00

Orquestra 614 655,00

Conston tambem a ordem do Dia com a palavra do membro da comição Rosalino Costa apresentando por escrita e assinada ~~uma~~ ~~intermediária~~ as moças impossibilitadas de compartilhar

no nosso meio social que foram:

Maria Bethânia, Conceição
 Maria Estrelita
 Maria Rosa
 Rosa Machado
 Naura Souza

A diretoria deixou o curso desta parte para sindicar e apurar.

Com a palavra o Sr. Presidente apresenta sciencias a mesa dentro de assuntos Gerais o baile de jóca para o baile de digo; para o dia 6, e depois de discutido foi aprovado ser ~~to~~ abrihantado por acordion.

O Sr. Presidente tendo conhecimento de que o Consocio Nivaldo Capistrani esta impossibilitado de continuar com membro diretor desta União devida a grande tarifa de seu trabalho da o parecer a mesa em promover o membro da comição fiscal do salão Sr. Raymundo Farias e a mesa resolve então, egonerar o Consocio Nivaldo Capistrani do cargo da Comição Fiscal e promover o consocio Raymundo Farias ao referido cargo ate a proxima assembleia para ser fixado.

Com a palavra o 1º Secretario apresenta a mesa que não estando mais resolvido a continuar afetivo no bofe, apresenta a proposta de correr no dizê entre os diretores, e foi aprovado.

Com a palavra o Consocio Jose Capistrani trazendo a conhecimento da mesa os fallôs de comparecimento da Sta Rainha e justificandoas e pedede a diretoria para apresentar o Balanesti do 1º Simestre.

Terminado este assunto ao Sr. Presidente
agradeço o comparecimento de todos
e deu por encerrada a presente sessão
Reduzino Faos 1º Secretário

João Custódio da Liberdade

procedimentos
do Conselho Municipal
do Município de São Paulo
em 1911



Ata nº 15

Sessão de Diretoria realizada em 12 de 8 de 49
Em nossa Sede na Rua Chapéu nº 518

Aos dezessete dias do mez de agosto de mil novecentos e quarenta e nove as horas nove com a presença de associados havendo numero legal Sr. João Caspary de Silveira presidente desta União deu por aberta a presente sessão para tratar dos assuntos abaixo.

Com a palavra o Secretario efetuou a leitura da ata nº 14 que por unanimidade foi aprovada não havendo Expediente a tratar o Sr. Presidente passou a ordem do Dia.

Com a palavra o Sr. 2º Tenenteiro Diamantino Tenório Alves apresenta as Rendas e despesa do baile realizado na noite de 13 para 14 do corrente mes que foram as seguintes como se passa abaixo

Resultado do Baile realizado a 13 do corrente

Cotas de Exp. 164,00

Grêmio 199,90

Mensalidades de Jan. 20,00

Bofe 336,40

Orquestra 550,00

Com a palavra o Sr. Presidente apresenta sciencias que depositou no Banco a quantia de Exp. 100,00 e apresentou os devidos comprovantes.

Outra deu sciencias que liquidara o debito que a sociedade tinha com o fornecedor de bebidas pagara por a quantia de Exp. 910,00

Outra - trouxe a conhecimento da mesa o mau comportamento do Consocio Oswaldo Silva. O salão nos dias de diversões. E imediatamente a mesa resolveu esmurar do quadro social. e o Presidente autorizou o secretario a expedir a officia de comunicação.

Depoi com a palavra o Sr. Presidente da sinicias a mesa que havia feito um apelo aos associados e frequentadores desta União sobre o comportamento da saída dos Bailes devida as entuigas e algazarras que perturbão o silencio publico e no entanto o membro de Distância Sr. Abel dos Santos. foi o culpado de uma entuiga na saída do ultimo Baili. adianta o Sr. Presidente que deviamos exonerarmos do cargo que exerceo e deixo a criterio da mesa.

Parteu-se no assunto o diretor Raymundo Farias e Recluzino Farias e a mesa então por unanimidade aprovou a sua exoneração do cargo.

Com a palavra o Diretor Raymundo Farias apresenta a mesa os cargos vagos na comição do salão e pede a mesa para preencherlos.

Outra - traz a conhecimento de mesa o mau comportamento de dois associados no salão.

Com a palavra o Sr. Presidente da sinicias a mesa que anunciará Baili para o sabado de 20 de junho a mesa aprovou.

Outra - Dem sinicias a mesa que demais membros diretores acharã conveniente dar um baili a brilhantado por acordiam a mesa aprovou.

Terminado este assunto o Sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todo e encerrou a sessão

(a parte)

(Ced. parte)

Constou tambem a Ordem do Dia de uma proposta para socio contribuinte feita pelo membro diretor Raymundo Faria

que propoz para socio o Sr. Sebastião Artur de Brito solteiro Brasileiro idade 20 anos residente na Rua Capesso 37.

Outra Por motivo de sua volta do Rio de Janeiro onde residia o res. consocio licenciado Sr. Mario Mafaud de Carvalho - pede a suspenção de sua licença

Eu lauxei a presente ata que da por mim assinada

Reduzino Farias 1.º Secretario

João Constantino da Silveira, Presidente.

Ata nº 16

Sessão de Diretoria realizada em 18-9-49
Em nossa Sede na Rua Chapicó 12

Aos dezoto dias do mez de Setembro mil novecentos e quarenta e nove as horas nove com a presença de mais associados havendo numero legal o Sr. João C. da Silva Presidente desta União deu por aberta a presente sessão para tratar dos assuntos abaixo

Com a palavra o secretario fez a leitura da ata passada para tratar da aprovação da mesma e o S. Presidente submeteu em apreciação da mesa não havendo manifestos contra o Presidente deu a por aprovada e assinou a

Expediente

Conston o expediente da leitura da copia de um officio expedido S.º S.º ao Sr. Osvaldo Silva comunicando sua eliminacão do quadro social

Ordem do Dia

Com a palavra o Sr. Tesoureiro apresenta rendas e despesas do baile realizado na noite de 20 de agosto que foram:

Renda de Cotas	Crif	457,00
Renda do Gremio	Crif	99,00
Renda do Bufé	"	246,20
Renda de mensalidades do Gremio	"	1,00
Orquestra	"	550,00
Saudos	Crif	253,00

Com a palavra o Sr. Presidente apresenta sciencias que depositara no Banco a quantia de Crif 200,00 no dia 22 do corrente e no dia 29 do mesmo mes a quantia de Crif 300,00 e apresentou a caderneta

com os devidos comprovantes

Com a palavra o Sr. Presidente da sciencia a mesa que na noite de 24 do corrente sedera o Salão do club para o consocio Luiz Gomes Gonsaga festejar seu aniversario de acordo com o estatuto e adiantou tambem que o referido festejo da um movimento no bofe da sociedade com a renda de crf 601,90

Constou tambem a ordem do dia da entrega feita pela comissao da proposta, para socio contribuinte desta sociedade do Sr. Sebastião Antur de Panto com o parecer favoravel

Com a palavra o tesoureiro apresenta as rendas e despesas do baile realizado no dia 3 de Setembro que foram:

Renda de Cotas...	crf	600,00
Renda do Bofe	"	312,40
Renda do premio	"	177,60
Renda de mensalidade Jr.	"	80,00
Orquestra	"	550,00

Alinda com a palavra o Sr. Presidente apresenta sciencias que no dia 8 de Setembro depositara no Banco a quantia de 200,00 e apresentou a caderneta

Com a palavra o tesoureiro apresenta as rendas e despesas do baile realizado no dia 10 de Setembro de 1949

Cota	crf	110,00
Bofe	"	26,00
P. de talão ob Jr.	"	-----
premio	"	50,00
Orquestra	crf	350,00

Propos para socio contribuinte desta sociedade e membro de comissao Pajmundo Farias
o Sr. Cláudio de Tania casado residente

na Rua Chapecó 102... a referida proposta foi encaminhada para a comissão para dar o parecer.

Com a palavra o Sr. Presidente traz a continuação da obra a falta que está fazendo o 2º Secretário pelo mesmo se achar enfumo e dá o parecer.

para nomear como interinamente um 2º Secretário para preencher o cargo, ora vago e apresenta

o Consocio Mario Mafaldo de Carvalho

à mesa aprovou unanimemente e o candidato achava-se presente foi impositado.

De pi com a palavra trouxe o mau procedimento do consocio Oscar Cardozo no último baile e o referido exposto ficou enquadrado no

art. 9º mo, pp. 3º alínea.

à mesa resolveu eliminá-lo do quadro Social de acordo com o estatuto.

Outra das notícias a mesa do falecimento

da Senhora mãe da Senhorita Raíssa e

dá o parecer de fazer representantes p a União

por uma comissão.

à mesa aprovou a Comissão estatutária

com a presença de constituição: Presidente, 2º Secretário

ambos membros da comissão. Raymundo Jacócio, Presidente

da Comissão encarregada de estudar o estatuto e mo

Outra das notícias a mesa do falecimento

de Adão Domingues após dia 18-9-49

e mesa aprovou

Terminado este assunto Sr. Presidente

agradecia o comparecimento de todo e deu por

incerrada a presente sessão

Reduziu o Tariano João Custódio da Silva

Presidente.



Ata 17

Sessão de Diretoria realizada em 28-11
Com a nossa Sede na Rua Chapéu 72

Aos vinte e oito dias do mes de novembro de mil novecentos e quarenta e nove as horas nove com a presença de associados havendo numero legal o Sr. João Crisostomo da Silveira Presidente desta União desta, digu, deu por aberta a presente sessão para tratar dos assuntos abaixo.

Com a palavra o secretario efetuou a leitura da ata pasada que por unanimidade foi aprovada Consta o expediente de um officio recebido Sr. Virissimo João do Santos que no qua agradecia a representação que o fez acompanhar ao funeral de sua desditosa esposa

Ordem do dia

Com a palavra o tesoureiro efetuou o movimento da Domingueiros a seguir Domingueira Realizada 18-9-49

Cota	61/2	40,00
Bafe		208,70
Grêmio		88,00
M. Grêmio		500
Orquestra		225,00

Domingueira Realizada em 25-9-49

Cota	61/2	588,00
Grêmio		90,00
Bafe		305,50
Orquestra		215,00

Adiantou também que fora depositado no Banco
a quantia de Cr\$ 200,00 no dia 19 do corrente
e no dia 26 de outubro mas a quantia de Cr\$ 200,
Carston. Também a ordem do dia da reunião feita
pela comição de uma proposta para socio
contribuinte com o parecer favoravel
mas a proposta esta qdo a do Sr. Elipio de Farias

Assuntos Gerais
Com a palavra o Sr. Presidente propondo
a baile para o dia 1º de Outubro que na qual
se fara uma eleição da Rainha da sociedade
a mesa aprovou
Outra com a palavra do Sr. Presidente
de uma dominguessa infantil

O caso da campanha da "Garrafa"
foi unanimem. aprovada
Outra - Dar-se uma dominguessa gratis
para o associado que se actuar em dia com
a tesouraria desta uniao para dar mais
animio no meu social
foi unanimem. aprovado

Outra - Alega o Sr. Presidente que a mesa
atraz foi nomeada uma comição para
elaborar a reforma do estatuto e como a
referida comição acha-se atrezada com o trabalho
da referida reforma adianta que para interesse
da Sociedade tinha ideias que aumentas
o preço das mensalidades para Cr\$ 200
e participou no assunto o Sr. Rosalino
Costa, Diamantino Alves Mario M.
Carvalho e Reduzindo Farias
ficou aprovada a contribuição de 200,



Com a palavra Sr. Rosalino Costa
apresenta a Srta Dalsiza Adalgisa
para preencher o cargo vago no grêmio
o de cobreadeiras das colônias em mocas
nos dias de diversões

Não havendo mais assuntos dentro de assuntos
gerais passo a citar os nomes das candidatas
Votada Rainha da Sociedade

Senhoritas: Eliana Rodrigues
Maria Madalena Calasans, Sueli Valgas
Cilda Silva, Nadir Benta de Souza
Nóca Souza e Nadir Ferreira

Terminado este assunto o Sr. Presidente
agradeceu o comparecimento de todos e deu
por encerrada a presente sessão

Reduzido o Taurus - 1º Secretário
ao Sr. Luiz Storno da Silveira. Presidente

1931

1931

1931

1931

1931

9

Ata nº 18

Sessão de Diretoria realizada em 12-10-49
Em nossa sede na Rua Capeco 72

Nos dez dias do mês de Outubro de mil novecentos e quarenta e nove as horas nove com a presença de varios associados a havendo numero legal o Sr. João Crisostomo da Silveira presidente desta União deu por aberta a presente sessão para tratar dos assuntos que abaixo se discriminam Com a palavra o secretario efetuou a leitura da ata de 11 a qual foi metida em apreciação não houve manifestos contra e foi aprovada.

Não havendo expediente passou-se a ordem do dia

Ordem do Dia

Com a palavra o Tesoureiro apresentou as rendas e dispesa dos bailes e soirées a seguir:

Baile realizado no dia 12 de Outubro

Renda	Exp	900,00
Bofe	"	608,00
Grêmio	"	223,50
M. Grêmio	"	.
Orquestra	Exp	505,00

Dominqueira realizada no dia 9-10-49

R. Bota	Exp	384,00
Bofe	"	279,70
Grêmio	"	58,50
M. Grêmio	"	.
Orquestra	"	190,00

Com a palavra o Presidente alega que depositou no Banco a quantia de Exp 1000,00

Domingueira realizada em 2-10-49

R. Botas ~~Contribu~~ ~~est~~ ~~total~~ 38,00 ~~rod~~

R. Boli ~~est~~ ~~total~~ 30,40 ~~rod~~

Grêmio ~~est~~ ~~total~~ 6,00 ~~rod~~

M. Grêmio " 250,00

Orquestra " 250,00

Com a palavra o Sr. Presidente trouxe a conhecimento da mesa que conforme resoluções da diretoria fora efetuada no dia e hora marcada a eleição da Rainha e dentre as candidatas venceu por 53 votos a Senhorita Hoca Souza e a mesma fora aclamada Rainha desta sociedade e sera empossada no dia 25 de Dezembro do corrente.

Com a palavra o Secretario efetuou a leitura de uma proposta para socio contribuinte Propos para socio o Sr. Silvio Eurásio de Souza solteiro com 11 anos residente na Rua Chapucó

O Proponente Raimundo Ramiro de Farias
Assuntos Gerais

Com a palavra o Sr. Presidente trouxe a conhecimento da mesa o procedimento da mesa o procedimento inconveniente de duas associados do Grêmio ao terminio do Baile do dia 1º de Outubro e apela a mesa a punição (e punição)

a) Uma # Maria Sigabel e M. Mercia de Tal
e) Maria Silveira

Estando presente a Srta. Maria Silveira procurou sua defesa.

a) Diretoria resolveu o seguinte

~~Esta~~ ~~apareceu~~ ~~se~~ ~~no~~ ~~assunto~~ o Sr. Reduzio Farias Senhora Marcelina Farias. Diamantino T. Alves Mario Inafardo Carvalho, Raimundo Ramiro Farias Guilherme Silveira, Osvaldo T. de Saes

Rosário Costa cêlpio de Farias

Depois de bastante discutidas

a Diretoria resolveu as seguintes Punições

Maria Sibia - suspensão por um Baile

Mercia de Tal - Eliminação

Maria Igabel - suspensão por um Baile

Com a palavra a Senhora Marcelina apresenta o mau procedimento da Senhorita Valdivia Machado no salão para com um cavalheiro

Resolução - suspensão por tempo indeterminado

Com a palavra o Sr. Mario Inapanda Carvalho

secretario interino pede a sua dimissão por motivos justificados a Diretoria resolveu dar-lhe a dimissão

do cargo.

Com a palavra a Senhora Marcelina de Farias vem pedir o salão para um festival

De acordo com as resoluções da diretoria

foi dada a sede e os intercedos pagaram a taxa de \$ 20,00

Com a palavra o Sr. Presidente da conhecida mesa a mesa que annunciara baile para o dia 10 do corrente

foi aprovada.

Com a palavra o Sr. Presidente nomeia o Sr. Raymundo Farias para assumir interinamente o cargo

de 2º Secretário.

Depois com a palavra pede consentimento para fazer um melhoramento no prédio social

foi aprovado.

terminado este assunto para a ordem seguinte:

Uma officina recebida do Presidente da sociedade "Unidos da

"Unidos da Mesinha" assinada pelo presidente e demais membros, pedindo o recinto de nossa sociedade e suas dependencias para um festival em benefício da

Reunida sociedade

Resoluções da Diretoria

Será sedida a sociedade com o caráter de benéfico mas com as seguintes cláusulas:

1º Todas as despesas do referido festival a cargo da conta própria.

2º Pagarem a esta União a taxa de Cr\$ 200,00 ou a seção do Bofé ser explorado pela sociedade.

3º Obedecerem os regulamentos internos desta União.

Terminado este assunto eu lavrei a presente ata que vai por mim assinada e será por mim ou meu substituto lida

Reduzino Farias 1º Secretario
João Custódio da Silveira Presidente

000000
000000
000000
000000
000000

U. 01-21 me obsequios de E
1º de 1921

